

ANDRÉA ROLOFF LOPES

**ALEXANDRE RODRIGUES FERREIRA E A VIAGEM FILOSÓFICA :**  
**Economia e Ciência na Amazônia Colonial**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, Curso de Pós-graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Ronald Raminelli

CURITIBA

1998

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	01
<b>10 MERCANTILISMO ILUSTRADO E A AMAZÔNIA COLONIAL</b>	06
1.1 Debates em torno da Crise do Antigo Sistema Colonial	06
1.2 O Consulado Pombalino e o Mercantilismo Ilustrado	15
1.3 A Amazônia no Contexto do Mercantilismo Ilustrado	22
<b>2 A VIAGEM FILOSÓFICA</b>	34
2.1 A Viagem	42
2.2 Os Escritos do Naturalista	49
2.2.1 Sobre a Flora e a Fauna	49
2.2.2 Sobre os Indígenas	53
2.3 Funcionário Real ou Naturalista ?	59
<b>3 PREOCUPAÇÕES ECONÔMICAS DE UM NATURALISTA</b>	65
3.1 A Ênfase na Agricultura	69
3.1.1 Um Exemplo de Fomentismo: o Anil	81
3.1.2 A Lavoura de Exportação: Divergência entre Colônia e Metrópole	85
3.2 O Trabalho Indígena	90
3.2.1 O Controle da Mão-de-obra: Foco de Conflito entre Colônia e Metrópole	95
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	102
<b>ANEXO</b>	105
<b>FONTES</b>	110
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	111

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como principal objetivo o estudo da viagem que o naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira fez pela região norte do Brasil no período compreendido entre 1783 e 1792. A análise centrar-se-á principalmente na relação desta viagem com o reformismo português do final do século XVIII.

Além de naturalista, Ferreira também era um funcionário real desempenhando funções da burocracia criada pelo absolutismo ilustrado português. Desta forma, a economia e administração da região amazônica eram questões centrais em seus escritos. Isto pode ser apreendido no *Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro*, nas Memórias publicadas em *Viagem Filosófica pelas Capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá* e no exame de sua correspondência, importantes fontes deste período, sendo o seu testemunho um *locus* privilegiado para se resgatar o discurso e a tentativa prática de recuperação da economia portuguesa.

Os indígenas eram essenciais ao projeto defendido por Portugal para a região norte. Eram necessários como mão-de-obra e também como súditos, para legitimar a posse portuguesa do território em questão que, no período, era disputado com a Espanha. Para a coroa portuguesa consolidar as fronteiras determinadas pelo Tratado de Madri, era fundamental a povoação da região por súditos lusitanos, para isso a liberdade dos índios foi decretada. Na prática, e as participações do naturalista revelam isto, a coroa tinha que lutar para que o trabalho nativo não fosse utilizado

compulsoriamente pelos diretores e colonos da região, o que criava obstáculos e, por vezes, até impedia o desenvolvimento das reformas na região amazônica.

O reformismo português do século XVIII teve início com o Consulado Pombalino. No reinado de D. Maria I, o mercantilismo clássico português retomado por Pombal em seu consulado mesclou-se ao iluminismo. A este amálgama Novais denominou mercantilismo ilustrado. Nele misturavam-se o mercantilismo clássico e elementos das novas teorias econômicas inglesas e francesas<sup>1</sup>.

O objetivo geral desta política era “incentivar a produção colonial, com aberturas no âmbito do sistema e, ao mesmo tempo, proceder reformas na Metrópole para assimilar os estímulos econômicos do ultramar”<sup>2</sup>, criando assim uma interdependência que preservasse o sistema. Dessa maneira, para atingir esta situação foram tomadas uma série de medidas práticas na Metrópole e na Colônia, sendo uma delas a exploração de regiões marginais do Império Português, como a região norte do país.

A região amazônica em fins do século XVIII apresentava-se como estratégica para Portugal, pois esta região também interessava aos espanhóis que disputavam o território e os súditos que o habitavam. Tal questão não envolvia apenas as duas nações em conflito direto, como também refletia o jogo das relações internacionais no período. Além disso, o domínio da Amazônia era duplamente estratégico, pois sendo esta região de fronteira com diferentes países, era também a garantia de segurança para o interior das possessões lusas.

Nos relatos da viagem do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira sobre a região norte, como já foi mencionado, percebe-se a concentração de informações

---

<sup>1</sup> NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial. São Paulo : Hucitec, 1981. p. 230.

<sup>2</sup> Id., p. 228.

políticas e econômicas, úteis para a administração portuguesa. Estas viagens eram muito importantes para a Metrópole neste período e Portugal patrocinou uma série delas a vários pontos de seu Império Colonial. Além dos objetivos científicos, as viagens tinham objetivos pragmáticos, como o reconhecimento do território e de suas fronteiras e o levantamento das potencialidades econômicas das regiões visitadas.

A viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira trazia informações variadas. Seus escritos tratavam sobre “os três reinos da natureza”, mas, eram as informações políticas e econômicas que tinham o papel importante e destacado em seus relatos. O inventário colonial feito por Ferreira centrou-se em duas questões principais: uma foi o potencial econômico da região com relação à colonização e outra a questão de limites (defesa do patrimônio), ambas essenciais para o mercantilismo ilustrado do final do século XVIII. E, mesmo em suas memórias sobre zoologia ou botânica foi o potencial econômico da região que se colocou em primeiro plano. As memórias sobre antropologia também enfatizavam questões econômicas, como as manufaturas produzidas pelos indígenas e a sua condição de aliados ou hostis; informações essenciais para a colonização da região. Desta forma, a ênfase maior deste trabalho encontrar-se-á no estudo da colonização da região norte, suas possibilidades, tensões e problemas, segundo a visão de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Como fontes principais esta dissertação utilizou-se da narrativa da viagem que Alexandre Rodrigues Ferreira fez à Capitania de São José do Rio Negro, publicada pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*<sup>3</sup> em fins do século XIX e da *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*<sup>4</sup>, publicada pelo Conselho Federal de Cultura na década de 1970. Também foi

---

<sup>3</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885; 49: 123-288, 1886; 50: 11-142, 1887; 51: 5-166, 1888.

<sup>4</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. (1783-1792). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2 vols.

objeto de exame a correspondência do naturalista reproduzida por D. A. Tavares da Silva, em sua obra *O Cientista Luso-Brasileiro*<sup>5</sup>, publicada em 1947, onde o autor reproduziu documentos e cartas ligadas à viagem e às atividades acadêmicas e profissionais de Ferreira. Para análise das questões ligadas a normatização das atividades econômicas indígenas foi objeto de exame o *Diretório sobre o que se deve observar nas povoações do Grão-Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário*<sup>6</sup>.

O período examinado foi basicamente o da viagem de Ferreira pelo norte do Brasil, de 1783 a 1792. No aspecto espacial, a análise foi restringida à região norte do país, antigo Estado do Grão-Pará e Maranhão, com ênfase na área da Capitania de São José do Rio Negro.

Esta dissertação se estruturará em três capítulos. No primeiro, será traçado um painel da economia portuguesa no período, com objetivo de resgatar o conceito e as práticas do mercantilismo ilustrado e sua relação com o desenvolvimento do reformismo da região amazônica a partir do Consulado Pombalino. O segundo capítulo tem o objetivo de explicitar a formação de Alexandre Rodrigues Ferreira e a importância das viagens filosóficas, com o intuito de demonstrar porque o diário do naturalista também é adequado para a discussão dos problemas enfrentados pela economia portuguesa no fim do período colonial. E, finalmente, no terceiro capítulo, serão demonstradas as orientações econômicas de Alexandre Rodrigues Ferreira à Colônia, com o objetivo de resgatar as instruções do naturalista com relação ao desenvolvimento da agricultura colonial e os obstáculos enfrentados pelo reformismo

---

<sup>5</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. In: SILVA, D. A. Tavares da. Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira: O Cientista Luso-Brasileiro. Lisboa: s/ ed., 1947. p.99. p. 81- 159.

na região norte do Brasil. Em anexo, encontram-se o roteiro da viagem filosófica e algumas imagens sobre a região amazônica, selecionadas da iconografia produzida pela expedição.

---

<sup>6</sup> Directório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário. Lisboa: Oficina Manuel Rodrigues, 1758. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios da Amazônia: de Maioria a Minoria (1750-1850). Petrópolis : Vozes, 1988.

## 1 O MERCANTILISMO ILUSTRADO E A AMAZÔNIA COLONIAL

O Mercantilismo Ilustrado pode ser caracterizado como um desdobramento da política fomentista iniciada no Consulado Pombalino. Era seu objetivo desenvolver economicamente o Estado português para livrá-lo da tutela inglesa e permitir que Portugal retomasse o lugar de destaque que lhe pertencia no início da expansão colonial.

A exploração de áreas marginais de seu império, como era o caso da Amazônia, foi uma das saídas que os portugueses pensaram para resolver este problema. Sendo assim, este capítulo tem o objetivo de discutir o reformismo do final do século XVIII e o papel desempenhado pela Amazônia neste contexto.

### 1.1 Debates em torno da Crise do Antigo Sistema Colonial

Antes da discussão sobre o fim do Antigo Sistema Colonial, faz-se necessário uma sucinta análise deste sistema e seus componentes, utilizando como base para isto o clássico estudo sobre o Antigo Sistema Colonial realizado por Fernando Novais<sup>1</sup>. Para o autor “é o *sistema colonial do mercantilismo* que dá sentido à colonização europeia entre os Descobrimentos Marítimos e a Revolução Industrial”<sup>2</sup>. Pois:

---

<sup>1</sup> NOVAIS, Fernando. Op. Cit.

<sup>2</sup> Id., p. 58.



Absolutismo, sociedade estamental, capitalismo comercial, prática mercantilista, expansão ultramarina e colonial são, portanto, partes de um todo, interação reversivamente neste complexo que se poderia chamar, mantendo um termo de tradição, Antigo Regime. (...) É neste contexto que se pode focalizar a expansão ultramarina européia e a criação de colônias do novo mundo. A colonização européia moderna aparece assim, em primeiro lugar como um desdobramento da expansão do capital comercial. Foi no curso da abertura de mercado para o capitalismo mercantil europeu que se descobriram as terras americanas, e a primeira atividade aqui desenvolvida importou no escambo, com os aborígenes, dos produtos naturais; o povoamento decorreu inicialmente da necessidade de garantir a posse face à disputa pela partilha do novo continente, complementar a produção para o mercado europeu foi a forma de tornar rentáveis esses novos domínios<sup>3</sup>.

Fernando Novais concorda com Caio Prado Jr. quanto ao sentido comercial da colonização<sup>4</sup> e aprofunda tal assertiva ao inserir a colonização da América na grande expansão comercial européia do século XV. Para Novais, os lucros proporcionados pela exploração colonial mercantilista foram essenciais para a acumulação primitiva de capitais, possibilitando, posteriormente, a formação do capitalismo industrial.

O mercantilismo, que orientava as atividades econômicas na época da expansão ultramarina, tinha como pontos básicos o metalismo, a teoria da balança comercial favorável, a política fiscal protecionista e o pacto colonial. Sinteticamente, Falcon resume o mercantilismo da seguinte forma:

...expressão parcial de um processo mais vasto de secularização e racionalização; etapa na marcha de autonomização do econômico; política econômica que remete ao mesmo tempo à acumulação originária do capital e ao caráter do Estado Absolutista; expressão enfim de um espaço mental dominado pela riqueza e seus signos e pelo intercâmbio das mercadorias, rompendo progressivamente com a teologia mas recusando ainda uma identificação com aquilo que seriam as leis naturais do mundo material, eis, em síntese o mercantilismo.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Id., p.66 e 67.

<sup>4</sup> "No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial. Mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro *sentido* da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e é ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução históricas dos trópicos americanos"(p.31). In: PRADO JR, Caio. *O Sentido da Colonização*. In: \_\_\_\_\_. *A Formação do Brasil Contemporâneo* : Colônia. 9 ed. São Paulo: Brasiliense, 1969.

O pacto colonial foi um elemento muito importante do mercantilismo. As colônias existiam em função das metrópoles, e o repasse de lucros foi essencial para o equilíbrio da balança de comércio. Era através do monopólio comercial que os estados europeus conseguiam controlar o pacto colonial e viabilizar a colonização do Novo Mundo. Só a burguesia comercial metropolitana podia comprar produtos coloniais, geralmente matéria-prima, e vender produtos para a Colônia. Isto garantia um sobre-lucro na compra e na venda de mercadorias<sup>6</sup>.

O Estado tinha um papel fundamental no mercantilismo; era o responsável pelo controle e regulamentação da sociedade. A sua associação com a classe mercantil no campo econômico não diminuía a sua ligação com a aristocracia, afinal era ela a grande receptora dos lucros mercantilistas. O papel do Estado era destacado porque os mercantilistas não pensavam numa racionalidade própria da esfera econômica, a qual eles não concebiam de maneira autônoma. Não existia “o pressuposto de um universo econômico próprio, regido por suas próprias leis, capaz de submeter aos seus princípios o movimento das mercadorias e os resultados das ações humanas,

---

<sup>5</sup>FALCON, Francisco J. C. A época pombalina: política econômica e monarquia ilustrada. São Paulo : Ática, 1982. p. 91.

<sup>6</sup> Complementando o estudo de Novais, Lapa (LAPA, José Roberto do Amaral . O Sistema Colonial. São Paulo : Ed. Ática, 1991.), mostra a importância do comércio intercolonial, e como as próprias colônias também poderiam ser importantes na dinâmica do sistema colonial. O exclusivo fica então matizado se fossem considerados o comércio intercolonial ou de outros produtos, como os que comercializava o Grão-Pará. Mas, neste momento de reformas, pelo menos no Estado do Grão-Pará e Maranhão o exclusivo já se encontra bastante suavizado pois a extinção da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi uma das primeiras medidas tomadas no contexto do mercantilismo ilustrado. E, “ em 1790 instruíam-se ao Governador do Rio Negro que a liberdade de comércio do anil era total , feito por quem quisesse e com qualquer contratante sem pagamento de direito algum.”( SILVA, Marilene Corrêa. O Paiz do Amazonas. Tese de Mestrado apresentada a Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1989. p. 159)

regulando-os soberanamente para atingir seus fins específicos. Essa idéia, tão cara aos economistas clássicos estava ausente no universo mental de então”<sup>7</sup>.

Desta forma, é papel do estado absolutista encarnar esta “força superior, reguladora necessária, racional. Cabe-lhe garantir o funcionamento de um jogo econômico onde as regras eram a proteção, o monopólio e o favorecimento de uns em detrimento de outros”<sup>8</sup>. A Metrópole tem como principal objetivo a auto-suficiência, e é neste ponto que a Colônias mostrava-se essencial, como retaguarda econômica.

É necessário lembrar que no século XVIII a economia deixava de ser uma preocupação secundária e passava a desempenhar um papel fundamental no cenário político do século das Luzes. Como nos mostra Lepape, passava-se do Estado de Justiça para o Estado de Finança:

O rei não era mais apenas aquele que, em todas as matérias, julgava o bem e o mal; refém do poder que se atribuía, agora era também aquele que devia garantir a prosperidade do reino e de seus súditos. Nesse tocante, os últimos anos do reinado de Luís XIV foram decisivos: ele não podia ser grande rei, uma vez que o país estava arruinado. O serviço do rei tinha que levar em conta esse dado revolucionário, a introdução da economia não como realidade - é claro que ela sempre havia existido -, mas como um componente cultural da função monárquica.<sup>9</sup>

A economia se impunha entre as preocupações dos reis e filósofos, principalmente a partir da segunda metade do século XVIII, onde o reformismo se fez presente em todo o Império Português.

As metrópoles, como já foi dito, impunham às colônias o pacto colonial. Esta teoria, desenvolvida ao longo do relacionamento entre colônias e metrópoles sob a

---

<sup>7</sup> FALCON, Francisco J. C. A época..., op. cit., p.72.

<sup>8</sup> Id., p. 72.

<sup>9</sup> LEPAPE, Pierre. Voltaire: Nascimento dos Intelectuais no século das Luzes. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 1995. p.63.

égide do mercantilismo, foi muito bem sintetizada pelo próprio Marquês de Pombal.

No ano de 1776 Pombal via a questão do pacto colonial da seguinte maneira:

- 1º) as colônias devem estar debaixo da imediata dependência de proteção dos fundadores;
- 2º) o comércio e a agricultura delas devem ser exclusivos dos mesmos fundadores;
- 3º) aos fundadores pertencem também privativamente ‘os úteis provenientes da agricultura, comércio e navegação’ das colônias;
- 4º) para que prestem a utilidade desejada, as colônias não podem ter o necessário para subsistir por si sem dependência da metrópole;
- 5º) quando entretém algum comércio com estrangeiros, tudo o que importa esse comércio clandestino e essas mercadorias introduzidas é um verdadeiro furto que se faz à respectiva metrópole e um furto punível pelas leis dos respectivos soberanos (...);
- 6º) portanto, não atentam contra a liberdade do comércio as potências que o restringem nas colônias a favor de seus vassallos, e todo o governo que por indiferença tolere nos seus portos a contravenção dos cinco princípios anteriores pratica ‘uma política destrutiva do comércio e da riqueza de sua nação’.<sup>10</sup>

As colônias eram consideradas propriedade da metrópole e somente a estas estavam reservados os benefícios de sua exploração. Para a economia portuguesa as colônias preenchiam importantes funções: abasteciam o mercado português de produtos coloniais e matérias-primas, que poderiam ser reexportados, e funcionavam como mercado privilegiado para os produtos portugueses, principalmente para as manufaturas. O mercado colonial absorvia 97% das exportações das manufaturas portuguesas<sup>11</sup>, embora muitas fossem consumidas no próprio reino. Mas, mesmo os setores que não estavam diretamente ligados ao comércio colonial sofriam influência dele, afinal, o Estado obtinha dele grande parte de suas receitas<sup>12</sup>.

Nesta fase de acumulação primitiva de capital, a adoção do trabalho escravo africano apresentava-se duplamente sedutor: o tráfico possibilitava a exploração

---

<sup>10</sup> LAPA, José Roberto do Amaral. op. cit., p. 22 e 23

<sup>11</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. Estrutura Industrial e Mercado Colonial: Portugal e Brasil (1780-1830). Lisboa : DIFEL, 1994. p. 278.

<sup>12</sup> Id., p. 295.

compulsória do trabalho e era um importante setor do comércio colonial. Se fossem os índios escravizados os lucros deste comércio permaneceriam na Colônia, mas no caso do tráfico de escravos negros os comerciantes portugueses conquistaram mais um importante monopólio. A abundância do fator terra também dificultava a adoção do trabalho livre, pois muitos colonos poderiam não aceitar a exploração do trabalho na grande lavoura açucareira para trabalhar em sua própria terra.

A crise do sistema colonial para Novais encontrava-se, em cerne, no desenvolvimento do próprio sistema. A acumulação de capital criava excedentes que, em países como a Inglaterra, foram aplicados na produção e possibilitaram a industrialização, propiciando o advento da Revolução Industrial. A produção em grande escala exigia um mercado amplo que não existia nas colônias, principalmente devido ao restrito mercado interno, consequência estrutural do escravismo, e aos monopólios comerciais. Os países com a economia desenvolvida, produtores de manufaturas, como é o caso da Inglaterra, a partir deste momento começaram a pressionar Portugal para que este libertasse seus escravos e abdicasse ao exclusivo metropolitano, sem os quais a manutenção do Antigo Sistema Colonial seria impossível.

A crise do fim do período colonial, sua duração e características tornaram-se motivo de intenso debate historiográfico. Críticas são feitas à interpretação de Novais. Jorge Pedreira, um dos exemplos destes críticos, a considera teleológica<sup>13</sup>. Esta também é a opinião de Valentim Alexandre. Este autor afirma que, apesar da emergência do capitalismo industrial na Grã-Bretanha trazer em seu bojo a tendência de uma crise dos antigos sistemas coloniais, não significa que ela se manifeste globalmente. Inclusive, não seria impossível que o processo de industrialização na

---

<sup>13</sup> Id., p.305.

França e Inglaterra tenha reforçado temporariamente o antigo sistema colonial, como Valentim acredita ser o caso do Império Português<sup>14</sup>.

Para se pensar em crise global do sistema colonial, seria necessário uma ameaça de ruptura do sistema, em nível político ou econômico. Esta possibilidade de ruptura é que o autor não enxerga no caso Português. Para Alexandre, é evidente que não existe a crise econômica, sendo o período extremamente favorável à economia metropolitana, ou política, no caso da relação entre Portugal e Brasil:

Tudo nos conduz portanto a negar a realidade da alegada crise geral do império luso-brasileiro, nos anos que antecedem a ruptura do regime do pacto colonial. No Brasil não há qualquer indício de contestação generalizado do domínio português: as duas únicas “inconfidências” que ganham alguma expressão – a de Minas Gerais e a da Baía – são a manifestação, no primeiro caso, das tensões específicas de uma zona já marginal do império, e, no segundo, das contradições internas da sociedade colonial. Por seu lado, o poder metropolitano continua a confiar nas formas tradicionais de defesa das colônias, entregue fundamentalmente às forças locais<sup>15</sup>.

No período estudado, fins do século XVIII, realmente ocorreu uma considerável expansão do comércio português. Esta prosperidade foi resultado das transformações pelas quais passou a economia portuguesa após a crise provocada pela quebra das remessas de ouro brasileiro nas décadas de 60 e 70 do século XVIII. A produção colonial se transformou e produtos como o algodão tiveram grande valorização. Isto foi resultado de uma conjuntura onde se relacionaram o fomentismo iniciado no governo pombalino, as mudanças provocadas pela Revolução Industrial e os “acontecimentos políticos que prejudicaram as correntes no mercado internacional”<sup>16</sup>. Estes acontecimentos políticos foram a guerra da independência das Colônias Inglesas da América e a Revolução Francesa, passando pelas guerras

---

<sup>14</sup> ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português*. Lisboa : Edições Afrontamento, 1993. p. 78.

<sup>15</sup> Id., p. 89.

napoleônicas e a crise das Antilhas<sup>17</sup>. Estes conflitos, que atingiram as duas maiores potências da época – Inglaterra e França, modificaram as rotas de comércio e criaram condições que beneficiaram potências neutras, como era o caso de Portugal<sup>18</sup>.

Pedreira e Valentim remetem o desenvolvimento da indústria e comércio português à conjuntura de revolução e guerra que assolava os impérios coloniais em fins do século XVIII e início do XIX<sup>19</sup>: “A prosperidade portuguesa foi indissociável do crescimento do comércio colonial e esse crescimento é inseparável das perturbações que atingiram outros impérios coloniais”<sup>20</sup>.

As indústrias portuguesas viviam um período de crescimento e renovação:

No último quartel de Setecentos, reanimaram-se ou reedificaram-se unidades industriais que tinham entrado em decadência, como as fábricas de lanifícios (...). Intensificou-se, então, também o esforço de renovação tecnológica. Transformaram-se, ainda que de forma limitada e localizada, os processos produtivos, tanto do ponto de vista organizativo como do ponto de vista técnico. Alguns dos novos estabelecimentos adoptaram modelos mais centralizados de produção e, sem que possa falar-se de um amplo movimento de concentração, as manufacturas, protofábricas e fábricas adquiriram uma posição de maior relevo na estrutura industrial. Por outro lado (...) introduziram-se algumas inovações técnicas, por meio de recrutamento de artífices estrangeiros e da renovação da utensilagem.<sup>21</sup>

Embora algumas destas indústrias não estivessem ligadas ao comércio colonial, outras tinham importante relação com ele. Dentre estas era a indústria do algodão a mais dinâmica e, a partir de 1770, alcançou uma importante posição no

---

<sup>16</sup> Id., p. 25.

<sup>17</sup> Id., p. 25.

<sup>18</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. op. cit., p. 265.

<sup>19</sup> Id., p. 270. e ALEXANDRE, Valentim. op. cit., p. 89.

<sup>20</sup> PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. op. cit., p. 369.

<sup>21</sup> Id., p. 278

setor industrial português<sup>22</sup>: “Os tecidos de algodão tornaram-se a principal exportação das manufaturas nacionais entre 1796 e 1806, fornecendo 36% das saídas de tecido e 31% de todas as remessas de produtos industriais portugueses”<sup>23</sup>. Esta manufatura estava profundamente ligada ao comércio colonial: de um lado a Índia fornecia as fazendas brancas, para que fossem estampadas em Portugal, do outro entrava o mercado brasileiro como comprador de grande parte da produção.

Mas, a situação de guerra também mobilizava importantes recursos portugueses e as despesas com questões militares foram em grande medida responsáveis pela crise financeira dos últimos anos do século XVIII<sup>24</sup>. Isto levou o governo a conter os gastos e procurar arrecadar mais, lançando novos impostos. Estas medidas, além de dificultar o desenvolvimento da indústria portuguesa, desencorajavam novos investimentos.

Com a invasão do território português pelos franceses desestruturou-se todo o aparelho produtivo da Metrópole<sup>25</sup> e a transferência da corte portuguesa para o Brasil colocou fim ao pacto colonial. Assim sendo, com a invasão, são interrompidas “as relações comerciais com os domínios; rasgado o Pacto Colonial; desmantelado em parte o aparelho produtivo; retirado volumosos capitais; subtraídos operários, técnicos e empresários; entorpecidos o comércio e o consumo internos; reforçada a concorrência estrangeira: era inevitável o colapso da indústria”<sup>26</sup>.

A perspectiva de Pedreira aponta, no caso dos problemas enfrentados pela industrialização portuguesa e sua crise no início do século XIX, para além dos

---

<sup>22</sup> Id., p. 289.

<sup>23</sup> Id., p. 296.

<sup>24</sup> Id., p. 298.

<sup>25</sup> Id., p. 321.

<sup>26</sup> Id., p. 326.



problemas internos ou de dependência da Inglaterra. A própria conjuntura que influenciou o processo de industrialização também teve responsabilidade pela sua derrocada.

Todos estes fatores combinados fizeram com que as tensões não fossem mais sustentáveis e determinaram a superação do Antigo Sistema Colonial mercantilista. Para alguns países, como a Inglaterra, este fim foi desejável, pois o mercantilismo e o Antigo Sistema Colonial, devido aos monopólios comerciais, começavam a sufocar o desenvolvimento do capitalismo industrial nestes países. Este não foi o caso de Portugal, que tentou reformas para evitar o fim do Antigo Sistema Colonial e dos lucros provenientes dele, assunto do qual trata o próximo tópico deste capítulo.

## 1.2 O Consulado Pombalino e o Mercantilismo Ilustrado

O Consulado Pombalino, no terceiro quartel do século XVIII, foi uma tentativa do iluminismo português de promover o desenvolvimento econômico do país, nos moldes de um mercantilismo mais ortodoxo. “Essa manutenção do esquema mercantilista de política econômica no consulado pombalino, combinado com um poderoso movimento reformador de cunho ilustrado, só aparentemente era uma contradição: era a própria situação de atraso que a impunha”<sup>27</sup>.

O mercantilismo era necessário para que a Metrópole conseguisse os estímulos econômicos das colônias que deveriam ser aplicados no desenvolvimento da agricultura, manufatura e comércio portugueses. Tal fenômeno possibilitaria o desenvolvimento econômico de Portugal e a superação do próprio mercantilismo.

---

<sup>27</sup> Id., p. 223.

Estas medidas reformistas foram coerentes com a própria natureza do absolutismo ilustrado iniciado por Pombal no país. Pois, em essência, esta política pretendia, aliando-se aos intelectuais iluministas, “de alguma forma pôr em prática certos princípios da Ilustração, sem abrir mão, é claro, do próprio absolutismo”<sup>28</sup>

O Consulado Pombalino, a partir de 1750, promoveu inúmeras reformas na política e economia de Portugal. Buscando o controle e secularização do Estado, Pombal efetuou importantes mudanças em sua administração. O fomento da indústria e comércio buscavam libertar Portugal da influência de outras potências e também fortalecer internamente a economia. Num primeiro momento (1750-1769), a política pombalina se caracterizou como sendo mercantil, ou seja, foram concedidos monopólios e privilégios, como a formação das Companhias de Comércio brasileiras, em benefício do comércio português. Num segundo momento (1769-1777), devido à baixa de preços e a contração dos negócios, esta política pode ser caracterizada como industrial, pois medidas protecionistas estimularam a instalação de indústrias e protegeram as existentes da concorrência, buscando assim a substituições das exportações<sup>29</sup>.

Em fevereiro de 1777, com a morte de D. José I, D. Maria I assume a Coroa Portuguesa e põe fim ao diretório pombalino. O Estado vivia um momento difícil. A balança comercial estava negativa e o déficit orçamentário alto. As despesas portuguesas com as reformas do exército e marinha eram elevadas<sup>30</sup>. O protecionismo exagerado de Pombal muitas vezes também foi oneroso para o Erário Régio<sup>31</sup>. Então,

---

<sup>28</sup>FALCON, Francisco J. C. Despotismo Esclarecido. São Paulo : Ática, 1986. p.13.

<sup>29</sup>WELHING, Arno. O Fomentismo Português no final do Século XVIII: Doutrinas, Mecanismos, Exemplificações. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 316: 170-278, 1978. p. 209.

<sup>30</sup> Id., p. 209.

o que aconteceu neste período, com o intuito de resolver os problemas do estado português, foi um desdobramento da política pombalina:

...o reinado de D. Maria I apresenta-se, pois, mais bafejado pelas luzes do que o período anterior. É todo um difuso programa de reforma que se preconiza, um esforço mais ou menos dramático de reajustamento às tendências dominantes, com vistas à dinamização da economia e vitalidade da sociedade...<sup>32</sup>

Para Novais, a “viradeira” foi viragem sim, mas no sentido de uma maior integração nas linhas do reformismo ilustrado<sup>33</sup>. A *intelligentsia* portuguesa aderiu aos esquemas mentais do iluminismo<sup>34</sup>, mas ao mesmo tempo ela estava consciente do atraso de Portugal, e que este só podia captar estímulos através do mercantilismo. Daí o surgimento do mercantilismo ilustrado, onde o mercantilismo se torna flexível. As mudanças aconteceram. A Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão foi extinta em 1778 e a de Pernambuco e Paraíba em 1779. Além disto, o protecionismo industrial foi relativizado, ou seja, mantiveram-se apenas as seções lucrativas da real fábrica<sup>35</sup>. Mas a política econômica não foi essencialmente alterada. O fomentismo protecionista não foi abolido, mas abrandado. “Retirou-se dele apenas a rigidez que caracterizava a orientação de Pombal – isto é, a proteção a todo transe, mesmo com prejuízo (momentâneo?) para o Estado”<sup>36</sup>.

---

<sup>31</sup> Id., p. 211.

<sup>32</sup> NOVAIS, Fernando. op. cit., p. 11.

<sup>33</sup> Id., p. 224.

<sup>34</sup> Id., p. 214.

<sup>35</sup> WEHLING, Arno. op. cit., p. 210, 211.

<sup>36</sup> Id., p. 212.

Promoveu-se um levantamento das condições da Metrópole e das colônias portuguesas em fins do século XVIII<sup>37</sup> a fim de que se pudesse aplicar medidas práticas para a recuperação econômica de Portugal, e é dentro deste contexto, onde se procura conhecer para explorar, que se insere a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira.

O mercantilismo português foi “bafejado pelas luzes” e buscava um meio termo entre o mercantilismo tradicional e elementos das novas teorias econômicas do fim do século XVIII, principalmente a fisiocracia, fundada por François Quesnay na França, na metade do século XVIII. No caso português, somava-se à influência da teoria francesa, o agrarismo ibérico e o pragmatismo.

Para sanar os problemas de Portugal foram tomadas uma série de medidas. Na política colonial combatia-se o contrabando e a produção das manufaturas, mas ao mesmo tempo estimulava-se o comércio inter-colonial e acabava-se com as companhias de comércio. Na Colônia a coroa tentava incentivar a produção, preocupando-se com a qualidade e a quantidade dos produtos, com a diversificação e dinamização da agricultura, utilizando-se, inclusive, de incentivos fiscais para isso<sup>38</sup>, enquanto que na Metrópole a preocupação era com o desenvolvimento das manufaturas. Estas medidas contraditórias e essencialmente reformistas, características do mercantilismo ilustrado, tinham o objetivo de “reduzir o exclusivo colonial à sua expressão mínima nas fronteiras do sistema; era assumir uma posição intermediária entre o mercantilismo tradicional e as novas teorias econômicas”<sup>39</sup>. Novais exemplifica isto resgatando uma memória portuguesa que elencava a

---

<sup>37</sup>NOVAIS, Fernando. op. cit., p. 225.

<sup>38</sup>NOVAIS, Fernando. op. cit., p. 259.

<sup>39</sup>Id., p. 250.

agricultura, a manufatura e as colônias entre as fontes de riqueza de uma nação. Era a persistência de uma visão mercantilista em meio da mentalidade ilustrada<sup>40</sup>.

Assim sendo, neste período em que se aproximava o fim do sistema colonial e as contradições na política econômica eram inúmeras, o que se procurava “era uma política ilustrada reformista, que visava integrar o desenvolvimento metropolitano e colonial (sem romper o sistema); é por aí que se pode compreender esta última etapa da Colônia: o caráter do abrandamento do exclusivo e incentivo da produção colonial, combinado com uma política manufatureira e de reformas na Metrópole”<sup>41</sup>.

Alguns problemas se apresentavam de maneira decisiva para Portugal. O primeiro deles era a conservação do patrimônio colonial. As disputas coloniais e a situação de conflito na Europa agravava os problemas “naturais” resultantes da desproporção geográfica entre a Metrópole (Portugal) e a Colônia (Brasil) para o domínio dos territórios coloniais. Além do perigo externo, do confronto com outras metrópoles pelo domínio da Colônia, Portugal também tinha que enfrentar as revoltas internas que começavam acontecer neste último quartel do século XVIII.

Um outro problema neste período era a preservação do exclusivo. O contrabando sempre existiu dentro do sistema monopolista, mas com o desenvolvimento da Revolução Industrial ele crescia, sendo necessário tomar medidas para o seu controle<sup>42</sup>. Esta situação também contava com outro agravante, o apoio dos colonos que se revoltavam contra os preços abusivos e os monopólios comerciais.

---

<sup>40</sup> Id., p. 230.

<sup>41</sup> Id., p. 236.

<sup>42</sup> Na região amazônica a questão do exclusivo é suavizada devido às alianças que Portugal tinha que fazer com a Inglaterra para a proteção do território, onde os monopólios eram moeda corrente.

Finalmente, o terceiro desafio que a coroa portuguesa tinha que vencer era o da assimilação dos estímulos proporcionados pelas colônias, principalmente no que diz respeito à criação e ao desenvolvimento de manufaturas em Portugal que pudessem incorporar as matérias-primas coloniais.

Conscientes destes problemas, os ilustrados portugueses pretendiam, a grosso modo, que se incentivasse a produção colonial e se reformasse a Metrópole para que esta pudesse aplicar os estímulos econômicos do ultramar no desenvolvimento de suas manufaturas<sup>43</sup> e alcançar o desenvolvimento econômico de outras metrópoles.

A agricultura teve um importante papel no fomentismo português do final do século XVIII. Esta política de fomento foi resultado e resposta à uma conjuntura. As novas culturas foram incentivadas pela conjunção de três elementos: “reação da crise econômica que afetou os últimos anos da administração pombalina, uma forte influência do movimento agrarista europeu, particularmente a fisiocracia e uma pressão comercial provocada pelo aumento de demanda de matérias-primas, com a Revolução Industrial”<sup>44</sup>.

Com o declínio da mineração aconteceu no Brasil a intensificação das medidas fomentistas. Estas visavam revalorizar os produtos agrícolas, sobretudo o açúcar, sustentar a economia mineira, buscando inclusive novos metais, e introduzir novas culturas, como o algodão, arroz, anil, cochonilha e linho<sup>45</sup>. Alguns destes produtos, como o algodão, além de atender a indústria de Portugal, eram reexportados para Inglaterra e França, devido à demanda provocada pela Revolução Industrial.

---

<sup>43</sup>NOVAIS, Fernando. op. cit., p. 228.

<sup>44</sup>WEHLING, Arno. O fomentismo..., op. cit., p. 173

<sup>45</sup>Id., p. 185.

Ao estudar a fisiocracia nos escritos de Domingos Vandelli, mentor de Alexandre Rodrigues Ferreira, Arno Welhing sintetiza o quadro da fisiocracia em Portugal:

O conhecimento da realidade portuguesa e colonial em Vandelli, era a base de sua argumentação. Às teorias fisiocráticas reunia uma grande preocupação empírica, provavelmente pela sua condição de pesquisador de História Natural. Esta atitude é estranha às posições racionalistas-dedutivistas na fisiocracia francesa, e deu um sentido especial ao agrarismo português do final do século XVIII, todo ele voltado para a aplicação através da política fomentista, e com escassa base teórica, admitindo-se tácitos pressupostos importados.<sup>46</sup>

Também no desenvolvimento das discussões sobre a agricultura portuguesa e das colônias encontrava-se o apoio da ciência: ao lado da Sociedade Econômica de Ponte de Lima (fundada em 8 de maio de 1778) estava a Real Academia de Ciência de Lisboa (fundada em 24 de dezembro de 1779). Ambas procuravam através de estudos e memórias debater os principais problemas do país: aumentar a produtividade do campo, cultivar novos produtos e promover a indústria<sup>47</sup>.

Estas sociedades também compartilhavam objetivos. O discurso preliminar às memórias da Academia e os estatutos da Sociedade Econômica pretendiam: conhecer as possibilidades agrícolas do país; melhorar o aproveitamento de recursos; importar e aclimatar novas espécies; difundir novas técnicas; estimular a produção através de prêmios e classificar os diferentes solos para que os agricultores pudessem cultivar adequadamente o solo<sup>48</sup>. “Conhecer e orientar o fomento das atividades agrícolas e industriais eram os objetivos básicos a que se atribuíam as duas academias”<sup>49</sup>.

---

<sup>46</sup> Id., p. 261.

<sup>47</sup> Id., p. 197.

<sup>48</sup> Id., p. 197.

<sup>49</sup> Id., p. 198.

Neste período de fomentismo, a exploração de regiões marginais do Império era vista como uma das importantes questões que o governo português tinha que enfrentar para que o reformismo tivesse o sucesso esperado. É neste contexto que a região norte do Brasil, uma área praticamente esquecida até o consulado pombalino, passou a receber atenção especial da Metrópole.

### 1.3 A Amazônia no Contexto do Mercantilismo Ilustrado

A região norte ocupou a partir do Consulado Pombalino um dos espaços privilegiados do Império Português. A política pombalina colonial tinha objetivo de “defender os interesses fiscais da Coroa no tráfico dos demais países e assegurar aos comerciantes nacionais o efetivo usufruto do monopólio do comércio colonial”<sup>50</sup>. Neste contexto, a região Amazônica era especial, pois ao mesmo tempo em que se constituía num espaço inexplorado, que se imaginava pródigo, era uma região em disputa com outras metrópoles. Apresentava-se como uma das possibilidades de reestruturar o Império Português que havia perdido espaço para outras potências européias, principalmente para a França e a Inglaterra.

A região norte era uma área inexplorada até o início do Consulado Pombalino. Ocupada por razões políticas e estratégicas, de defesa e crescimento territorial, eram inúmeras as dificuldades de penetração e utilização das selvas amazônicas. “Não dispondo de jazidas conhecidas de metais ou pedras preciosas na época colonial (...) a imensa região chegou atrasada a uma competição por colonos, capitais, mercados e

---

<sup>50</sup> FALCON, Francisco J. C. A época..., op. cit., p.469.



escravos negros, na qual esteve sistematicamente em inferioridade de condições diante do Brasil”<sup>51</sup>.

A região era pobre e sua economia débil. Em 1753, quando veio a expedição demarcatória para as Capitanias do Pará e Maranhão a coroa viu-se obrigada a mandar alimentos do reino para sustentá-la devido a precariedade de sua agricultura<sup>52</sup>. Os funcionários do rei eram pagos com gêneros, tais como o cacau, cravo e algodão<sup>53</sup>, pois a moeda só passou a circular de maneira mais efetiva a partir de 1752<sup>54</sup>.

As missões encontravam-se em melhores condições devido ao acesso e controle da mão-de-obra indígena nos aldeamentos<sup>55</sup>. Os colonos se queixavam desta situação e muitas vezes entraram em conflito com os jesuítas devido a este fato. A prosperidade das ordens religiosas não significava proventos para a administração da capitania, já que estas não pagavam o dízimo para o Estado e nem direitos nas alfândegas da Metrópole<sup>56</sup>.

É somente com as reformas pombalinas que a Amazônia, área até então marginal no quadros do sistema colonial, ingressa de maneira efetiva no espaço político-econômico português, recebendo intervenção direta da metrópole<sup>57</sup>. São

---

<sup>51</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion S. Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará: 1750-1817. Rio de Janeiro : Graal, 1984. p.115

<sup>52</sup> DIAS, Manuel Nunes. Estratégia Pombalina de Urbanização do Espaço Amazônico. In: Brotéria, v. 115, n. 2-3-4, Ago.Set.Out, 1982, Lisboa. p.239-305. p. 252.

<sup>53</sup> Id., p. 257.

<sup>54</sup> ALMEIDA, Maria Regina de. Os vassalos d’el Rey nos confins da Amazônia: A colonização da Amazônia Ocidental - 1750/1798. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. 112 : 63-85, 1992. p. 68.

<sup>55</sup> DIAS, Manuel Nunes. op. cit., p. 258-263

<sup>56</sup> ALMEIDA, Maria Regina de. op. cit., p. 68.

<sup>57</sup> FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). op. cit., p. 55.

reafirmadas assim as relações de subordinação com a coroa portuguesa, possibilitando um fértil terreno para as reformas.

Esta conjuntura colocou a região como uma das mais importantes no projeto pombalino de recuperação do Império Português. Era também, por sua marginalidade, um espaço onde Pombal poderia colocar em prática suas medidas reformistas sem enfrentar grande oposição interna ou externa. Afinal, a subordinação direta da Amazônia à Metrópole criava uma unidade administrativa sem a intermediação de poder, o que não era o caso do nordeste que já tinha desenvolvido as suas camadas senhoriais<sup>58</sup>.

No campo externo, a propriedade da região para as reformas também era facilmente perceptível. Os portugueses, pôr razões econômicas, políticas e de segurança, não pretendiam romper os tratados de comércio com a Inglaterra. Não era objetivo de Pombal por fim nas relações entre Portugal e Inglaterra. O que a política externa do Consulado Pombalino pretendia era sair de uma relação de subordinação para uma de parceria comercial. Por isso os avanços com relação às tentativas de nacionalização da economia, através das Companhias de Comércio, tinham que ser feitos em áreas marginais, onde os ingleses não se sentissem ameaçados. “Quanto a isso, a escolha da Amazônia para começar o processo foi uma manobra muito inteligente. Os ingleses não perceberam a ameaça aos seus interesses até o final da década.”<sup>59</sup>

Além destes fatores importantes que favoreciam as reformas na região é preciso lembrar a necessidade de desenvolver a região que estrategicamente era uma

---

<sup>58</sup>SILVA, Marilene Corrêa. A Amazônia Colonial. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 112 : 35-61, 1992. p. 48 e 49.

<sup>59</sup> MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996. p. 61.

das mais importantes do Império Português na América. Apesar da separação do Estado do Brasil e subordinação direta à coroa portuguesa desde o início da colonização da Amazônia, esta constituía-se num importante marco estratégico para o Brasil. Isso, tanto no que se referia às invasões estrangeiras nos domínios portugueses, quanto no “asseguramento do território colonial (...) completando o cinturão de segurança do domínio português na Amazônia”<sup>60</sup>. A Amazônia fazia fronteira com alguns dos mais importantes Impérios Coloniais do período: Espanha, França, Holanda e Inglaterra. E também era um ponto de articulação com o interior do Brasil (Cuiabá - São Paulo), com saídas para o mar (Belém)<sup>61</sup>.

Neste período de intensas disputas coloniais onde ainda predominava, pelo menos em Portugal, a concepção mercantilista de mercado inelástico, a questão da manutenção do território colonial português era um tema que ultrapassava a política do país. Ele estava inserido na política europeia, no jogo de tensões entre Portugal, Espanha, Holanda, França e Inglaterra. No caso específico da Amazônia a situação apresentava-se da seguinte maneira: Portugal apoiava-se em sua aliança com a Inglaterra e a Espanha em sua aliança com a França. Sendo assim, era de interesse inglês que a Amazônia ficasse assegurada a Portugal, enfraquecendo desta maneira a presença e possível expansão colonial francesa nesta área<sup>62</sup>. As decisões tomadas pelo Tratado de Madri (1750), que definiram as fronteiras na região norte, tiveram que contemplar este jogo de tensões.

Para efetivar o processo de reforma, quando foi criado em 1751 o Estado do Grão-Pará e Maranhão com capital em Belém, o Marquês de Pombal encarregou seu

---

<sup>60</sup>SILVA, Marilene Corrêa. O Paiz ..., op. cit., p. 69.

<sup>61</sup>SILVA, Marilene Corrêa. A Amazônia..., op. cit., p. 48 e 49.

<sup>62</sup>Id., p. 40.

meio-irmão, General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, de administrá-lo, nomeando-o governador deste Estado no período de 1751-1759. Furtado foi encarregado de consolidar o domínio lusitano na Amazônia e as conquistas territoriais do Tratado de Madri (1750), confirmadas posteriormente nos Tratados de El Pardo (1761) e Santo Ildefonso (1777). Para a região Pombal tinha objetivos específicos como o combate à hegemonia das missões, a ocupação e defesa do território e o desenvolvimento do comércio e da agricultura<sup>63</sup>.

Analisando as *Instruções Régias, públicas e secretas para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Capitão-General do Estado do Grão-Pará e Maranhão*, onde estava contido o programa de reformas para a região amazônica, Pereira conclui que a questão nuclear no governo de Furtado era a elevação dos índios à súditos da coroa. Com isto, “visava-se, por um lado, assegurar a sua fidelidade em circunstâncias políticas, militares, diplomáticas delicadas; e, por outro, contribuir para a formação e rápido desenvolvimento de uma população assimilada, produtiva e tributável que escapasse quer à jurisdição eclesiástica, quer ao domínio dos colonos (através da escravidão ou do trabalho forçado)”<sup>64</sup>.

Desta forma, os missionários das diversas ordens presentes na Amazônia, dentre eles os jesuítas, perderam o controle sobre os índios mesmo antes da sua expulsão do território português em 1759. No governo de Furtado, as antigas aldeias foram transformadas em vilas e o controle destas povoações ficaram a cargo dos diretores, os representantes da coroa portuguesa. O que se pretendia com estas medidas era incorporar o indígena à sociedade colonial. A separação entre brancos e

---

<sup>63</sup> ALMEIDA, Maria Regina de op. cit., p. 68.

<sup>64</sup> PEREIRA, Arnaldo Antônio. Para uma Caracterização da Política Colonial Pombalina: a Administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1752-

índios que existia no sistema das missões foi combatida e a miscigenação estimulada. É dentro deste contexto que se insere a lei dos casamentos de 4 de abril de 1755, onde os colonos foram incentivados a casar-se com índias, e a ênfase com que o diretório defendeu o abandono da língua geral para utilização da língua portuguesa.

As diretrizes do projeto de transformação do nativo em vassalo português foram sintetizadas no *Diretório sobre o que se deve observar nas povoações do Grão-Pará enquanto Sua Magestade não mandar o contrário*, que passou a vigorar em 1757 na administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Este diretório pretendia “civilizar” os índios, discutindo todos os assuntos a eles relacionados.

É interessante resgatar a síntese que Almeida fez sobre os temas presentes no diretório. Segundo a autora, pode-se dividir os 95 parágrafos do diretório em três grandes temas. O primeiro deles (1º- 16º) diz respeito à civilização dos índios, no qual os diretores aparecem na função de tutores. Do 17º ao 73º parágrafos predominam questões econômicas, tais como a agricultura (17º- 25º), fiscalização e tributação (26º-34º), comércio (35º-58º) e distribuição da força de trabalho indígena (58º-73º). O terceiro tema do qual trata o documento são as questões ligadas à colonização, como exemplo é possível citar o povoamento, as edificações e descimentos, e controle sobre os aldeamentos. “Ao final, o texto retorna aos pontos iniciais: a tutela, o tutor, os métodos de trabalho e a nova postura em relação ao índio”<sup>65</sup>.

O que se pretendia com o diretório era “a dilatação da Fé; a extinção do Gentilismo; a propagação do Evangelho; a civilidade dos Índios; o bem commum dos

---

1759) .In: Actas das Primeiras Jornadas de História Moderna. Lisboa : Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986. v.2. p.1075-1098. p.1085.

<sup>65</sup> ALMEIDA, Rita Heloísa de. O Diretório dos Índios: um projeto de “civilização” no Brasil do século XVIII. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995. p. 206.

Vaffallos; o augmento da Agricultura; a introducção do Comercio; e finalmente o eftabelecimento, a opulencia, e a total felicidade do Eftado”<sup>66</sup>. Confundem-se nestes objetivos questões materiais, como o desenvolvimento econômico, e morais, como a catequização e civilização dos indígenas.

De uma maneira pragmática, o diretório veio regulamentar a nova posição do nativo na sociedade colonial. A liberdade conquistada com as leis de 6 e 7 de junho de 1755, que respectivamente aboliram a escravidão indígena e excluíram os missionários da administração temporal das aldeias, sofreu um retrocesso. Os índios não ficaram livres, apenas passaram a ser controlados pelos diretores. Surgiu o conceito de menoridade do indígena, sendo o indígena considerado incapaz de se governar, ficou por isso sob os cuidados dos diretores das aldeias.

Os diretores deveriam ser homens dotados de qualidades<sup>67</sup> que os permitissem exercer a função de mediadores entre os índios e os demais colonos. Também seriam eles os responsáveis pela administração e distribuição da mão-de-obra indígena<sup>68</sup>. Era a agricultura, de subsistência e exportação, que ocupava o lugar de destaque no plano de desenvolver a região norte. O diretor deveria persuadir os nativos a cooperar com o projeto português através de premiação e da concessão de privilégios<sup>69</sup>. Para manter o interesse do diretor pelo desenvolvimento da região lhe era assegurado a sexta parte de toda a remuneração proveniente do trabalho indígena<sup>70</sup>.

---

<sup>66</sup> Diretório..., op. cit., p. 38.

<sup>67</sup>“...em quanto os Indios não tiverem capacidade para fe governarem, hum Director, que nomeará o Governador, e Capitaõ General do Eftado, o qual deve fer dotado de bons coftumes, zelo, prudencia, verdade, fciencia da lingua, e de todos os mais requifitos neceffarios para poder dirigir com acerto os referidos Indios...” ..Id., p. 01.

<sup>68</sup> ALMEIDA, Rita Heloísa de op. cit., p. 245.

<sup>69</sup> Diretório..., op. cit., p.8, 9.

<sup>70</sup> ALMEIDA, Rita Heloísa de op. cit., p. 256.

Era a regulamentação sobre o trabalho indígena presente no diretório que seguia Alexandre Rodrigues Ferreira em suas participações. É neste documento que o naturalista busca as suas recomendações com relação ao pagamento de salário aos índios, sua jornada e local de trabalho<sup>71</sup>. Desta forma, através do diretório, o que acontece não é a adoção do trabalho livre, mas do trabalho compulsório. Nesta modalidade, cuja imposição tem o objetivo de lucro, o trabalhador não é livre para ausentar-se sem punição ou é recrutado sem o seu consentimento<sup>72</sup>.

Para substituir o trabalho indígena escravo foram introduzidos no Estado escravos negros. Estes seriam comercializados pela Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, que foi outro importante instrumento de fomento e colonização do governo pombalino na região. As companhias de Comércio eram instrumentos que já tinham sido utilizados por Portugal e pelas outras metrópoles européias como auxílio à colonização<sup>73</sup>. Criada em 1755 a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão fomentou a agricultura e o comércio na região amazônica<sup>74</sup> e, além das drogas do sertão, a economia da região passou a produzir algodão, café, tabaco, arroz, cana e cacau para exportação<sup>75</sup>.

Arthur Cesar Reis fez a síntese das transformações que a companhia efetuou na economia da região norte:

---

<sup>71</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885. p. 42.

<sup>72</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. op. cit., p. 111.

<sup>73</sup> REIS, Arthur César Ferreira, O Comércio Colonial e as Companhias Privilegiadas. In: HOLANDA, Sergio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I, Vol. 2. 6ª ed., São Paulo: DIFEL, 1985. p. 320.

<sup>74</sup> Id., p. 335.

...a companhia, pelos mercados que assegurou, pelos preços que pagou e pelas facilidades que apresentou, como empréstimos em dinheiro, instrumentos agrários e conselhos técnicos, teve papel preponderante nesse esforço agrário, que era da mais alta importância numa região cuja a característica, no que diz respeito à sua economia, era justamente a desatenção pela atividade rural, dominados que estavam seus moradores pela atividade florestal da colheita das espécies de rendimentos financeiros mais apreciáveis e de mais fácil obtenção<sup>76</sup>.

Foram o arroz e o algodão os produtos mais incentivados pelo fomentismo da companhia. O primeiro destinava-se ao consumo dos portugueses e o segundo, além de abastecer as indústrias portuguesas, também era reexportado para outros países europeus.

Mas o auxílio prestado pela companhia de comércio não se restringiu à área econômica. Ela supriu deficiências administrativas, pagando folhas salariais, ajudando na execução de serviços públicos<sup>77</sup> e mantendo estabelecimentos de assistência à navegação e ao comércio nos rios amazônicos. Não se pode esquecer da mesma forma seu importante papel na defesa do território, prestando auxílio material para as fortificações<sup>78</sup>. A companhia também atuou na defesa das colônias portuguesas na África, nas ilhas de Cabo Verde e Costa da Guiné, das quais também tinha o monopólio de comércio e que se constituíam em grandes fornecedoras de escravos para o Brasil<sup>79</sup>. Isto demonstra que a Companhia do Grão-Pará e Maranhão não foi apenas uma entidade de comércio e navegação, mas também realizou objetivos políticos, defendendo ao mesmo tempo o seu patrimônio e o da monarquia<sup>80</sup>.

---

<sup>75</sup> REIS, Arthur Cezár Ferreira. A Ocupação Portuguesa do Vale Amazônico. In: HOLANDA, Sergio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I, Vol. 1. 4ª ed. São Paulo: DIFEL, 1972. p. 269.

<sup>76</sup> REIS, Arthur Cezár Ferreira. O comércio..., op. cit., p. 335.

<sup>77</sup> Id., p. 337.

<sup>78</sup> Id., p. 338 e DIAS, Manuel Nunes. op. cit., p. 279.

<sup>79</sup> DIAS, Manuel Nunes. op. cit., p. 276.

<sup>80</sup> Id., p. 277.



Francisco Xavier de Mendonça Furtado também fez importantes modificações na administração da capitania, estimulando o regime municipal com a elevação das antigas aldeias à vilas<sup>81</sup>. As missões religiosas que até então tinham organizado a mão-de-obra indígena e garantido a posse do território português passaram a ser vistas como obstáculo à consolidação do poder real na Amazônia. O que Furtado pretendia era “retirar dos religiosos o poder temporal das aldeias, reduzindo seu domínio político e econômico que seria transferido para o Estado”<sup>82</sup>. Dentre as ordens presentes no Amazonas, os jesuítas eram a mais poderosa. Com a sua expulsão, além da secularização das aldeias, foram confiscados os bens pertencentes à ordem. Estes foram redistribuídos entre os colonos com finalidade de fomento<sup>83</sup>. Esta medida, devido à ingerência dos colonos, não teve efeito econômico duradouro.

Sintetizando, é possível afirmar que a ação pombalina na Amazônia teve os seguintes pontos centrais :

1) uma drástica modificação da política relativa a mão-de-obra indígena; 2) a instituição de uma Companhia de Comércio que funcionou durante pouco mais de vinte e dois anos, com as finalidades principais de introduzir escravos negros a crédito na região, e de incrementar o comércio desta; 3) a redistribuição da propriedade confiscada dos jesuítas, por doação ou venda em hasta pública, entre outras medidas tendentes a favorecer o povoamento e desenvolvimento agrícola.<sup>84</sup>

Por todos estes motivos o governo de Furtado foi um período extremamente favorável para o desenvolvimento da região. Mas, este crescimento já estava em crise na época da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira pelas capitanias. A pobreza das

---

<sup>81</sup> Id., p. 299 . Disto resultou a criação de 46 novas vilas na região amazônica.

<sup>82</sup> ALMEIDA, Maria Regina. op. cit., p. 69.

<sup>83</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. op. cit., p. 115.

<sup>84</sup> Id., p. 108.

vilas e aldeias, principalmente na região do Rio Negro, apesar do potencial econômico da região, é uma constatação freqüente do naturalista.

Contudo, apesar dos problemas enfrentados pelos colonizadores, é neste contexto característico do mercantilismo ilustrado, de exploração do potencial econômico de áreas até então periféricas do Império Português, que a viagem filosófica de Ferreira encontra inteligibilidade.

No período estudado misturam-se orientações mercantilistas e iluministas. Os iluministas portugueses acreditavam no primado da razão e que através da ciência poder-se-iam conhecer os problemas de seu país, para posteriormente resolvê-los. No iluminismo português o que predominou foi o reformismo pedagógico, com um forte senso pragmático. Desta forma, o mercantilismo clássico do período pombalino foi preterido em função de um ecletismo que procurava usar as teorias econômicas para resolver problemas práticos<sup>85</sup>.

Alexandre Rodrigues Ferreira, como um representante da coroa portuguesa, procurava “reformular” a Colônia, no caso, o Brasil, para que ela se desenvolvesse, mas numa situação de interdependência com Portugal. Ele não estava isolado nesta postura. A maioria dos ilustrados brasileiros, conscientes de seus privilégios de classe dominante, só aceitaram a separação do Brasil e Portugal depois da atitude recolonizadora da corte portuguesa, quando os interesses entre a Colônia e a Metrópole mostraram-se inconciliáveis.

Os pensadores portugueses do fim do século XVIII estavam conscientes da inadequação do mercantilismo para a época em que viviam, mas esta era a única forma com que Portugal conseguia captar estímulos da Colônia. Desta maneira se fazia uma política reformista na Colônia, procurando um abrandamento do

---

<sup>85</sup> NOVAIS, Fernando. op. cit., p. 225.

mercantilismo, numa tentativa de abertura dentro do sistema. O que se propunha era o desenvolvimento integrado da Colônia e da Metrópole com o objetivo de atingir “uma interdependência que preservasse o sistema”<sup>86</sup>.

As reformas tentadas tiveram sucesso relativo, mas este não foi duradouro. As reformas e o fomento das novas culturas foram limitadas por questões como a escassez de recursos portugueses, que tornavam o fomentismo totalmente dependente das conjunturas internacionais<sup>87</sup>. Especificamente na região amazônica as reformas pombalinas tiveram saldo positivo, principalmente no Maranhão com o cultivo do algodão. Mas isto nunca poderia compensar as perdas sofridas pela Metrópole com a queda da produção de ouro brasileira<sup>88</sup>.

Posteriormente, com o Estado da “viradeira”, onde o fomentismo não foi abandonado mas se relativizou, e o fim da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1778), as medidas para o desenvolvimento não foram mais tão sistemáticas. Isto e os problemas estruturais da região, como a falta de mão-de-obra e capitais, reduziram bastante o alcance das mudanças efetuadas pelo diretório pombalino.

Entretanto os poucos resultados obtidos no fomento da agricultura e desenvolvimento econômico não podem ofuscar o grande sucesso estratégico da política pombalina na região: a manutenção do território<sup>89</sup>. As vilas e fortalezas, mesmo débeis e com problemas, asseguraram os ganhos territoriais dos portugueses na região amazônica, o que já foi um ganho considerável para a Metrópole.

---

<sup>86</sup> Id., p. 235.

<sup>87</sup> WEHLING, Arno. O fomentismo..., op. cit., p. 173.

<sup>88</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. op. cit., p. 108.

<sup>89</sup> ALMEIDA, Maria Regina de. op. cit., p. 69.

## 2 A VIAGEM FILOSÓFICA

Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu em 27 de abril de 1756 na Bahia. Sendo destinado por seu pai, o comerciante Manoel Rodrigues, à carreira eclesiástica, chegou inclusive a tomar ordens menores em 1768. Mas, em 1770, foi para a Universidade de Coimbra e matriculou-se na Faculdade de Direito. Com a reforma da universidade em 1772 abandonou o curso de direito e, em 1774, matriculou-se na recém-criada Faculdade de Filosofia Natural.

A reforma da Universidade de Coimbra estava em sintonia com as reformas educacionais promovidas por Pombal logo após a expulsão dos jesuítas de Portugal e das Colônias. Na década de 1760 elas se tornaram prioridade do Consulado Pombalino e pretendiam alcançar três objetivos: padronizar os currículos, secularizar a educação e a colocar sob o controle do Estado<sup>1</sup>. Basicamente estas reformas tinham o utilitário objetivo de “produzir um novo corpo de funcionários ilustrados para fornecer pessoal à burocracia estatal e à hierarquia da Igreja reformadas”<sup>2</sup>.

A Universidade de Coimbra, o maior centro das reformas educacionais, teve seu processo de modernização efetivado a partir de 1772. As mudanças pretendiam modernizar os currículos e o método de ensino dos cursos existentes, tais como o de direito e medicina, e criar também novos cursos, como o de matemática e filosofia. O curso de filosofia natural, freqüentado por Ferreira, deveria incorporar matérias

---

<sup>1</sup> MAXWELL, Kenneth. *op. cit.*, p. 104.

<sup>2</sup> *Id.*, p. 110.

tradicionais, como metafísica, lógica e ética, e também “as novas ciências naturais, que utilizavam a observação e a experimentação”<sup>3</sup>.

A reforma de Coimbra tentou equiparar o conhecimento português com os demais países da Europa e esteve também relacionada à necessidade de preparar competentes e esclarecidos burocratas para os quadros do absolutismo português. O Estado tinha a necessidade de alicerçar-se numa camada social esclarecida, “capaz de eficientemente integrar cargos na administração metropolitana e ultramarina, bem como na diplomacia”<sup>4</sup>. Além de trazer prestígio cultural para o Estado, este grupo de ilustrados constituiria o aparelho burocrático e administrativo capaz de fortalecer o poder central em Portugal. Sendo assim, eram objetivos das reformas a “formação de um organismo burocrático, mas também de ‘uma elite de conhecimento’ interessada na natureza e no homem, questões despertadas e incrementadas pelo interesse que Portugal tinha no conhecimento das colônias”<sup>5</sup>.

Como é perceptível, inclusive na formação de Ferreira, que foi um dos primeiros a concluir os estudos de filosofia natural na universidade renovada, as questões científicas e de política colonial já se encontravam sobrepostas. A melhor ilustração para este fato são as palavras de Francisco de Lemos, um dos mentores da modernização de Coimbra, na declaração dos objetivos da reforma e da relação entre o Estado e a ciência:

Não se deve encarar a universidade como um corpo isolado, preocupado apenas com seus próprios negócios, como sucede normalmente, mas como um corpo no coração do Estado que, mercê de seus intelectuais, cria e difunde a sabedoria do Iluminismo para todas as partes da Monarquia a fim de animar e revitalizar todos os ramos da

---

<sup>3</sup> Id., p. 111

<sup>4</sup> DOMINGUES, Ângela. Viagens de Exploração Geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: Política, Ciência e Aventura. Lisboa : Instituto de História de Além-Mar, 1991. p. 21.

<sup>5</sup> Id., p. 21

administração pública e promover a felicidade do Homem. Quanto mais se analisa esta idéia, maiores afinidades se descobrem entre a universidade e o Estado; quanto mais se vê a dependência mútua desses dois corpos, mais se percebe que a Ciência não pode florescer na universidade sem que ao mesmo tempo floresça o Estado, melhorando e aperfeiçoando a si mesmo. Essa compreensão chegou muito tarde a Portugal, mas enfim chegou, e estabelecemos sem dúvida o exemplo mais perfeito e completo da Europa atual.<sup>6</sup>

Era através da ciência que os ilustrados portugueses pretendiam tirar a pátria do atraso em que esta se encontrava. É esta concepção utilitária da ciência presente em Portugal a chave para entendermos a viagem filosófica de Ferreira. O naturalista é fruto das reformas pombalinas em Coimbra e sua viagem se insere num programa que, inventariando e descrevendo os recursos naturais da colônia e do reino, tem como estratégia para o desenvolvimento econômico de Portugal a ênfase na agricultura<sup>7</sup>.

Para administrar o curso de História Natural e Química foi designado o italiano Domingos Vandelli, que se encontrava em Coimbra desde 1764. A maior influência no ensino da História Natural em Portugal foi o *Systema Naturae* de Linneu. Através da obra de Linneu foi possível a classificação e denominação de animais e plantas<sup>8</sup>, transformando os caóticos gabinetes do século XVIII em centros de investigação científica, nos Museus de História Natural. Era objetivo de Vandelli que seus discípulos, além de nomear as diferentes espécies, se preocupassem com a utilidade que estas pudessem ter para economia portuguesa, o que estava de acordo com a filosofia presente nas reformas efetuadas em Coimbra. Para o cientista italiano:

O estudo da Zoologia não consiste num simples conhecimento dos nomes de cada animal; mas he necessario saber quanto for possivel a sua anatomia, seu modo de viver, e multiplicar, os seus alimentos, as utilidades, que delles se pode tirar; e saber aumentar, e curar, e sustentar os que são necessários na economia; procurar descobrir

---

<sup>6</sup> MAXWELL, Kenneth. op. cit., p. 114.

<sup>7</sup> ALMAÇA, Carlos; DOMINGUES, Ângela; FARIA, Miguel. Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira: Ciclo de Conferências. Lisboa : Academia da Marinha, 1992. p. 21

<sup>8</sup> Id., p. 07.

os usos daquelles que ainda não conhecemos immediatamente, ou extinguil-os se são nocivos, ou defender-se deles.<sup>9</sup>

Vandelli desempenhou um importante papel na formação e no desenvolvimento da História Natural nos domínios portugueses. Era seu objetivo o ambicioso projeto de escrever a História Natural das Colônias. Para isto foram treinados seus alunos e discípulos de Coimbra, grupo dos quais fez parte Alexandre Rodrigues Ferreira.

Ainda na universidade, Ferreira exerceu a função de Preparador de História Natural até 1778, quando regressou para Lisboa e foi indicado por Vandelli para ser responsável pela viagem exploratória ao Brasil, que só aconteceu em 1783. Em 1779 doutorou-se pela Universidade de Coimbra e passou a trabalhar no Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda até 1783.

O trabalho de Ferreira no Museu da Ajuda teve um importante papel para a profissionalização do naturalista. Suas viagens ao interior de Portugal para o exame das minas de carvão da região de Buarcos também tiveram esta mesma função de treinamento para a exploração que o naturalista deveria fazer no norte do Brasil. Estas viagens pelo interior de Portugal eram “o tempo necessário à preparação do naturalista no sentido do aperfeiçoamento da sua formação teórica, conferindo-lhe ao mesmo tempo, uma componente prática”<sup>10</sup>.

Apesar de constituir-se numa instituição autônoma, o Real Museu e Jardim Botânico da Ajuda estava estreitamente ligado com a Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos. O Museu incorporava importantes funções, pois era:

---

<sup>9</sup> Id., p. 9.

<sup>10</sup> Id., p. 19.

...museu de história natural; jardim onde, entre outras finalidades, se aclimatavam plantas de outras zonas, de outros continentes; centros de informação e difusão de conhecimentos de naturalistas portugueses e estrangeiros, de funcionários administrativos do reino e das colônias; organismo articulador das informações que, relacionadas com o aproveitamento de recursos naturais ou com as ciências da natureza, chegavam à Secretaria da Marinha e Negócios Ultramarinos, oriundas do ultramar; e, finalmente, núcleo de formação e preparação de alunos formados na Universidade de Coimbra, que o Estado Português queria utilizar no reconhecimento natural e na exploração econômica do território.<sup>11</sup>

A Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos e o Real Gabinete e Jardim Botânico da Ajuda<sup>12</sup> eram as duas instituições portuguesas que se destacaram neste contexto de patrocínio das viagens. Estas duas instituições, respectivamente política e científica, dão a dimensão do dualismo na exploração dos territórios ultramarinos por Portugal. Mas, como é possível perceber através da citação, mesmo a “instituição científica”, o Real Gabinete da Ajuda, tinha se tornado um local de aclimação de plantas e de experiências laboratoriais, com objetivos econômicos bem definidos. Este espírito de experiência e recolhimento de material para estudo com fins utilitaristas era notório entre intelectuais lusos e luso-brasileiros, alguns deles sendo responsáveis pessoalmente pela coleta e desenvolvimento de hortos para adaptação de espécies<sup>13</sup>.

De 1783 até 1792, Ferreira esteve no Brasil comandando uma expedição pela região norte do país<sup>14</sup> que será objeto de exame no próximo tópico deste capítulo.

---

<sup>11</sup> Id., p. 20.

<sup>12</sup> DOMINGUES, Ângela. As remessas das expedições científicas no norte brasileiro na segunda metade do século XVIII. In: Nas vésperas do mundo moderno: Brasil. Lisboa : Comissão dos descobrimentos portugueses, 1992. p. 88.

<sup>13</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (1783-1792). vol. 2, Mémoires zoologia e botânica. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1972. p. 122.

<sup>14</sup> TEIXEIRA, Dante. Um espelho distante: os resultados zoológicos da expedição de A. R. Ferreira. In: VIAGEM PHILOSOPHICA - Uma redescoberta da Amazônia. Rio de Janeiro: Editora Index, 1992. p. 65.



Retornando a Lisboa em 1793, Alexandre Rodrigues Ferreira obteve cargos na administração portuguesa, chegando, em 1795, a Vice-Diretor do Real Gabinete de História Natural e Jardim Botânico e, também, Administrador das Reais Quintas, sendo posteriormente Deputado da Real Junta de Comércio. Em 1807 recebeu o cargo de oficial na Alfândega do Maranhão, o qual não assumiu. Faleceu em Lisboa no dia 23 de abril de 1815.

Além das dificuldades inerentes a uma viagem que fez pelo interior da selva amazônica, quando regressou a Portugal, uma desagradável surpresa o esperava. Muitas das suas remessas encontravam-se inutilizadas, pois estavam estragadas ou com as etiquetas perdidas ou trocadas. Seus biógrafos reputam isto a Domingos Vandelli, seu antigo mestre e Diretor do Real Gabinete de História Natural e Jardim Botânico, que por “ciúme profissional” teria cometido tal ato.

Segundo os comentaristas de Ferreira, este fato somado à não publicação de suas obras teria desgostado profundamente o naturalista, causando sua morte aos 57 anos. Quanto às avarias do material coletado, isto pode até confirmar-se<sup>15</sup>, mas dificilmente o naturalista poderia esperar uma rápida divulgação de sua obra. A coroa portuguesa muitas vezes optou pela proibição da publicação de obras que pudessem atrair a cobiça de outras metrópoles, o que talvez fosse o caso em relação aos seus escritos administrativos. Existia a intenção de publicar as gravuras científicas<sup>16</sup>, mas esta pode ter sido prejudicada devido à situação política de Portugal que, com o

---

<sup>15</sup> Apesar disso não se apresentar como um problema intransponível, pois os franceses se utilizaram deste material, confiscado de Portugal no momento da invasão francesa, para seus trabalhos no campo da história natural.

<sup>16</sup> ALMAÇA, Carlos; DOMINGUES, Ângela; FARIA, Miguel. op. cit., p. 41.

agravamento das tensões no continente, teve que gastar muitos de seus recursos com despesas militares, adiando assim projetos científicos<sup>17</sup>.

Quando ocorreu a invasão francesa em Lisboa, em 1808, muitas das coleções e herbários portugueses foram levados para Paris. Entre eles se encontrava material da expedição de Ferreira, do qual G. Saint-Hilaire se apropriou<sup>18</sup>.

O fato de Ferreira não analisar as espécies coletadas no Brasil, muitas vezes só citando seu nome indígena, pode ser reputado à falta de tempo ou de material adequado para análise. Segundo Simon, “o naturalista deixou para estudar esses espécimes após o seu regresso a Lisboa, já que não desejava cometer erros”<sup>19</sup>. Mas sabe-se que nem mesmo depois de sua volta à Portugal ele fez estes exames. Isto talvez foi devido à desorganização e péssimo estado de conservação de suas remessas, às funções burocráticas que acumulou ou às seqüelas dos anos na selva, que o deixaram com a saúde debilitada. E, depois do saque promovido por Saint-Hilaire, este trabalho analítico se tornou quase impossível, pois:

Embora os manuscritos e a iconografia da “Viagem Filosófica” retornassem a Lisboa com a queda de Napoleão, o material zoológico terminaria por permanecer em Paris, sendo estudado por naturalistas como Saint-Hilaire, Cuvier, Lacépède e Levaillant, que nunca mencionaram a origem dos exemplares trabalhados. Cabem portanto, a Alexandre Rodrigues Ferreira os méritos da descoberta de numerosas espécies amazônicas descritas por terceiros, entre as quais destacam-se nada menos que 19 primatas, assim como o lobo-guará (*Chrysocyon brachyurus*), o boto-vermelho (*Inia geoffrensis*), e numerosas aves como o anambé-açu (*Cephalopterus ornatus*).<sup>20</sup>

---

<sup>17</sup> Id., p. 42

<sup>18</sup> Com a ajuda de Vandelli, diretor do Gabinete de História Natural, Saint-Hilaire confiscou “76 mamíferos, 387 aves, 32 répteis e anfíbios, 100 peixes, 12 crustáceos, 508 insetos e 468 conchas, em um total de 1.583 exemplares”. In: TEIXEIRA, Dante. op. cit., p. 71 e 72.

<sup>19</sup> SIMON, Willian. Uma esquecida expedição científica à Amazônia no século XVIII. In: VIAGEM PHILOSOPHICA - Uma redescoberta da Amazônia. Rio de Janeiro: Editora Index, 1992. p. 49.

<sup>20</sup> TEIXEIRA, Dante. Um espelho distante: os resultados zoológicos da expedição de Alexandre Rodrigues Ferreira. In: VIAGEM PHILOSOPHICA - Uma redescoberta da Amazônia. Rio de Janeiro: Editora Index, 1992. p. 72.

Do material que restou em Lisboa grande parte foi mandada para o Brasil, que se propôs a publicar estas obras. A publicação, iniciada em fins do século passado, infelizmente ainda não foi completada, e alguns de seus escritos encontram-se ainda inéditos e sem análise.

## 2.1 A Viagem

As viagens exploratórias portuguesas tinham dois eixos principais, que não eram excludentes e no caso de Ferreira, complementares. Aos objetivos científicos somavam-se os de ordem social e econômica. Interesses diversos que se coadunavam na exploração da Amazônia: “os interesses geo-estratégicos se imbricam com aspectos científicos, contribuindo para um conhecimento exacto e rigoroso de uma área considerada de importância vital para a política e economia nacionais”<sup>21</sup>. Para o naturalista, a expedição tinha o objetivo de “offerecer aos olhos simplet<sup>e</sup>. Curiosos objetos também curiosos, mas com as suas averiguações enriquecer de gêneros o commercio, adiantar a Agricultura e felicitar o Estado”<sup>22</sup>.

Nestas viagens exploratórias, de modo geral, procedia-se da seguinte maneira: primeiro fazia-se a descrição física, que contemplava o levantamento das condições naturais e econômicas. Era a agricultura o tema mais recorrente, mas a mineração e a indústria, principalmente com relação ao levantamento de matéria-prima, também

---

<sup>21</sup> ALMAÇA, Carlos; DOMINGUES, Ângela; FARIA, Miguel. op. cit., p. 23.

<sup>22</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos. In: SILVA, D. A. Tavares da. Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira: O Cientista Luso-Brasileiro. Lisboa: s/ ed., 1947. p.99.

estavam contempladas<sup>23</sup>. As informações contidas na narrativa de Alexandre Rodrigues Ferreira não se distanciam muito disso, tendo inclusive uma forte ênfase na agricultura, assunto que será o tema do terceiro capítulo.

Alexandre Rodrigues Ferreira foi mandado ao Brasil, junto com dois desenhadores e um jardineiro-botânico, pela Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, que também enviou, concomitantemente, João da Silva Feijó ao Cabo Verde, Manuel Galvão da Silva à Moçambique e Joaquim José da Silva à Angola. Estas expedições financiadas pela mencionada secretaria, como foi explicitado anteriormente, “tinham, entre outras finalidades, o objetivo de informar o governo das potencialidades econômicas dos territórios e recolher espécies naturais ou outros produtos que interessassem à história natural”<sup>24</sup>.

A viagem de Ferreira era a melhor aparelhada e contava com recursos maiores, mas ainda estava longe da idealização feita por Vandelli. Planejada para quatro naturalistas, matemáticos, químicos, militares e professores, a viagem reduziu-se apenas a quatro membros. “Assim, a viagem planejada para quatro naturalistas ficou resumida a um apenas, sem contar com os drásticos cortes financeiros e materiais”<sup>25</sup>. Este acúmulo de funções era motivo de queixa do naturalista, a sobrecarga de trabalho muitas vezes o desanimava, fazendo com que ele solicitasse um ajudante<sup>26</sup>, pois, dizia Ferreira, “eu também perco tempo em copiar minutas o tempo que devo empregar em

---

<sup>23</sup> NOVAIS, Fernando. *op. cit.*, p. 226 e 227.

<sup>24</sup> *Id.*, p. 89.

<sup>25</sup> RAMINELLI, Ronald. *Ciência e Colonização: Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira*. exemplar mimeografado. p. 5 e 6.

<sup>26</sup> “...juntos com elles vão os papeis que V. Ex.<sup>o</sup> avaliará como fôr servido, lembrando-se de quão extensa foi a comissão que confiou a hum só homem, muito novo ainda nos caminhos da sabedoria útil, e que não só trata de averiguar inscripções, costumes, literaturas, comércio, agriculturas, alem do peso enorme das produções dos e Reinos, mas que hade fazer copiar de tudo copias para irem, e para ficarem”. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Documentos...*, *op. cit.*, p.98.

observar”<sup>27</sup>. Também contribuía para desanimar o naturalista o descaso que muitos colonos pareciam ter com o seu trabalho. Esta incompreensão o incomodava, sendo motivo de queixa em sua correspondência<sup>28</sup>.

As ordens da coroa portuguesa, representada no caso pelo Governador e Capitão Geral do Estado do Grão-Pará e Maranhão Martinho de Souza Albuquerque, eram claras: o naturalista deveria ser atendido e ajudado em sua missão por todo o território. A portaria expedida pelo governador afirmava que os diretores das povoações e comandantes das fortalezas deveriam prestar todo auxílio possível, providenciando os alimentos, remeiros e canoas que o naturalista viesse a requisitar. O não-cumprimento desta portaria poderia resultar em castigo para o infrator<sup>29</sup>.

Através do exame da correspondência de Ferreira, verifica-se a presteza com que os governadores das Capitanias e os funcionários portugueses na Colônia atendiam esta determinação quando isto era possível<sup>30</sup>. A impossibilidade se dava quando faltavam verbas e material para a expedição, o que às vezes era motivo de atraso da partida.

---

<sup>27</sup> Id., p. 110.

<sup>28</sup> Id., p. 101.

<sup>29</sup> ...os directores e commandantes de todas as fortalezas e povoações, por onde transitar, ao aonde mandar, lhe prestarão todo o auxilio e ajuda, que pelo sobredito lhes fôr requerido, apromptando-lhe todo o mantimento, que precisa e indios necessários para as equipações das canôas do seu transporte, praticando o mesmo todos os officiais auxiliares, juizes ordinarios, camaras, auxiliando-o com a gente que requerer, e com as noticias e informações que pedir, deixando penetrar todos os rios, serras, matos, e abrir minas, aonde julgar preciso, em ordem ao bom fim das diligencias de que vai encarregado por ordem de Sua Magestade, ficando seriamente responsavéis os que faltarem em todo, ou em parte contra á execução desta minha ordem, e contra eles procederei ao merecido castigo. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro*. R.IHGB, 48: 1-234, 1885.p. 5 e 6

<sup>30</sup> Isto poderia ser feito na prestação de auxílio material ou no pronto atendimento aos pedidos de Alexandre Rodrigues Ferreira, exemplo disto e a presteza com que João Pereira Caldas atendeu ao pedido do naturalista para conhecer um índio Cambeba que ele pretendia descrever. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. (1783-1792). Vol. 1, Memórias antropologia. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. p.52.

Percebe-se que a coroa portuguesa financiava a expedição em dois níveis. O primeiro dele era o metropolitano, quando a coroa financiava a viagem para a Colônia, pagava os salários dos participantes e equipava materialmente as expedições. O financiamento também se dava a nível colonial, quando a Fazenda Real das capitanias custeava “os barcos, os homens e os alimentos e o pagamento da outra parte dos ordenados ou comedorias aos exploradores”<sup>31</sup>.

Desta maneira, embora diretamente subordinado à Secretaria de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos, os governos das capitanias também influenciavam nos rumos da expedição. João Pereira Caldas, Capitão Geral da Província do Rio Negro, além de prestar apoio à expedição também indicou várias regiões para serem examinadas pelo naturalista. Foram as suas ordens que deram origem às participações sobre o Rio Negro, que constituem a *Viagem Filosófica pela Capitania do Rio Negro*, uma das principais obras do naturalista e fonte desta pesquisa. Os governadores das capitanias e os organismos locais de poder eram “um elo funcional na articulação que se estabelecia entre o reino e o naturalista, caracterizada, num sentido, pela transmissão de ordens e instruções, e, no outro, pelo envio de participações e memórias, remessas de produtos e desenhos”<sup>32</sup>.

Em sua estadia de nove anos no país, Ferreira visitou o Grão-Pará, São José do Rio Negro, Mato-Grosso e Cuiabá, levantando um extenso material, que inclui memórias, coleções de animais e plantas, participações e desenhos sobre diversas áreas do conhecimento como Antropologia, Geografia, Botânica, Zoologia, História, Medicina e Administração Pública<sup>33</sup>. Este interesse iluminista eclético, apesar da

---

<sup>31</sup> ALMAÇA, Carlos; DOMINGUES, Ângela; FARIA, Miguel. op. cit., p., 27.

<sup>32</sup> Id., p. 28.

característica fortemente utilitária do iluminismo português, por todos os domínios do conhecimento e da ciência também é perceptível no *Roteiro de obras sobre o Brasil* elaborado pelo autor. Neste Roteiro ele cita inúmeros livros e manuscritos de diversas áreas, necessários para o conhecimento do Brasil<sup>34</sup>. O autor dá informações de praticamente todos os campos de conhecimento, citando obras de matemática, história natural, lingüística, medicina, cartografia, etc. Mas isto não quer dizer que a expedição tinha à sua disposição uma vasta biblioteca. Ao tentar descrever os animais marinhos em sua viagem de vinda, Ferreira reconhecia a defasagem de seus instrumentos de análise. Simon afirma que “ao descrever um peixe, (o naturalista) reconhecia as limitações do seu equipamento e da biblioteca, e observava a necessidade de uma completa biblioteca de referência para fazer uma descrição mais precisa”<sup>35</sup>.

Além da biblioteca, o naturalista levava em sua viagem uma cozinha de campanha, um laboratório portátil, apetrechos de caça e pesca e uma arca de medicamentos. Mas isto não suficiente para equipar de maneira completa esta viagem que foi, sem dúvida, a mais importante viagem científica do período colonial no Brasil, que durante 9 anos percorreu cerca de 40.000 quilômetros das regiões Norte e Centro-Oeste.

Todavia, apesar do apoio oficial a viagem não foi, de maneira nenhuma, tranquila. Os problemas tinham dois motivos principais, os perigos e obstáculos naturais em viagens de exploração e os relacionados à administração colonial, como a

---

<sup>33</sup> O estudo desta viagem, com os seus principais fatos se encontram em SIMON, Willian. Uma esquecida expedição científica à Amazônia no século XVIII. In: VIAGEM PHILOSOPHICA - Uma redescoberta da Amazônia. Rio de Janeiro: Editora Index, 1992. p.29-64.

<sup>34</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (1783-1792). Vol. 2, Memórias Zoologia e Botânica. op. cit. p.107-126.

<sup>35</sup> SIMON, Willian. op. cit., p. 31.

falta de recursos materiais ou remadores. Eram muitas as viagens neste período na região amazônica. Às expedições de coleta de drogas somavam-se a expedição de Ferreira e as expedições demarcatórias. Isto consumia os recursos materiais das vilas que eram obrigadas a fornecer alimentos e índios remeiros.

São comuns as queixas de Alexandre Rodrigues Ferreira sobre as doenças e febres<sup>36</sup>, que causaram a morte do jardineiro Agostinho Joaquim do Cabo<sup>37</sup>, e debilitaram vários participantes da expedição, inclusive o próprio Ferreira<sup>38</sup>. Existiam também problemas relacionados com a grande quantidade de insetos<sup>39</sup> ou a transposição das difíceis cachoeiras dos rios amazônicos<sup>40</sup>.

A falta de canoas e índios<sup>41</sup> para prosseguir viagem era um dos maiores problemas enfrentados pela expedição. As dificuldades de alimentação e mão-de-obra, comuns na região, contavam com o agravante da sobreposição da expedição de Ferreira e as expedições demarcatórias, exploratórias e de coleta de drogas do sertão<sup>42</sup>. Esta sobrecarga de trabalho somava-se à péssima alimentação destinada aos índios, muitas vezes estragada, causando intoxicação alimentar<sup>43</sup>, o que elevava os

---

<sup>36</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885.p. 191.

<sup>37</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos..., op. cit. p. 92.

<sup>38</sup> Id., p. 100 e 102.

<sup>39</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (1783-1792). Vol. 2, Memórias Zoologia e Botânica. op. cit. p.71.

<sup>40</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885.p. 100, 198 e 222.

<sup>41</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos..., op. cit. p. 95 e 97.

<sup>42</sup> Alexandre Rodrigues Ferreira dá notícia em sua correspondência do encontro de sua expedição com a de Manoel da Gama Lobo de Almada. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos..., op. cit., p. 132 e 97.

<sup>43</sup> Ao falar da salga do pirarucu e do peixe-boi Ferreira levanta este problema, comum na época, de intoxicação alimentar dos índios, que ao ingerirem os peixes em mau estado de conservação, quase putrefatos, adoeciam e não raras vezes morriam, o que agravava ainda mais o problema da falta de remeiros nas expedições. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitanias*



níveis de mortalidade. E, para escapar desta exploração, os índios fugiam, agravando mais ainda o problema<sup>44</sup>. De imediato diminuía-se o número de remeiros, o que atrasava a viagem. E, se este índio desertor fosse treinado para a coleta de espécies era necessário substituí-lo, o que resultava em mais transtorno.

O naturalista admitia que as expedições de coleta de drogas, principalmente no Alto Solimões e do Alto Rio Negro, algumas vezes proporcionavam lucros<sup>45</sup>. Mas elas eram em número tão elevado que os problemas que acarretavam, como a fuga e a morte dos índios, eram um fator de atraso no desenvolvimento da região. Estas expedições de coleta e exploração também possibilitavam o contato e conhecimento de novas etnias, as quais os portugueses tentavam incorporar ao seus domínios<sup>46</sup>. Algumas tribos, como os caripunas, pressentindo este perigo, fugiam, adiando assim o contato e posterior inclusão ao Império Português<sup>47</sup>.

A preocupação de Ferreira com o atraso da economia da região era muito mais recorrente em seus escritos do que as análises científicas da fauna, flora ou dos índios. Apesar do duplo objetivo de sua expedição, fazer ciência e desenvolver a região, os seus escritos se revelaram muito mais utilitários do que científicos. A análise desta tensão entre ciência e a administração colonial serão o assunto central do próximo tópico deste capítulo.

---

do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (1783-1792). Vol. 2, Memórias Zoologia e Botânica. op. cit., p. 16 e 61.

<sup>44</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos..., op. cit., p. 132.

<sup>45</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 49: 123-288, 1886. p. 196.

<sup>46</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (1783-1792). Vol. 1, Memórias Antropologia, op. cit., p. 31

<sup>47</sup> Id., p. 55.

## 2.2 Os Escritos do Naturalista

### 2.2.1 Sobre a Flora e a Fauna

As memórias de Ferreira sobre botânica, cujos os títulos já demonstram o seu caráter essencialmente pragmático<sup>48</sup>, se resumem à descrição de algumas árvores escolhidas por um critério muito simples: sua utilidade. O autor estava preocupado em dar os nomes, muitas vezes apenas a denominação indígena, das árvores e palmeiras mais propícias e utilizadas na construção de casas e canoas, marcenaria, curtume de madeira ou cobertura das casas, como demonstram os próprios títulos dessas memórias. Junto aos nomes e utilidade o autor também adicionava informações de como proceder na utilização da madeira, a melhor época para cortá-la ou a maneira correta de secar as folhas das palmeiras. Em nenhuma destas memórias o naturalista fez uma descrição pormenorizada, respeitando os ensinamentos de Linneu.

Quando são analisadas as suas memórias zoológicas<sup>49</sup> o caráter utilitário também se apresenta claramente. Entre as 10 memórias elencadas, o naturalista faz

---

<sup>48</sup> Memórias sobre as madeiras mais usuais de que costumam fazer canoas, tanto os índios, como os mazombos do Estado do Grão-Pará; Madeiras, que servem, para casa, e para obras de marcenaria, Memórias sobre as cascas de paus que se aplicam para curtir couros, Memórias sobre as palmeiras do Estado do Grão-Pará cujas folhas servem para se cobrirem as casas e para outros usos, “Memória sobre as Palmeiras”, são as palmeiras que eu vi, e me informaram os práticos, que haviam, nas matas do Estado do Grão-Pará

<sup>49</sup> As memórias sobre zoologia escritas por Ferreira e publicadas pelo Conselho Federal de Cultura são em número de 10 e se intitulam: Descrição e Memória sobre o peixe Pirarucu (p. 13-16), Relação dos peixes dos sertões do Pará (p.17-23), Memória sobre as tartarugas (p. 25-31), Memória sobre as variedades de tartarugas que há no Estado do Grão-Pará e do uso que lhe dão (p. 33-35), Memória sobre a Jurararetê (p.37-43), Memórias sobre os jacarés do Estado do Grão-Pará (p. 45 e 46), Relação dos animais quadrúpedes, silvestres, que habitam nas matas de todo o continente do Estado do Grão-Pará, divididos em três partes: Primeira, dos que se apresentam nas mesas por melhores; segunda, dos que comem os índios em geral e alguns brancos quando andão em diligência pelo sertão; terceira, dos que não se comem (p. 47-55), Memória sobre o peixe-boi e do uso que lhe dão no Estado do Grão-Pará (p. 59-65), Observações Gerais e Particulares, sobre a classe dos mamíferos observados nos territórios dos três rios, das Amazonas, Negro e da Madeira: com descrições circunstanciadas, que

um estudo mais apurado sobre os animais apenas na memória sobre os mamíferos. Mas, mesmo assim, as informações sobre os animais são incompletas, poucas vezes trazendo a descrição científica do animal. Algumas informações e descrições também são encontradas na lista dos animais do Grão-Pará<sup>50</sup>. Segundo Teixeira, as informações zoológicas sobre a viagem de Ferreira se apresentam de maneira fragmentária e pouco abrangente:

...embora as tendências iluministas e enciclopedistas da época objetivassem uma visão totalizadora da natureza, o ideário mercantil assumido no cotidiano da expedição terminou por produzir originais que afirmam - e de maneira bastante inequívoca - uma visão totalmente utilitarista, postura esta que sempre permeou as relações existentes entre o Ocidente Cristão e o universo natural desde a Idade Média. (...) Na realidade, a esmagadora maioria dos textos disponíveis trata a fauna apenas como um recurso a ser explorado.<sup>51</sup>

Estas descrições apresentam-se de maneira bastante esquemática, e pode se estabelecer uma tipologia das mesmas. Inicialmente o autor nomeia o animal, às vezes constando apenas o nome indígena, como já foi mencionado, e faz uma rápida descrição dele, algumas vezes informando seu habitat e dando algumas informações sobre a sua alimentação e reprodução. Finalizando, Ferreira completa este quadro de informação mostrando os usos econômicos e dietéticos do animal.

Para ilustrar isto é interessante reproduzir a descrição de Ferreira sobre o boto:

---

quase todos eles, deram os antigos, e, modernos naturalistas, e principalmente com a dos tapuios (p. 67-202), Lista dos animais que fazem objeto das caçadas e das pescarias dos índios (p. 212-222). Além disto o conselho Federal de Cultura Publicou o catálogo de obras existentes no Museu Real da Ajuda em Lisboa (p. 205-214).

<sup>50</sup> Relação dos animais quadrúpedes, silvestres, que habitam nas matas de todo o continente do Estado do Grão-Pará, divididos em três partes: Primeira, dos que se apresentam nas mesas por melhores; segunda, dos que comem os índios em geral e alguns brancos quando andão em diligência pelo sertão; terceira, dos que não se comem. In: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitâneas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (1783-1792). Vol. 2, Memórias Zoologia e Botânica. op. cit., p. 47-55.

<sup>51</sup> TEIXEIRA, Dante. op. cit., p. 67 e 68.

*Delphinus delphis* Lin.  
**PIRÁ-IGUARA, BOTO**

Art. Gen. H. Syn. 105. *Delphinus*: Bel., Pisc. 9. Rond. Pisc. 459. *Delphinus antiquorum*: Raõ Pisc. 12. Will. *Delphinus Delphis*, corpore oblongo; subtereti, rostro attenuato, acuto: Lin., Syst. Nat., p. 108, gen 40, 2º.

Parece peixe, mas realmente não o é, segundo os caracteres muito alheios àquela classe. Por ser um animal aquático, em tudo se conforma com os outros, excetuada somente a figura do corpo e dos membros. Ele é oblongo, de uma cor preta-azulada e, em partes, malhado. Tem o dorso quase redondo, o focinho estendido, delgado, agudo e com dentes em ambas as maxilas, que são assoveladas. Vê-se na cabeça uma fistula em figura de meia lua. Distinguem-se duas castas: grande e pequeno, a que se dá o nome de Tucuxi.

#### USO

**ECONÔMICO** - do fígado e das banhas faz-se muito azeite para as lâmpadas.<sup>52</sup>

Esta é a maneira do naturalista comumente expor as suas descrições. No caso citado não se tem informações sobre habitat, alimentação, reprodução ou anatomia interna, básicas para o estudo e identificação do animal.

As exceções são referentes aos animais de grande importância econômica para a colonização, como a tartaruga ou o peixe-boi. Destes úteis animais Ferreira faz uma minuciosa descrição, trazendo informações bastante completas sobre a maneira de caçá-los<sup>53</sup> e, inclusive, de prepará-los para alimentação<sup>54</sup>. Os usos destes animais foram detalhadamente descritos pelo naturalista e a sua importância econômica salientada. Estas informações foram ainda ressaltadas por memórias exclusivas que o autor fez do peixe boi e das tartarugas<sup>55</sup>.

<sup>52</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (1783-1792). Vol. 2, Memórias Zoologia e Botânica. op. cit., p. 201-202.

<sup>53</sup> Id., as informações sobre a forma de caçar o peixe-boi encontram-se nas páginas 59, 60, 197 e 198 e a caça das tartarugas é assunto das páginas 25, 26, 27, 33, 34, 39 e 40.

<sup>54</sup> Id., do peixe-boi o naturalista informa que consumia-se a banha, a carne fresca, seca, em mixira, em salmoura e linguiça, sendo ele “um dos animais mais úteis do Estado do Pará” (p. 60-62, 199 e 200) e da tartaruga era aproveitada os ovos (manteiga e iluminação), a carne era consumida fresca, seca, em mixira e salmoura, além de seu casco (p. 27, 28, 34, 35, 37, 38, 39, 42). Enquanto a carne do peixe-boi era comparada a de porco, as tartarugas eram consideradas as vacas do Pará.

<sup>55</sup> O Conselho Federal de Cultura publicou 3, mas comentaristas apontam a existência de outras memórias que não foram encontradas.

Reforçando ainda o espírito utilitário da expedição de Ferreira é interessante citar como ilustração o título de uma de suas memórias: *Relação dos animais quadrúpedes, silvestres, que habitam nas matas de todo o continente do Estado do Grão-Pará, divididos em três partes: Primeira, dos que se apresentam nas mesas por melhores; segunda, dos que comem os índios em geral e alguns brancos quando andam em diligência pelo sertão; terceira, dos que não se comem*<sup>56</sup>. Como é evidente, o caráter classificatório da sistematização feita pelo naturalista neste caso é a possibilidade do animal servir de alimento para os colonizadores.

O caráter pragmático não se encontra apenas na enumeração da utilidade dos animais, mas também na crítica de sua exploração predatória “o que confere nova substância às propaladas observações ‘conservacionistas’ de Alexandre Rodrigues Ferreira, cujos reclamos em verdade criticavam a ineficiência e o desperdício administrativo”<sup>57</sup>. Ferreira condena o desperdício na pesca da tartaruga<sup>58</sup> e do peixe-boi<sup>59</sup>. Apesar disto o autor afirma, conformadamente, ser impossível o ‘cuidado’ para evitar a escassez de tartarugas pois estas se apresentavam como o principal alimento das muitas expedições da região<sup>60</sup>. Quando criticou o desperdício na pesca do peixe-boi e a ineficiência dos pesqueiros reais, Ferreira fez uma sugestão tipicamente

---

<sup>56</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitâneas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (1783-1792). Vol. 2, Memórias Zoologia e Botânica. op. cit., p. 47.

<sup>57</sup> TEIXEIRA, Dante. op. cit., p. 68.

<sup>58</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitâneas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (1783-1792). Vol. 2, Memórias Zoologia e Botânica. op. cit., p. 39, 41 e 42.

<sup>59</sup> Id., p. 62.

<sup>60</sup> Id., p. 41.

mercantilista para solucionar o problema. Pretendia contornar esta situação sugerindo que a coroa instituisse o monopólio da pesca do peixe-boi no Estado<sup>61</sup>.

Apesar de conhecer a obra de Linneu<sup>62</sup> o autor não nomeou e nem estudou profundamente as espécies coletadas, preferindo na maioria dos casos apenas reproduzir os seus nomes indígenas e a utilização que o animal teria para os colonizadores, muitas vezes utilizando-se de informações dos índios para escrever sua obra.

Desta forma, segundo Raminelli, o naturalista desrespeitou completamente às instruções de uma viagem filosófica. Obedecendo à lógica colonial, Ferreira distanciou-se dos cânones científicos do século XVIII, aproximando-se dos relatos feitos por curiosos, missionários ou sertanistas que descreveram os primeiros séculos da colonização portuguesa<sup>63</sup>.

### 2.2.2 Sobre os Indígenas

Os escritos sobre os índios na obra de Ferreira confirmam novamente o caráter utilitário e pragmático que predomina no *Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro*, bem como na *Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. Nas memórias sobre antropologia<sup>64</sup> alguns

---

<sup>61</sup> “Assim falando, de baixo de toda a verdade, e segundo a experiência que tenho, podia o estabelecimento do Pesqueiro de que se trata ser muito mais interessante às reais rendas de sua Majestade dando um mais avultado estipêndio à Real Fazenda, concedendo-se maior número de gente ao Contratador que arrematasse bem entendido, e proibidas as pescarias de pessoas particulares”. In: Id., p. 64.

<sup>62</sup> A confirmação de que ele era capaz de realizar esta tarefa se encontra na descrição que o naturalista fez do peixe pirarucu. Neste trabalho ele seguiu todas as normas estabelecidas por Linneu, uma exceção em sua obra. Devido a não-publicação de sua obra, a descoberta da espécie foi reputada a Curvier e Agassiz, que publicaram seus estudos sobre o peixe em 1829, quarenta e dois anos depois do estudo inédito de Ferreira.

<sup>63</sup> RAMINELLI, Ronald. op., cit., p. 09.

<sup>64</sup> Foram publicadas vinte memórias sobre antropologia pelo Conselho Federal de Cultura. A primeira é um quadro detalhado do trabalho indígena na capital do Rio Negro, Barcelos (p. 21), e as demais tem os seguintes títulos: Sobre explicação de ambos os desenhos da planta e do alçado em

dados etnográficos são levantados e o autor sempre se preocupa em descrever as deformidades físicas dos índios, mas, como nas memórias sobre zoologia e botânica, o que realmente se evidencia são as informações úteis para a colonização. Aspectos de interesse material, como a manufatura de utensílios ou o fato dos índios serem ou não lavradores, aliados ou hostis, eram informações que estavam sempre presentes nas memórias<sup>65</sup>. Como exemplo, é possível citar a memória sobre a pacificação dos Muras, que é a mais extensa produzida pelo autor, indicando como este fato era importante e necessário para a colonização da região norte.

O processo de manufatura de um determinado utensílio muitas vezes era o único assunto da memória, sendo extremamente minucioso. Ferreira descrevia todas as etapas da produção e as técnicas utilizadas pelos indígenas. A memória número seis, sobre as cuias que fazem as índias de Monte Alegre e de Santarém, é um exemplo esclarecedor. O naturalista descreve detalhadamente o processo de manufatura das cuias, ignorando totalmente qualquer informação sobre as índias que as produziam<sup>66</sup>.

---

perspectiva de cada uma das malocas dos gentios Curutus situados no Rio Apaporis, segundo as fez desenhar e remeteu para o Real Gabinete de História Natural o Dr. Naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (p. 23-25), Sobre os gentios que habitaram e habitam no Guaporé (p. 27-29), Sobre a figura que tem os gentios Mauhas, habitantes do Rio Cumari e seus afluentes, segundo as fez desenhar e remeteu o desenho dela para o Real Gabinete de História Natural o Dr. naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira (p. 31 e 32), Sobre a louça que fazem as índias do Estado (p. 33 e 34), Sobre as cuias que fazem as índias de Monte Alegre e Santarém (p. 35-39), Sobre as máscaras e camisetas que fazem os gentios yurupixunas (p. 41-46), Sobre as salvas de palhinha pintadas pelas índias da vila de Santarém (p. 47 e 48), Sobre o gentio Cambéba que habitava as margens e nas ilhas do Rio Solimões (p. 49-54), Sobre o gentio Caripuna que habitava na margem ocidental do rio Jatapu (p. 55-57), Sobre o gentio Mura (p. 59-67), Sobre o gentio Uerequena que habitam os Rios Içana e Xié, afluentes do Rio Negro (p. 69-73), Sobre o gentio Guaikuru (p. 75-83), Sobre os gentios Yurupixunas, os quais os distinguem dos outros em serem mascarados (p. 85 e 86), Sobre a nação Catauixi (p. 87-89), Sobre o gentio Miranha que habita a margem setentrional do Rio Solimões, entre o Japurá e o Içá, Memória sobre os índios espanhóis (93-95), Sobre os instrumentos de que usa o gentio para tomar o tabaco - Paricá (p. 97 e 98), Mémoira da nação Juioana a que chamam hoje Sucaca (p. 99-101), Notícias da voluntária redução de paz e amizade da feroz nação do gentio Mura no anos de 1784, 85 e 86 (p. 105-161)

<sup>65</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (1783-1792). Vol. 1, Memórias Antropologia, op. cit., p. 28,29.

<sup>66</sup> Id., p. 35-39.

Os artefatos produzidos pelos indígenas eram mais importantes para o naturalista do que a sua observação direta, pois ao comentar o projeto de escrever uma obra sobre os indígenas o autor considerava essencial o exame dos seus artefatos<sup>67</sup>. E devido à rusticidade destes artefatos o naturalista remeteu os índios americanos à infância da sociedade, numa perspectiva claramente evolucionista<sup>68</sup>. Os indígenas mais civilizados eram os que mais próximo se encontravam dos costumes europeus. Segundo o naturalista, a nação indígena mais civilizada era a dos Cambebas, afinal não andavam nus e fabricavam o algodão. Para o cientista “uma nação de índios fabricantes e comerciantes, pode-se ter por um prodígio”<sup>69</sup>. Paradoxalmente, na página anterior da memória sobre os Cambebas, Ferreira os classifica como bárbaros porque provocavam deformações em suas cabeças e usavam dentes humanos como adorno. O comentário do naturalista sobre um nativo Uaupé serve perfeitamente como outra ilustração do utilitarismo presente nas suas obras : “é para sentir, que viva tanto gentio embrenhado no mato, em servir nem a si nem a ninguém”<sup>70</sup>.

O preconceito e a falta de compreensão dos costumes indígenas predominam nos escritos de Ferreira. Existem algumas exceções, como é o exemplo dos seus escritos sobre a dança<sup>71</sup>, onde o naturalista busca entender sua função ritual na sociedade indígena. Mas, de maneira geral, ao analisar os costumes indígenas,

---

<sup>67</sup> Id., p. 73.

<sup>68</sup> Id., p. 73.

<sup>69</sup> Id., p. 51.

<sup>70</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885. p.148.

<sup>71</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (1783-1792). Vol. 1, *Memórias Antropologia*, op. cit., p. 42-45.



Alexandre Rodrigues Ferreira enfatizava a belicosidade, inconstância, indolência e antoprofagia<sup>72</sup>.

Em suas memórias sobre os índios, o naturalista repetiu muitos dos estereótipos presentes nos relatos sobre os ameríndios, preferindo recorrer às descrições feitas por viajantes do que a sua própria convivência com eles<sup>73</sup>. Segundo Raminelli, na análise dos nativos, a experiência foi preterida em relação à tradição. “Contrariando uma máxima da Revolução Científica do século XVII, Ferreira concedeu ao passado a autoridade de comentar eventos e episódios vivenciados durante a viagem”<sup>74</sup>. Este desinteresse pela realidade e pela experimentação não se repetiu em seus escritos econômicos. No fomento à agricultura, Ferreira encontra-se em perfeita sintonia com as preocupações de sua época.

Ferreira considerava os índios “gallos do campo, que por mais milho que se lhes deite, com dificuldade se habituarão as capoeiras”<sup>75</sup>. Mas, sintoma de seu ecletismo contraditório, também defendeu a liberdade dos indígenas, do trabalho livre sem coação<sup>76</sup>. Para o naturalista, era compreensível que os índios se negassem a trabalhar devido às condições injustas impostas pelos diretores.

O utilitarismo presente nos escritos do naturalista não é gratuito. Alexandre Rodrigues Ferreira tem muito claro a importância dos indígenas para o projeto colonial português. Segundo o naturalista é no aldeamento e na civilização dos índios,

---

<sup>72</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *RIHGB*, 51: 5-166, p. 10, 11 e 12.

<sup>73</sup> RAMINELLI, Ronald. op. cit., p. 13.

<sup>74</sup> Id., p. 13.

<sup>75</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *RIHGB*, 48: 1-234, 1885. p.57.

<sup>76</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos..., op. cit., p.145.

que “consiste o principal interesse d’ esse Estado, e se reduzem os principaes objectos da ordens de sua magestade”<sup>77</sup>. Estes objetivos seriam alcançados através da inserção do indígena na sociedade colonial, como vassalos do reino. O naturalista estava de acordo com o projeto do diretório pombalino, discutido no primeiro capítulo.

Esta inserção se daria através do trabalho nas lavouras e também da civilização dos índios, ou seja, a uniformização dos costumes indígenas, da diversidade cultural das diversas tribos. A miscigenação, promovida no referido diretório, através dos casamentos dos colonos com as índias, seria uma das formas de inserção dos indígenas resgatada por Ferreira<sup>78</sup>. O naturalista reproduz os artigos 88 e 89 do diretório que tratam desta questão e afirmavam que:

...entre os meios mais proporcionados para se entreter a união e a sociedade civil, nenhum era mais eficaz do que procural-a por via de casamentos, applicassem os directores toda efficacia do seu zelo em persuadir a todas as pessoas brancas, que assistissem nas suas povoações, que os indios tanto não eram de inferior qualidade a respeito d’ellas, que pelo contrario, dignando-se o mesmo Senhor de os habilitar para todas as honras competentes às graduações dos seus postos, consequentemente ficariam logrando os mesmos privilegios as pessoas, que casassem com as ditas indias<sup>79</sup>.

Para reforçar a idéia do casamento inter-racial, para cada branco ou soldado que casasse com uma índia eram dados incentivos materiais. Estes recebiam “o donativo de um machado, uma fouce, um ferro de cova, uma enxada, uma peça de bretanha e sete varas de linhagem, ou estôpa”<sup>80</sup>, produtos essenciais para a vida na região.

---

<sup>77</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro*. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885. p.154.

<sup>78</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro*. *R.IHGB*, 51: 5-166, 1888. p.25. e 49, p. 161

<sup>79</sup> Id., p.25.

<sup>80</sup> Id., p. 25.

O contato com o português também levava à aculturação. Os próprios índios, conta o naturalista, adotavam nomes portugueses<sup>81</sup>, cumprindo assim uma das disposições do diretório. Algumas características que determinavam etnias (como a cabeça achatada dos Cambebas ou as tatuagens dos Yuripixumas) já estavam se tornando raras no momento da viagem de Ferreira<sup>82</sup>. Os índios começavam a se envergonhar de sua cultura, adotando práticas dos colonizadores e abandonando costumes tribais<sup>83</sup>.

Desde 1755 os índios foram declarados livres, no aspecto econômico e político. Mas esta liberdade tinha limites muito claros, os quais foram definidos pelo Diretório. Os índios deveriam ser livres economicamente para servir à Metrópole, trabalhando na agricultura e pagando dízimo. A liberdade política era a de ser vassalo da coroa portuguesa, cumprindo, como já foi visto, a função de legitimar a posse portuguesa na região.

É esta liberdade, para servir a coroa portuguesa e viabilizar o projeto colonial português resumido neste período através do mercantilismo ilustrado, essencialmente pragmática, que Alexandre Rodrigues Ferreira defendeu para os indígenas. A recusa dos indígenas em aceitar servir a Deus ou à coroa poderia levá-los de volta à escravidão.

Apesar de não descrever detalhadamente os índios, o naturalista sempre se preocupa em assinalar a posição de aliado ou inimigo diante do governo português. Os aliados sempre são elogiados, enquanto que os desobedientes são ameaçados com

---

<sup>81</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885. p. 191.

<sup>82</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitânicas do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (1783-1792). Vol. 1, *Memórias Antropologia*, op. cit., p. 28,29. p. 52, 86.

<sup>83</sup> Id., p. 86.

a escravização. E é isto que Ferreira defende no caso dos Muras (antes da sua pacificação), índios hostis à colonização portuguesa<sup>84</sup>. Era a reescravização que ocorreria apenas em casos limites e seria estritamente comandada pelo Estado<sup>85</sup>.

### 2.3 Funcionário Real ou Naturalista?

Nos relatos de Ferreira, apesar de feitos por um naturalista, concentram-se informações políticas e econômicas, úteis para a administração portuguesa, como já ficou explícito na análise feita até o momento. Goeldi, um de seus biógrafos, com pesar afirma que “como informador oficial, como funcionário público, A. R. Ferreira era inexcedível. O lado da economia social está sempre posto em primeiro plano; evidentemente ele considerou-o como o assunto mais importante na sua missão”<sup>86</sup>. Goeldi considera que as obrigações administrativas impossibilitaram que o naturalista se dedicasse mais à ciência, frustrando um pouco a expedição em seu caráter científico.

Esta opinião é compartilhada por Teixeira que afirma:

De certo modo, Alexandre Rodrigues Ferreira termina por assumir a postura de um autêntico inspetor colonial, ingrata tarefa que consome boa parte dos seus esforços, em prejuízo do apaixonado naturalista. Presente a cada momento de uma infortunada trajetória a serviço da Coroa, esta abnegada servidão e mansuetude de fato revelaram um fiel súdito do colonialismo português<sup>87</sup>.

---

<sup>84</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 50: 11-142, 1887. p. 93-104.

<sup>85</sup> Id., p. 73-74.

<sup>86</sup> GOELDI, Emílio A. *Alexandre Rodrigues Ferreira*. Brasília: UNB, 1982. p.86.

<sup>87</sup> TEIXEIRA, Dante., op. cit., p. 66.

Esta constatação de Teixeira, que o cotidiano da expedição foi essencialmente em função das questões administrativa, também foi evidenciada no exame de suas memórias sobre antropologia, zoologia ou botânica.

Para entender estas questões utilitárias levantadas por Alexandre Rodrigues Ferreira temos que levar em conta o contexto em que ele se inseria e a sua concepção de ciência. Maria Odila Dias<sup>88</sup> esclarece esta questão quando resgata o pragmatismo de que se revestia a ciência para a geração de estudiosos brasileiros deste período. Eles preocupavam-se demasiadamente com a utilidade de seus estudos e memórias.

Para Ferreira, o estudo da natureza é uma necessidade e mesmo quando não se encontra esta utilidade de maneira imediata, ela existe. O autor ilustra tal asserção citando o exemplo do estudo de plantas venenosas, que se torna necessário para identificá-las e evitá-las<sup>89</sup>. Era a necessidade iluminista de desvendar o mundo físico aliada à concepção pragmática da ciência em Portugal.

O espírito de crítica e investigação estava relacionado a todos os assuntos do conhecimento, inclusive o homem, relacionado por Ferreira como um mamífero, descrito entre os outros mamíferos do Grão-Pará. Estudando o “tapuío”, como o autor denomina o ameríndio, Ferreira dá mostras deste espírito iluminista do século XVIII. A discussão que ele faz sobre a possibilidade de existência de uma tribo de índios caudatos é um exemplo disto<sup>90</sup>. O autor, após considerar o assunto sob diversos aspectos, encerra o assunto derrubando esta hipótese e fazendo uma comparação entre

---

<sup>88</sup> DIAS, Maria O. da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. Rio de Janeiro: s/ ed. 1969. Separata da R.IHGB, vol. 278.

<sup>89</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos..., op. cit., p.113.

<sup>90</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (1783-1792). Vol. 2, Memórias Zoologia e Botânica. op. cit., p. 134-137.

o maravilhoso e o filosófico, na qual repudia o primeiro e defende o segundo. O naturalista cita Macgraf afirmando:

À medida que se vão adiantando os conhecimentos, e que a natureza vai sendo observada por olhos mais exercitados, assim também se vê que vão desaparecendo as maravilhas que encantavam os séculos da ignorância, puseram-se em esquecimento os contos espalhados na América por viajantes crédulos. Em vão se tem buscado monstro que eles descreveram e sabe-se hoje em dia que todas estas províncias onde pretendiam ter achado habitantes de uma forma extraordinária, são realmente habitados por povos que em nada diferem dos outros americanos.<sup>91</sup>

Segundo Maria Odila, o anti-intelectualismo e as idéias democráticas de Rousseau não impressionavam os intelectuais brasileiros do período, conscientes que eram de seus privilégios de aristocratas. Neste ponto, eles se ligavam muito mais ao pensamento de Voltaire e dos enciclopedistas franceses, “que desempenhariam um papel histórico decisivo no estabelecimento de relações pragmáticas entre os intelectuais e a sociedade<sup>92</sup>”.

Alexandre Rodrigues Ferreira afirmava que o grau de aplicação de uma ciência media-se pela sua utilidade<sup>93</sup>. A filosofia defendida por Ferreira é “a que tem por princípios a razão, e a experiência; por objeto, o verdadeiro e o útil, e por fim a felicidade do que estuda”<sup>94</sup>. Como já foi mencionado, ao falar de uma obra que pretendia escrever sobre o Maranhão, o naturalista fazia menção da importância do exame das “obras” (utensílios) dos índios. Era através delas que Ferreira pretendia

---

<sup>91</sup> Id., p. 137.

<sup>92</sup> DIAS, Maria O. da Silva. Aspectos..., op. cit. p. 106.

<sup>93</sup> Id., p. 107.

<sup>94</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos..., op. cit., p. 105.

desvendar a história destes nativos<sup>95</sup>, mais um exemplo de como o pragmatismo encontrava-se presente inclusive em sua metodologia de análise.

Sendo assim, é possível que os assuntos sobre a economia e política da região tivessem significado próprio para o naturalista e não fossem considerados por ele apenas como um entrave burocrático para uma expedição de história natural, apesar de muitas vezes isto sobrecarregá-lo de trabalho.

Mesmo quando descrevia a flora e fauna da Colônia o naturalista nunca esquecia de suas possibilidades econômicas, o que é perceptível na análise feita neste capítulo. Isto colocava Ferreira mais uma vez dentro da mentalidade pragmática e das linhas do mercantilismo ilustrado. Destarte, conclui-se que neste período as funções de naturalista e funcionário real somavam-se para este cientista pragmático do século XVIII que buscava o conhecimento, lutando contra a ignorância<sup>96</sup>, mas pretendia que o seu saber fosse útil. Com as suas informações e de outros “homens muito desinteressados, graduados em letras e em virtudes, sem prejuízo algum nesta parte ou eclesiástico ou político, antes muito zelosos do serviço de Deus, do de sua Majestade e do Bem Público”<sup>97</sup>, o intelectual buscava servir à coroa, contribuindo para o desenvolvimento da Colônia.

Na própria formação intelectual de Ferreira em Coimbra a ciência já se colocava à disposição do Estado para sanar as dificuldades econômicas. A História Natural das Colônias, projeto do qual fazia parte a viagem de Ferreira, não poderia ignorar este fato. Planejada por Vandelli e pelo Estado português ela pretendia

---

<sup>95</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (1783-1792). Vol. 1, Memórias Antropologia, op. cit., p.73

<sup>96</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos..., op. cit., p.113.

<sup>97</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (1783-1792). Vol. 1, Memórias Antropologia, op. cit., p. 70.

desvendar cientificamente a América Portuguesa e também sanar os problemas da sua economia. Mas, este ideal de dualidade não se manteve e o Estado português foi o grande privilegiado nesta viagem.

Além do caráter predominantemente utilitário dos escritos de Ferreira, Raminelli aponta para outro fator que corrobora esta hipótese: a distância entre a teoria e a prática na obra de Ferreira. O hiato que se apresenta “entre as instruções estabelecidas pelas sociedades científicas e os textos dos diários redigidos nos sertões do Brasil: entre os ensinamentos recebidos pelo naturalista ainda em Portugal e os procedimentos executados no Brasil”<sup>98</sup>.

Isto pode ser resultado dos cortes sofridos na expedição, que sobrecarregando Ferreira e restringindo seu material de análise a levaram para este caminho<sup>99</sup>. Comparando a viagem de Ferreira com a de Lapérouse, um naturalista oficial da marinha francesa, Raminelli aponta diferenças fundamentais. O naturalista francês desenvolvia a sua pesquisa sem precisar da aprovação da administração colonial, enquanto que Ferreira estava totalmente subordinado à ela. Esta influía no espaço a ser explorado e na produção de memórias, deixando o naturalista praticamente sem autonomia para produzir sua obra<sup>100</sup>.

Em suma:

O sentido da viagem exploratória para o naturalista luso-brasileiro ainda submetia-se aos interesses metropolitanos, se confundia com a razão de Estado. Em Portugal, a ciência não se autonomizou, continuava subjugada aos desígnios e à lógica administrativa. Esse é o pressuposto fundamental para entender a Viagem Filosófica e a inserção de Alexandre Rodrigues Ferreira no século das luzes.<sup>101</sup>

---

<sup>98</sup> RAMINELLI, Ronald. op. cit., p. 19.

<sup>99</sup> Id., p. 19.

<sup>100</sup> Id., p. 20.

<sup>101</sup> Id., p. 21.



A disposição de Ferreira em servir à coroa era somada à preocupação com uma nova força política característica deste período: a do Bem Público. No século XVIII, esta seria uma outra função acrescentada ao poder real absolutista: a responsabilidade pela economia do Estado.

Estas novas atribuições da coroa com relação à economia também eram preocupação portuguesa. Afinal o desenvolvimento econômico, questão presente desde o período pombalino, era um problema latente para o poder lusitano. O déspota esclarecido governava um novo Estado que “não existe apenas para o príncipe; ele existe, sim, para atender as necessidades, aspirações e interesses de todos os súditos, ideal esse que se traduz através da noção de *felicidade pública*”<sup>102</sup>. Esta, no caso português, se tenta alcançar através das múltiplas reformas, dentre as quais a econômica se mostra essencial, na Metrópole e na Colônia.

Os problemas levantados por Ferreira para o domínio da região norte foram inúmeros. Segundo o naturalista, os administradores coloniais tinham que enfrentar três flagelos: a peste, a fome e a guerra<sup>103</sup>. Além disso, a mão-de-obra e o capital na Colônia eram escassos e os homens para colonizá-la sem recursos ou mal preparados. A colonização era feita por maus colonos, soldados, degredados e marinheiros, enfim, pessoas que “pelo instituto de sua vida, [são gente] mais própria para destruir do que para edificar”<sup>104</sup>.

Entretanto estes problemas não impediram o naturalista de pensar saídas para a crise portuguesa. São estas novas preocupações econômicas, como a questão do “Bem

---

<sup>102</sup> FALCON, Francisco J. C. O Despotismo..., op. cit. p. 14.

<sup>103</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 50: 11-142, 1887. p. 50.

<sup>104</sup> Id., p 38.

Público” com o qual estava preocupado Ferreira, o assunto do capítulo que se segue, onde o tema será essencialmente a agricultura colonial, seus problemas e soluções na visão do naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira.

### 3 PREOCUPAÇÕES ECONÔMICAS DE UM NATURALISTA

Alexandre Rodrigues Ferreira, como foi dito anteriormente, viajou nove anos pela região norte do Brasil, e nas inúmeras páginas que produziu sobre esta viagem o naturalista discorreu sobre uma variada gama de assuntos. Apesar de sua variedade, estas informações têm dois eixos centrais, que muitas vezes mesclam-se: as questões administrativas e as questões científicas. No segundo capítulo a discussão centrou-se na questão da ciência e neste momento se concentrará na questão administrativa, principalmente no que diz respeito à economia colonial. As reflexões serão fruto principalmente da análise das participações que formavam a *Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro*.

O diário desta viagem é composto de participações, que se constituíam numa espécie de relatório produzido pelo naturalista, no qual constavam informações físicas, políticas e sociais sobre as regiões visitadas. Além disso, ao final de cada uma, Ferreira anexava um mapa da população, da produção agrícola e do gado existente na localidade.

Geralmente as participações de Alexandre Rodrigues Ferreira obedeciam uma sequência: o autor descrevia a vila que chegava, suas condições materiais, as igrejas e as fortificações da cidade; fazia considerações sobre a agricultura, o comércio e as manufaturas (que eram geralmente olarias) e anexava mapas das populações, agricultura e da criação local. Também registrava as condições das viagens e a hidrografia da região. As participações publicadas pela *Revista do Instituto Histórico*

e *Geográfico Brasileiro* são em número de catorze. Elas foram entremeadas de memórias sobre o cultivo de produtos da região, como o anil ou o arroz.

Retomando o conceito de mercantilismo ilustrado, pode-se tentar uma tipologia das informações administrativas coletadas por Ferreira no que diz respeito à conservação do patrimônio colonial, preservação do exclusivo e assimilação de estímulos.

O naturalista traz informações sobre a conservação do patrimônio colonial, preocupando-se com a descrição das vilas, igrejas e também das fortalezas. A preocupação com o patrimônio colonial é justificada. Como ficou claro, a Amazônia constituía-se num importante marco político estratégico para a Metrópole. Isto, tanto no que se referia às invasões estrangeiras nos domínios portugueses, quanto no “asseguramento do território colonial”<sup>1</sup>, fato percebido desde o Consulado Pombalino.

Nas fronteiras da capitania de São José do Rio Negro, as maiores preocupações de Ferreira eram com os espanhóis<sup>2</sup> e os holandeses<sup>3</sup>. Nas questões referentes às fronteiras, os índios eram aliados importantes, apesar de o naturalista algumas vezes se queixar de sua instabilidade<sup>4</sup>. As aldeias indígenas eram comumente utilizadas para a demarcação da fronteira portuguesa.

O naturalista defende as vilas fronteiriças, apesar de criticar o número exagerado de povoações criadas na administração pombalina, muitas das quais,

---

<sup>1</sup> SILVA, Marilene Corrêa. *O Paiz* ..., op. cit., p. 69.

<sup>2</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro*. *R.IHGB*, 50: 11-142, 1887. p. 114 e FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro*. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885. p.204, 211, 214 e 215.

<sup>3</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro*. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885.p. 52.

<sup>4</sup> Id., p. 211.

segundo ele, “sem gente, sem lavoura e sem commercio, não sei para que servem semelhantes povoações; servem de entreter as despesas, que particularmente faz a folha eclesiastica, e ter separado os indios, que poderiam estar mais unidos”<sup>5</sup>. Mas a tentativa de administrar racionalmente as vilas não ofuscava a sua importância estratégica. Por certo, as vilas eram necessárias para a proteção das fronteiras e para legitimação da posse portuguesa da região, defendida firmemente por Ferreira que produziu inclusive obras específicas sobre o assunto<sup>6</sup>.

A preservação do exclusivo é outra preocupação do naturalista, que também fomentava o comércio inter-colonial, aproximando-se dos princípios do mercantilismo ilustrado. A transferência dos lucros para o reino era defendida no intuito de manter o equilíbrio da balança comercial:

...recolha-se o maior numero de producções, que rendem as Conquistas, e reservem-se para o Reino as manufacturas dellas; assim pagará o Estado a mão de obra, e os fretes dos generos que tem, mas não se lhe permite manufactural-os, para não ficarem n’elle, e por conseguinte o reforçarem, as importantes sommas, em que devem avultar, por uma parte os generos, e por outra a mão de obra, o que tudo indicaria bem cedo uma consideravel differença no equilibrio da balança.<sup>7</sup>

Para o autor, a colônia deveria ter a produção setorizada, de acordo com a qualidade da terra, para que produzisse mais e produtos de melhor qualidade. Este processo deveria ser controlado por fazendas pertencentes à Metrópole. Ferreira afirma que “a terra que produz mais e melhor arroz, só arroz produza; a que dê o melhor cacau, só cacau: vivão as plantas nas suas terras. A salsa transplanta-se do

---

<sup>5</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 50: 11-142, 1887. p.37.

<sup>6</sup> Id., p. 37 e 38.

<sup>7</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 49: 123-288, 1886. p. 203.

certão para estes arredores; a terra da Fazenda do Rey seja o viveiro das nossas plantas”<sup>8</sup>.

Ferreira sugeria que alguns produtos fossem monopólios de determinadas capitanias, com o intuito de assegurar os altos lucros dos monopólios e ao mesmo tempo evitar a autonomia destas capitanias<sup>9</sup>. O Rio Negro, por exemplo, não deveria produzir algodão. Este deveria ser comprado do Pará com os lucros das lavouras próprias da região, que eram a do anil, do café e do tabaco<sup>10</sup>. Como aponta Cardoso, a multiplicidade de gêneros de exportação cultivados no Pará era resultado de uma debilidade estrutural da economia da região<sup>11</sup>, e para sanar este problema se pretendia que a agricultura fosse setorializada.

A preocupação com a dinamização da agricultura traduz também uma preocupação com a técnica agrícola, uma aproximação com a fisiocracia e o fomentismo agrário. Desta forma, com o progresso técnico da agricultura, os lucros com determinadas lavouras poderiam comprar gêneros de outras capitanias, promovendo o comércio intercolonial<sup>12</sup>. Isto também evitaria que se desenvolvesse autonomia da região, perigosa para o domínio português. Era essencial para a Metrópole que a Colônia consumisse os seus produtos, afinal, ser reserva de mercado era uma das principais funções desempenhadas pela colônia.

---

<sup>8</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos..., op. cit., p. 91.

<sup>9</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 49: 123-288, 1886. p., 202 e 203.

<sup>10</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 51: 5-166, 1888. p. 43.

<sup>11</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. op. cit., p. 126.

<sup>12</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 51: 5-166, 1888. p. 46.

A prerrogativa do monopólio comercial da Metrópole, principalmente de manufaturas, não era esquecida pelo naturalista, ele afirmava que “enfim onde não ha gente, que baste para lavouras do paiz que hão-de constituir a força das suas exportações, nenhuma se deve destrahir para as manufaturas, que se lhe devem introduzir pela metrópole”<sup>13</sup>. Para Ferreira, apenas os produtos perecíveis que não podiam ser manufaturados na Metrópole, como o anil, deveriam ser produzidos na Colônia<sup>14</sup>.

Quando Ferreira aconselha que fosse proibida a fabricação de aguardente na Colônia ele aponta duas razões principais: o “desvio” de mão-de-obra, que na sua opinião seria melhor ocupada numa lavoura de exportação, e o fato de que produzindo aguardente a Colônia deixava de consumir o produzido no reino<sup>15</sup>. Percebe-se novamente neste trecho a defesa da interdependência entre o reino e a Colônia, que deveria comprar os produtos da Metrópole e não competir com a mesma, objetivo perseguido pelo mercantilismo ilustrado.

Todavia, sem dúvida, era com a assimilação de estímulos com que mais se preocupava Alexandre Rodrigues Ferreira. Como ele não estava na Metrópole, sua preocupação não era com a implantação e desenvolvimento das manufaturas do reino, mas com a dinamização da economia da Colônia. O desenvolvimento da colonial faria com que esta produzisse excedentes e matéria-prima para que se viabilizasse o desenvolvimento da Metrópole. Este objetivo aliado ao pragmatismo característicos dos cientistas brasileiros do período, do qual se fez menção no segundo capítulo, é

---

<sup>13</sup> Id., p.68-69.

<sup>14</sup> Id., p.68.

<sup>15</sup> Id., p.66.

que tornaram a agricultura ponto essencial nas reflexões de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Esta não era uma tarefa simples, pois a agricultura na região tinha que vencer inúmeros problemas. O naturalista insistiu na função agrícola da Colônia pois era inquestionável que na América “não se devem(riam) empregar os braços em outra coisa mais do que plantar e colher”<sup>16</sup>.

Desta forma é perceptível o fato que, seguindo as orientações do mercantilismo ilustrado, o que Ferreira pretendia para região era o desenvolvimento de uma agricultura setorizada. Isto possibilitaria o crescimento econômico da Amazônia e não resultaria na sua autonomia, o que seria politicamente perigoso para a metrópole.

### 3.1 A Ênfase na Agricultura

Antes da discussão sobre a questão da agricultura na obra de Ferreira é interessante resgatar alguns truismos sobre a agricultura colonial. O primeiro deles é a sua característica de grande latifúndio exportador, e o segundo é a predominância do trabalho escravo. Como bem sintetizou Wehling “a história econômica colonial girou ao redor de três eixos: a dependência externa, o latifúndio e a escravidão”<sup>17</sup>.

Com isto não se pretende ignorar ou desabonar a existência de uma produção de subsistência ou do trabalho livre. Esta é comprovada e importante em diversas

---

<sup>16</sup> Id., p.45.

<sup>17</sup> WEHLING, Arno. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1994.p. 191.



regiões coloniais, mas o que se pretende neste momento é traçar um painel geral da agricultura colonial e por isso as características dominantes são mais importantes.

Com predomínio do latifúndio escravista e exportador era necessário um grande investimento de capital para o plantio e cultura da cana. As técnicas eram rudimentares e o crescimento tendia a ser apenas extensivo<sup>18</sup>. Estruturalmente a agricultura brasileira era deficitária na questão da produtividade e da tecnologia<sup>19</sup>. No século XVIII, apesar da descoberta do ouro, era a lavoura canavieira o principal produto exportado pela Colônia<sup>20</sup>.

No caso da região amazônica a questão da defasagem da agricultura se apresentava de maneira mais intensa pois ela se constituía numa área periférica da América Portuguesa<sup>21</sup>. Fazendo um balanço dos motivos do insucesso da tentativa de implantação do sistema de *plantation* na região, Farage faz as seguintes colocações:

Em primeiro lugar, parece não ter havido um investimento inicial de capital no porte necessário à *plantation* (...), os implementos e a mão-de-obra negra, devido ao isolamento geográfico da colônia, alcançavam preços muito mais altos do que Pernambuco e Bahia, tornando-os inacessíveis aos agricultores de pouco capital. (...) Na ausência de uma atividade altamente rentável, a região também não se apresentava atraente para novos colonos (...). O Estado, frente à pouco promissora colônia, tampouco se mostrava disposto a injetar-lhe recursos.<sup>22</sup>

Esta era situação da região na segunda metade do século XVII. Isto fez com que a agricultura se restringisse ao Maranhão e ao delta do Amazonas. Nas outras

---

<sup>18</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza (org.). O Império Luso Brasileiro (1750-1822). In: SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira Marques. *Nova História da Expansão Portuguesa*. Lisboa : Editorial Estampa, 1986. p. 96.

<sup>19</sup> WEHLING, Arno. Formação..., op. cit., p. 216

<sup>20</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza (org.), op. cit., p. 99.

<sup>21</sup> FARAGE, Nádia. As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.p.23.

<sup>22</sup> Id., p. 24.

regiões amazônicas se firmou o extrativismo. “O início da atividade extrativista no vale amazônico, que requeria um investimento muito menor de capital e cujos produtos atingiram bons preços no mercado, contribuiu decisivamente para que a agricultura não se expandisse”<sup>23</sup>. Era esta situação que se objetivava transformar com as reformas pombalinas e com o mercantilismo ilustrado, a partir da segunda metade do século XVIII.

Apesar das dificuldades da agricultura no Amazonas, é nela que Ferreira coloca suas maiores esperanças de desenvolvimento. A reprodução de seus escritos traduz a dimensão e importância da agricultura para o naturalista, o principal ponto de proximidade com os fisiocratas:

Pareceo ao ministerio passado, e pareceo bem, que a agricultura era uma sciencia, que ensinava a cultivar bem a terra, em ordem a tirar-se d’ ella todo o proveito possivel; que as produções da terra eram o bem mais real sobre todas as minas, o fundamento mais solido dos estados, e a verdadeira base do commercio; que a terra bem ou mal applicada, e as operações do campo bem ou mal dirigidas, eram arbitras, que decidiam da riqueza ou indigencia dos habitantes, do augmento ou diminuição dos povos, da fortaleza ou fraqueza do estado.<sup>24</sup>

Além da influência da fisiocracia, esta citação também traduz o desencanto português em relação à mineração, depois da queda das remessas de ouro do Brasil.

Ao discorrer sobre a mineração, Ferreira distinguiu dois momentos do governo português. Um primeiro momento, até 1755, na qual a mineração era incentivada e considerada vantajosa. Após esta data, o incentivo da mineração submeteu-se à questão da agricultura. Citando ofícios expedidos pelo Secretário de Estado Diogo de Mendonça Côrtereal, Ferreira afirmou que o crescimento do Estado só era possível

---

<sup>23</sup> Id., p. 25.

<sup>24</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 50: 11-142, 1887. p. 39.

pela agricultura e comércio. Os trabalhadores não deveriam ser desviados para as minas<sup>25</sup>, pois o mineiro era o menos útil dos vassallos e “um lavrador vale para o Estado mais do que 20 mineiros”<sup>26</sup>. Para fazer valer as diretrizes desta política sugeria-se o mecanismo usual do intervencionismo absolutista: as taxaões elevadas para os mineiros e os incentivos para os agricultores<sup>27</sup>.

A agricultura também era mais importante que o comércio colonial para Ferreira. Ao comentar o comércio da manteiga feita numa povoação ele afirma “que é preciso que o negocio [manteiga] de toda qualquer povoação não enfraqueça a agricultura dos seus generos, e muito mais si elles sam tão ricos com sam o anil e o café”<sup>28</sup>.

O desenvolvimento das manufaturas na Colônia era desencorajado. O naturalista ao comentar a tecelagem na colonial afirmou: “parece-me comtudo que esta é uma d’aquellas manufacturas, que, devendo por muitas razões entreter os braços que ha no reino, nao deve distrahir os poucos que há no estado, e apenas bastam para suas pequenas plantações e colheitas”<sup>29</sup>.

Contudo era principalmente com a coleta de drogas do sertão que a agricultura colonial tinha que competir. O extrativismo era fácil e lucrativo, pelo menos para os diretores e cabos de canoa. Assim, “a fertilidade da terra he o que faz mal á agricultura neste paiz; fião-se todos no cacao que vão recolher ás ilhas, onde já disse

---

<sup>25</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885. p. 153

<sup>26</sup> Id., p.155.

<sup>27</sup> Id., p.155.

<sup>28</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 50: 11-142, 1887. p. 69.

<sup>29</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro. *RIHGB*, 51:5-116, 1888. p. 67.

que ha matas delle e como esta certa a pequena colheita com que cada hum se contenta, com tanto que não trabalhe, nem cuidão de planta-lo, nem ao menos de conservar alguns pés que há”<sup>30</sup>.

A coleta era um negócio tradicional na região e arraigado no comércio local. Mesmo assim, o naturalista foi contundente em suas críticas. Para ele era completamente equivocado o desvio de trabalhadores da agricultura para a coleta de drogas<sup>31</sup>. O autor considerava o comércio de drogas incerto para a economia; e a agricultura, ao contrário, trazia garantia e certeza de lucro<sup>32</sup>. “Assim pelo comércio incerto, arrisca uma povoação pobre o lucro certo, que teria da cultura das suas terras”<sup>33</sup>. Comentado a coleta de drogas que quinze índios fizeram durante cinco meses, Ferreira afirma:

Antes lá não fossem, porque mais lucro teria havido da cultura do arroz e maniba, da reedificação de casas na povoação, da factura das conôas precisas; do trabalho da olaria; e do serviço dos particulares; do que foi de 14 arrobas de cacao e 12 arrobas e 2 arreteis de salsa, que trouxerão. Tirem-se as despesas, sextas, quintas, comissão de trabalho, e vêr-se-ha, si ha erro no que digo.<sup>34</sup>

Além disso, muitas vezes a coleta de drogas era feita em época inadequada, sendo assim, predatória<sup>35</sup>. A preocupação do naturalista não era com a proteção da

---

<sup>30</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos..., op. cit., p. 109.

<sup>31</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro. RIHGB, 51:5-116, 1888. p. 48.

<sup>32</sup> “Quanto ao commercio das drogas do certão, nenhum se fez este anno, porque não houve gente, e ainda que a houvesse, nas circunstancias presentes não seria prudencia arriscar gente e desprezar, que se deveraim empregar com lucro certo na cultura das terras adjacentes”. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. RIHGB, 48: 1-234, 1885. p.18.

<sup>33</sup> Id., p. 66.

<sup>34</sup> Id., p. 34.

<sup>35</sup> Id., p.72, 160 e 161.

ecologia da Amazônia, mas com o desperdício de produtos que poderiam gerar lucros para a Metrópole. O que se verifica nesta preocupação de Ferreira é a defesa da exploração racional dos recursos econômicos oferecidos pela Colônia.

A solução para o “problema” da coleta de drogas do sertão, segundo Ferreira, seria o seu cultivo, de acordo com a qualidade adequada da terra<sup>36</sup>. Em vez da coleta o naturalista sugere a domesticação dos produtos silvícolas, porque “o que erão o algodão, o urucu, o cacáo, etc. serião arbustos silvestres antes de os cultivarem! Apenas tratamos delles e o chamamos para os nossos quintaes e para nossas roças, immediatamente vimos os algodoaes, cacaoes, etc”<sup>37</sup>. No desejo de aclimatar espécies nativas, o naturalista encontra-se totalmente de acordo com o fomentismo agrícola desenvolvido pela coroa portuguesa.

A agricultura realmente desejável era a lavoura de exportação. Ao citar o exemplo de um bom lavrador, Ferreira apontava para aquele que cultivava os gêneros de exportação. A lavoura de subsistência também era uma questão importante para uma região periférica e de poucos recursos<sup>38</sup>. Podemos perceber neste momento um exemplo concreto com relação à sobreposição das teorias mercantilistas e fisiocráticas. A ênfase na agricultura tem a função de incentivar produtos de exportação que garantiriam lucros para Portugal no momento da sua reexportação. Comentando os progressos de um lavrador com a cultura do anil, Ferreira afirma ser este um “dos bons ilheos, que se estabeleceram e casaram n’aquella villa: porque, ainda antes de se encarregar do anil, sempre foi amante das lavouras, e colhia nos

---

<sup>36</sup> Id., p. 69, 72 e 75.

<sup>37</sup> Id., p.75.

<sup>38</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro*. *R.IHGB*, 50: 11-142, 1887. p. 68.

annos de abundancia 200 alqueires de farinha, 104 arrobas de cacau, e até 40 de café”<sup>39</sup>. O cultivo de produtos como o linho canhamo teria a dupla função fazer “serviço a S. Mag. e lucro para si”<sup>40</sup>.

Como se percebe nesta citação, apesar da defesa da agricultura de exportação, o naturalista estava consciente da importância da agricultura de subsistência. Ele recomenda que se obedecessem às disposições do diretório sobre as roças comuns e de subsistência e que se reservassem mão-de-obra para o cultivo das mesmas<sup>41</sup>.

O material sobre a agricultura nas participações é muito vasto. O naturalista se preocupou com todas as questões referentes a ela. O incentivo à produção agrícola de exportação, como a cultura do café, do tabaco e do anil<sup>42</sup>, como foi comentado anteriormente, é constante na sua obra. A qualidade e quantidade dos produtos, diversificação e dinamização da agricultura, preocupação de todos os reformadores e do diretório, também estavam sempre presentes.

Ferreira estava preocupado em descobrir novas espécies que pudessem ser exploradas comercialmente<sup>43</sup> e que a coleta de drogas do sertão fosse transformada em lavouras regulares, para a exportação. O que se procurava era a exploração de novos produtos, como o linho canhamo e o anil, mas, ao mesmo tempo, o naturalista tinha consciência de que a diversificação exagerada, devido à falta de mão-de-obra, poderia inviabilizar a exploração agrícola da região.

---

<sup>39</sup> Id., p. 69.

<sup>40</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos..., op. cit., p. 96.

<sup>41</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *RIHGB*, 48: 1-234, 1885.p.185.

<sup>42</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro. *RIHGB*, 51:5-116, 1888. p.41.

<sup>43</sup> Id., p. 62 e 63.

Os lavradores que se interessavam em cultivar as novas espécies incentivadas pela coroa eram elogiados por Ferreira. Como exemplo pode-se citar Antonio Villela do Amaral que, apesar dos poucos recursos, empenhava-se em domesticar espécies nativas como a piassaba<sup>44</sup>. O naturalista incentivava também a aclimação de produtos exportados, principalmente verduras e legumes, que contribuiriam para a subsistência da população da capitania<sup>45</sup>.

A preocupação com os progressos técnicos, como a de melhorar o processo técnico do beneficiamento da farinha<sup>46</sup>, e o conselho para que fossem utilizados métodos de plantio adequados também são constantes na obra do naturalista<sup>47</sup>. Ele considera que o sucesso da agricultura estava ligado a uma racionalização do cultivo, feita através da observação das técnicas adequadas. O controle dos gastos da produção era necessário para que fosse possível o cálculo dos lucros<sup>48</sup>. Além disso, era essencial ter mão-de-obra disponível para a lavoura e que os governantes entendessem de agricultura, para poder promovê-la adequadamente no estado<sup>49</sup>.

Sobre os problemas enfrentados pela agricultura na capitania, Alexandre Rodrigues Ferreira fez um interessante resumo:

Para tibiesas que noto nas lavouras, e para decadencia geral, em que estam em ambas as capitancias, parece-me, que em summa concorrem as seguintes causas:  
I. Indolencia dos naturaes.

---

<sup>44</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. R.IHGB, 49: 123-288, 1886. p.201-202.

<sup>45</sup> Id., p. 204-206.

<sup>46</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. R.IHGB, 48: 1-234, 1885. p. 109.

<sup>47</sup> Id., p.179.

<sup>48</sup> Id., p. 122.

<sup>49</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. R.IHGB, 50: 11-142, 1887. p. 38 - 40.

II. Falta de braços, a qual também procede de muitas causas:

[a] de se não introduzir o preciso numero de pretos escravos, nem se distribuirem como deve ser, os poucos que se introduzem.

[b] de se multiplicarem as expedições dos gentios.

[c] de se cessarem as diligencias dos descimentos.

[d] de succumbirem ás epidemias das bexigas, do sarampo, da corrupção, etc.

III. Elevação dos Európeos, os quaes se despresam de trabalhar.

IV. Ignorancia dos bons methodos.

V. Movimentos militares.

VI. Hostilidade dos gentios.

VII. Abuso das negocio das drogas do sertão.

VIII. Multiplicidade dos generos.

IX. Manufacturas prejudiciaes.

X. Inutilidade dos intendentos letrados<sup>50</sup>.

No mais, a instabilidade de preços pagos pela fazenda real<sup>51</sup> também concorria para o fracasso da agricultura na região.

O naturalista elogiava a terra que considerava excepcionalmente fértil. Quanto mais se sentia a decadência da agricultura na região, mais as terras se mostravam “próprias para as produções do paiz”<sup>52</sup>. Mas isto nem sempre era verdadeiro. A terra, às vezes, não era adequada para o plantio e as pragas, como *formigas*<sup>53</sup>, e doenças eram comuns na região. Ao falar da produção de linho canhâmo em Belém, o naturalista coloca como problema para o seu desenvolvimento a questão do alagamento das terras<sup>54</sup>. Em certas regiões os problemas eram mais sérios, sendo o clima da região responsável por muitos estragos:

Ora, ainda que a chuva demasiada e intempestiva não obrasse immediatamente sobre as raízes das plantas, com deve obrar nas terras alagadiças, e como provão, que obrára aos poucos raízes de maniba, de outros modos diminue a fructificação; apodrecendo

---

<sup>50</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro. *RIHGB*, 51:5-116, 1888. p. 47.

<sup>51</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885. p. 33.

<sup>52</sup> *Id.*, p.43.

<sup>53</sup> *Id.*, p. 95, 103, 107.

<sup>54</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos..., op. cit., p. 88.



os rudimentos dos frutos germinados, quebrando os pedunculos das flôres, elavando o pollen que vivifica o fructo. A mesma terra, que no inverno é alagadiça, com o sol de verão se esgreta, e se atorrôa, e só a força de braços ou de instrumentos, que não ha, se esborôa e se mobilisa.<sup>55</sup>

Mas estes problemas poderiam ser resolvidos, bastava que se buscassem terras mais adequadas ao plantio ou que se plantassem produtos mais adequados à qualidade da terra. Problemas técnicos que certamente não seriam intransponíveis para os cientistas portugueses do período.

Para reverter a situação da agricultura seria essencial o esforço de racionalização das lavouras. Era com este objetivo que Ferreira aconselhava que se verificasse a qualidade da terra e sua adequação para o plantio. Além do que, ele pedia que se observasse o tempo, lugar e modo de plantar<sup>56</sup>. Para que isto fosse possível transcreveu métodos de plantar, buscou inovações técnicas, incitou os agricultores a melhorarem a produção e a coroa a promovê-la com incentivos fiscais. No processo de difusão destas novas idéias e técnicas, Ferreira tinha ajuda de colonos como Luís Pereira da Cunha, a quem o naturalista incumbiu de traduzir do francês “A arte de fazer o anil”<sup>57</sup>.

Para Ferreira, a falta de preparo prático dos intendentes também contribuía para o atraso da agricultura. O governo encontrava-se na mão de juristas que, com poucas exceções, jamais fizeram à “béca a irreverencia de a enxovalharem pelo

---

<sup>55</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885. p. 17.

<sup>56</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 49: 123-288, 1886. p. 189 e 199.

<sup>57</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos..., op. cit., p. 104.

campo”<sup>58</sup>. Este distanciamento entre o governo e os colonos era prejudicial ao desenvolvimento da região. As críticas de Ferreira são contundentes:

o arado nunca teve a honra de se associar com a vara. Para as passageiras visitas, que se fizeram, nomeou-se escrivão, mas nenhum lavrador foi digno de acompanhar o magistrado. Em todas ellas se formalisaram autos de visitas, de devassas, de provimentos, e de nenhuma sahio uma memoria, uma observação, um pequeno ensaio da agricultura d’este ou d’aquelle genero.<sup>59</sup>

O naturalista também defendia o exemplo ao invés da simples admoestação. A criação de fazendas modelos teria um efeito muito mais forte do que as instruções ou livros para colonos que em sua maioria eram analfabetos. Ao comentar o atraso no cultivo do canhão Ferreira sugere a criação destas fazendas, método que talvez obtivesse mais sucesso do que a distribuição de sementes e instruções de cultivo:

...julgo agora, que pouco ou nada frutificará este trabalho, porque se os Praticos das lavouras nem ler sabem, segundo o que vejo, quanto mais entender o que se lhes diz de novo: não bastão as forças de simplicis prêcheiros para os dissuadir de costumes; S. Mag.e não determina para si porção de terra, em que para utilidade sua, e exemplo dos Particulares trabalhe à sua moda hum genio docil, livre de presunções de não perguntar, e capaz de estudar a Agricultura do Paiz; ora isto sabe V. Ex<sup>o</sup> que o modo por que se faz he plantando todos os meses em hum e muitos terrenos à espera do que a colheita decida depois do tempo, e da terra em que se deve plantar.<sup>60</sup>

Dentre os problemas enfrentados pela agricultura, um dos mais graves foi a falta da mão-de-obra. O naturalista defendia o aumento de escravos negros na região, mas com o fim da Companhia de Comércio em 1779, isto se tornou mais difícil. Aliás, a Companhia nunca conseguiu manter o número de escravos numa condição

---

<sup>58</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 50: 11-142, 1887. p. 40.

<sup>59</sup> Id., p. 40-41.

<sup>60</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos..., op. cit., p. 91.

satisfatória para os colonos. Os indígenas eram praticamente o único contingente de mão-de-obra disponível na região, e isto criou sérias disputas pelo seu controle.

A questão do fomento à agricultura será demonstrada com um exemplo concreto: o esforço de Alexandre Rodrigues Ferreira para o desenvolvimento da cultura do anil na Capitania de São José do Rio Negro.

### 3.1.1 Um Exemplo de Fomentismo: o Anil

Inicialmente, o seu cultivo foi proibido na América Portuguesa para não competir com o produto asiático exportado pelos portugueses. Porém, com o fim da proibição no século XVIII, a América tornou-se a maior produtora mundial do produto<sup>61</sup>. A produção americana de anil concentrava-se principalmente na Guatemala e em São Domingos. A conjuntura de desenvolvimento das indústrias européias valorizava o produto, mas os preços dispararam com a guerra de independência dos EUA e a desorganização do mercado antilhano, devido à entrada da França na guerra. Foi nesta conjuntura que pôde se desenvolver o anil brasileiro. A primeira expansão, promovida por Lavradio, coincide com o início da revolução americana<sup>62</sup>.

A maior região exportadora da colônia portuguesa era o Rio de Janeiro. Aproveitando as terras impróprias para o cultivo da cana o Marquês de Lavradio, a partir de 1769, fomentou a produção do anil criando uma fábrica de beneficiamento e garantindo os preços mínimos para a compra<sup>63</sup>. A partir deste exemplo pretendia-se promover a cultura do anil na capitania de São José do Rio Negro.

---

<sup>61</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza (org.), op. cit., p. 110

<sup>62</sup> WEHLING, Arno. O fomentismo..., op. cit., p. 228.

<sup>63</sup> SILVA, Maria Beatriz Nizza. (Org.). op. cit., p. 110.

Em toda a sua obra Ferreira faz constantes alusões à importância do cultivo do anil. Inclusive em seu ofício para o naturalista, João Pereira Caldas, o governador da Capitania à época, faz menção da importância do cultivo deste produto. Em seu ofício o governador afirmava que:

E porque Sua dita Magestade foi igualmente servida de encarregar-me de promover, e animar n'esta capitania a cultura e o fabrico do anil e sabe, e tem Vossa Mercê presenciado muitas das minhas praticadas diligencias, para assim se conseguir; similhantemente me informará Vossa Mercê do que observar, e lhe parecer sobre este artigo, e ainda sobre a agricultura, commercio, e povoações de toda a capitania(...).<sup>64</sup>

O cultivo do anil era apresentado como um benefício para Colônia e para a Metrópole. Afirmava-se que “applicando n’isso e na cultura e fabrica do anil, como Sua Magestade expressamente me mandou encarregar-lhe, igual zelo ao que praticou em Macapá, aonde fez prosperar a lavoura, e consequentemente os interesses d’aquelles moradores, e os da real fazenda”<sup>65</sup>. Por tudo isto o anil era considerado por Alexandre Rodrigues Ferreira o melhor produto de exportação que poderia ser cultivado pela capitania<sup>66</sup>.

Depois destas considerações não parece exagerado o zelo de Ferreira com o cultivo do anil, levando inclusive o autor a anexar às suas participações uma “história da cultura do anil no Grão-Pará”. O naturalista estava preocupado com a quantidade e a qualidade do anil produzido<sup>67</sup>, pois este muitas vezes era produzido em quantidade insuficiente pelos lavradores ou era falsificado com impurezas. Ao anil eram

---

<sup>64</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. R.IHGB, 48: 1-234, 1885. p.3.

<sup>65</sup> Id., p. 109.

<sup>66</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro. RIHGB, 51:5-116, 1888. p. 41.

<sup>67</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. R.IHGB, 48: 1-234, 1885. p. 45.

misturados o pó de carvão, areia e anil silvestre, de qualidade inferior ao cultivado. E mais, o tempo de fermentação não era controlado de maneira correta e o encaixotamento para transporte era feito de maneira insatisfatória, comprometendo o produto pelo acúmulo de umidade<sup>68</sup>. Esta falta de cuidado com a qualidade do produto, além de outros fatores conjugados, iriam impossibilitar que posteriormente o anil brasileiro pudesse competir com o indiano.

Com o intuito de sanar estes problemas e promover a cultura do gênero, o autor sugeria a manutenção dos incentivos fiscais, o produto tinha a isenção do dízimo e de fretes<sup>69</sup>, e o fornecimento da mão-de-obra necessária<sup>70</sup>, que deveria ser escrava ou indígena. Para os interessados na cultura do anil deveria “se assistir com as providencias precisas de índios, e todo o genero de auxilios concernentes”<sup>71</sup>. Ferreira transcreve uma provisão onde são elencados todos os benefícios para o cultivo do anil. Neste documento de 23 de janeiro de 1781 a rainha, D. Maria I, isenta o anil produzido nas colônias portuguesas do pagamento de todas as taxas de importação e exportação pelo período de cinco anos. Eram as práticas, intervencionistas e protecionistas, comuns do mercantilismo que ainda eram usadas pelo governo português para incentivar a cultura de anil.

Ferreira coletou uma série de informações sobre a construção de tanques de anil e sobre o método adequado de construí-los. Ele também insistia no controle das despesas e investimentos para que se pudesse calcular com exatidão o lucro conseguido. A importância que o naturalista dava à racionalização pode ser sentida

---

<sup>68</sup> Id., p. 115.

<sup>69</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro*. RIHGB, 51:5-116, 1888. p. 42.

<sup>70</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro*. RIHGB, 48: 1-234, 1885. p. 115 e 116.

<sup>71</sup> Id., p. 136.

quando ele afirmava que “pouco a pouco se podem ir facilitando os trabalhos, e por conseguinte os lucros, á proporção dos calculos da mecanica que se fizerem e da economia das despesas”<sup>72</sup>. Além disso, o cálculo permitiria que se mantivesse o preço e a mão-de-obra necessária para o plantio fosse controlada:

...determine-se por uma vez, quantas são as arrobas de Caffè, de Anil, e de Tabaco, que annualmente se precisam, para se lhes conservar um preço racional; porque deste calculo depende em primeiro lugar a conservação equavel d’aquelle preço, com que o Lavrador inalteravelmente pôde contar, e em segundo a distribuição dos Índios se fará sempre proporcionada ao trabalho preciso para a capitania se exportarem as quantidades calculadas.<sup>73</sup>

O autor continua com a sua tentativa de promover a racionalização da agricultura, transcrevendo em suas participações um método para a produção do anil<sup>74</sup>. Este método tenta dar conta de todas as questões que envolvem o cultivo do produto. Ele começa discorrendo sobre a necessidade da escolha de um bom terreno para plantar. Segue falando sobre a divisão do trabalho da cultura entre os indígenas, aconselhando aos lavradores que não exijam trabalho demasiado e alimentem bem os índios, o que não deveria ser prática muito comum no período. O método fala também sobre as atribuições do feitor e sobre a contabilidade das plantações, onde sugere que esta seja feita de maneira detalhada. Este método é finalizado com a regulamentação da divisão dos lucros da lavoura, onde os índios teriam de ser remunerados, contrariando a prática dos colonos do trabalho compulsório indígena, apesar da

---

<sup>72</sup> Id., p. 120.

<sup>73</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 49: 123-288, 1886. p.203.

<sup>74</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885. p. 176-179.

escravidão dos mesmos ter sido abolida. O naturalista segue assim os princípios básicos de organização do trabalho delineados no diretório pombalino.

A mecânica dos incentivos portugueses normalmente compreendia as seguintes fases: o envio de sementes e plantas, a garantia de preço aos lavradores, a garantia de compra da produção e o protecionismo fiscal<sup>75</sup>. Na região norte foram tomadas medidas protecionistas e as sementes foram distribuídas, mas no momento da garantia da compra e do preço do produto as coisas não funcionavam de maneira coordenada.

A regulamentação da mão-de-obra dos silvícolas era outra preocupação de Ferreira, que insistia no pagamento do salário aos mesmos<sup>76</sup> e na mudança de pessoal a cada seis meses, regra estabelecida pelo diretório pombalino. Mas o maior problema com relação à utilização da mão-de-obra, quer escrava ou indígena, era a sua utilização para serviços para qual ela não tinha sido designada. Os colonos pediam índios para o cultivo de roças e os utilizavam para a coleta de drogas do sertão.

Apesar de todos este estímulos e empenho, a produção de anil da capitania era considerada insuficiente. Os lavradores se negavam a produzir o que desejavam os representantes da coroa. A negação dos colonos em participarem do projeto de desenvolvimento econômico da coroa constituiu um importante foco de divergência e tensão entre Colônia e Metrópole.

### 3.1.2 A Lavoura de Exportação: Divergência entre Colônia e Metrópole

Como foi dito, com exceção de alguns, a maioria dos colonos se negava a adotar o modelo de lavoura exportadora proposta pela Metrópole. No caso da

---

<sup>75</sup> WEHLING, Arno. O fomentismo..., op. cit., p. 240.

<sup>76</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 50: 11-142, 1887. p. 26.

capitania de São José do Rio Negro era a lavoura do anil que se pretendia implantar. O próprio governador, João Pereira Caldas, ficara responsável por implantar o cultivo do produto, que inicialmente era coletado como droga do sertão.

Esta recusa tem motivos. A falta de mão-de-obra tem uma dimensão muito importante neste assunto, mas uma outra questão se colocava. A lavoura de exportação, como a do anil, exigia investimentos iniciais para a construção de tanques, preparo do produto e para o pagamento dos trabalhadores e mestres. Os preços, por sua vez, oscilavam segundo a conjuntura européia, às vezes não compensando o investimento. A notícia da elevação de um produto fazia com que este fosse produzido descontroladamente, o que fazia com que os preços caíssem.

Este é um problema característico de uma economia dependente, como a de Portugal. Assim a instabilidade dos preços pagos pela Metrópole e a falta dos investimentos necessários, nem sempre possíveis numa área periférica da Colônia como era a região amazônica, são em grande parte responsáveis pelo fracasso da lavoura de anil.

Ao escrever a história da cultura do anil, Alexandre Rodrigues Ferreira cita os motivos que levaram alguns lavradores a desistir desta lavoura. Entre depoimentos, uma das justificativas para a recusa do plantio era a instabilidade dos preços pagos pela Metrópole. Ferreira afirmava que o lavrador antes de plantar queria que “a companhia lhe arbitrasse preço, com a condição de nunca d’elle descer, antes subir, conforme ella o subisse em Lisboa, nem a companhia annuo, nem também ele plantou”<sup>77</sup>.

---

<sup>77</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885. p.111.



Deste problema tinha consciência Alexandre Rodrigues Ferreira, ele insistia na manutenção dos acordos sobre preço com os colonos, o que os “animaria” no cultivo<sup>78</sup>. Ele afirmava que:

No estado em que parão as cousas, o que se quizer distinguir em anil, ha de largar por mão toda a outra cultura, que sirva de destrahir os seus poucos braços. Para o lavrador resolver-se a isto, necessita, que se lhe faça certa a paga do genero, que manufactura com toda a casta de gente se deve praticar a boa fé; porém muito mais particularmente com o pobre lavrador, que deixará talvez de plantar a maniba do seu sustento, fiado no dinheiro que tirar no anil para o comprar. Bem certa fez a companhia no principio a sua paga e com effeito bastante amostras pagou; mas já para o fim não quiz pagar as amostras, que se me offerecêrão. Era preciso, que tivesse uma cabeça de ferro que e não escarmentasse disto.

A fazenda real, que no principio é que devia reputar melhor as amostras manufacturadas, muito pelo contrario, rebaixando os preços, desanimou os progressos de um genero, que tanto custa a fabricar, e tão pouco rende<sup>79</sup>.

Diante desta reflexão pode-se entender os motivos da recusa dos lavradores em adotar a lavoura de exportação. Não era possível desconsiderar o peso de dois problemas estruturais na região: a falta de capital e braços<sup>80</sup>. A lavoura de exportação da Colônia dependia da economia portuguesa, que, por sua vez, era dependente em relação às metrópoles mais desenvolvidas da Europa, nomeadamente a Inglaterra e França. Os lavradores, talvez de uma forma velada, estavam conscientes desta instabilidade.

As flutuações do mercado português impediam que o país garantisse uma política de preços mínimos que pudessem permitir aos colonos o retorno de seus investimentos. Para desenvolver a lavoura seria necessário “convencer os desanimados lavradores da segurança da paga que terão as suas lavras e

---

<sup>78</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos..., op. cit., p. 121.

<sup>79</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885.p. 33.

<sup>80</sup> CARDOSO, Ciro Flamarion. op. cit., p. 116 e 117.

manufacturas”<sup>81</sup>, o que nem sempre a Metrópole conseguia fazer. Em carta à Martinho de Souza e Albuquerque o naturalista elogia os incentivos à produção de anil, mas ao mesmo tempo afirma que “se não fazer certa a paga do genero, não se pode applicar a ella o lavrador que paga aliás a cada indio o salario de 1.200 por mez, o sustento, etc.”<sup>82</sup>

A Inglaterra também promoveu o fomento da cultura de anil na Índia com o intuito de garantir o fornecimento de matéria-prima para as suas indústrias. O processo começou efetivamente em 1799 e em oito anos a produção indiana passou de 400.000 para 5.000.000 arrobas<sup>83</sup>. A Inglaterra conseguiu este feito estimulando os fabricantes, garantindo a compra da produção e aperfeiçoando as técnicas empregadas no cultivo do anil<sup>84</sup>. Isto aumentou a produção e barateou o produto de tal forma que a concorrência se tornou quase impossível e o anil indiano, promovido pelo ingleses, era responsável por 4/5 da produção mundial até o final da primeira metade do século XIX<sup>85</sup>.

Para concorrer com o preço do anil indiano seriam necessários uma produtividade elevada, uma política fomentista de amplos recursos financeiros, um bom padrão técnico e baixo preço de mão de obra<sup>86</sup>. Como era impossível o Brasil se enquadrar neste perfil, sua produção de anil foi praticamente extinta.

---

<sup>81</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885. p. 141 e 142.

<sup>82</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Documentos..., op. cit., p. 104.

<sup>83</sup> WEHLING, Arno. O fomentismo..., op. cit., p. 236.

<sup>84</sup> Id., p. 229.

<sup>85</sup> Id., p. 229.

<sup>86</sup> Id., p. 229.

Os diretores das povoações também não tinham interesse nas roças comuns ou no cultivo de produtos de exportação. Eles preferiam os lucros rápidos, apesar das incertezas da coleta de drogas. Este fato é noticiado por Ferreira que registra que os diretores atribuem a pobreza das povoações à falta de trabalhadores para se aplicar na coleta de drogas do sertão. A agricultura, uma possibilidade segura para o crescimento das povoações, não era preocupação dos diretores. Desta forma, o naturalista afirma “que as drogas do sertão são para o Estado do Pará, o mesmo que as minas tem sido para Portugal”.<sup>87</sup>

Nesta citação é perceptível a defesa da agricultura de exportação e a dupla crítica de Ferreira a incerteza do extrativismo e da mineração. Se os colonos recebiam de Lisboa a notícia que alguma especiaria, tal como o cravo, encontrava-se com preço elevado, eles abandonavam todos seus afazeres e se lançavam em expedições para recolher o produto. Isto resultava numa oferta excessiva que causava a queda dos preços. Para as pequenas povoações isto poderia representar a ruína, mas Ferreira não via lucro nem para as povoações maiores e mais bem equipadas que se lançavam neste tipo de aventura. Afinal, depois do acerto de contas e o pagamento do dízimo, do quinto pertencente ao cabo e da sexta do diretor, “não veio a caber a cada índio o importe de 1\$200 réis por mez, que é, o que teria de salario, não digo, lavrando as terras, mas servindo a qualquer particular”.<sup>88</sup>

Percebe-se assim que os principais prejudicados com os insucessos econômicos eram os índios. Essenciais na atividade de coleta e agricultura os indígenas muitas vezes se viram no centro de embates entre a Colônia e a Metrópole

---

<sup>87</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885. p.63.

<sup>88</sup> Id., p. 66.

pelo seu controle. As funções desempenhadas pelos indígenas e as lutas pelo seu domínio se constituirão no próximo tópico desta dissertação.

### 3.2 O Trabalho Indígena

A importância dos índios para a economia colonial está estreitamente relacionada à multiplicidade de tarefas desempenhadas pelos mesmos. Para entender a dimensão desta importância faz-se necessário o resgate das funções desempenhadas pelos indígenas na Colônia.

Desde o início da colonização do Brasil foi essencial o trabalho indígena. Alexander Marchant<sup>89</sup>, em seu trabalho clássico, tratou das relações econômicas entre portugueses e índios, entre o período de 1500 a 1580. Ao examinar os primórdios da colonização brasileira, o autor caracteriza que as relações entre portugueses e índios eram baseadas no sistema de escambo.

Os portugueses conseguiam alimentos e trabalho dos índios trocando com eles quinquilharias e ferramentas de metal. Inicialmente, esta troca era suficiente para os colonos e para os índios. Mas com o crescimento das necessidades dos colonos, em virtude do surgimento das lavouras, estes apelaram para a escravidão indígena, pois o escambo não atendia as necessidades do trabalho sistemático da lavoura.

Ademais, como esclarece Stuart Schwartz<sup>90</sup>, os índios não pensavam a economia em uma perspectiva de mercado “racional”, como os portugueses, e nas

---

<sup>89</sup> MARCHANT, Alexander. O Governo Real: Tomé de Souza, os jesuítas e o sistema de escambo. In: Do escambo à escravidão. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1943.

<sup>90</sup> SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. p. 45.

tribos indígenas o trabalho agrícola era função feminina, o que gerava grande resistência cultural dos índios em executá-lo. Diante das necessidades dos estabelecimentos coloniais, porém, a escravidão indígena se apresentou como uma saída viável para a colonização inicial do Brasil. Mais tarde, com a adoção dos escravos negros nas grandes *plantations*, a utilização do trabalho indígena ficou restrita às áreas periféricas da Colônia.

A legislação portuguesa sobre a escravidão indígena, tema estudado por Beatriz Perrone-Moisés<sup>91</sup>, apresentava recuos e avanços na proteção da liberdade indígena que oscilavam conforme a conjuntura histórica. De modo geral, a luta dava-se entre os jesuítas, que condenavam a escravidão e defendiam a catequização, e entre os colonos, que necessitavam dos índios escravos como mão-de-obra e por isso defendiam a escravização dos silvícolas. Era entre estes dois focos de poder que oscilava a legislação portuguesa sobre o índio, ora apoiando os jesuítas e a liberdade indígena, ora apoiando os colonos e a escravidão.

No período estudado, a inserção da mão-de-obra indígena no mercado capitalista apresentou algumas diferenças básicas da tipologia apresentada por Stuart B. Schwartz em seu livro<sup>92</sup>. Segundo esta tipologia, a inserção da mão de obra indígena na economia podia dar-se através de três maneiras: dos aldeamentos, da escravização ou do ingresso individual no mercado assalariado. A partir da segunda metade do século XVIII, a sociedade colonial passou por profundas transformações no que se refere à questão indígena. A escravidão dos nativos foi abolida, as aldeias

---

<sup>91</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios escravos: os princípios da legislação escravista do período colonial (Séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 113-154.

<sup>92</sup> SCHWARTZ, Stuart B. op. cit., p. 45.

passaram a vilas e cidades e os jesuítas foram substituídos pelos “diretores” ou “principais”. Em princípio, os índios passaram a ser trabalhadores assalariados que podiam estar a serviço da coroa ou dos colonos. Basicamente, os indígenas eram arregimentados e posteriormente inseridos na economia colonial através dos descimentos, resgates ou das guerras justas, como nos mostrou Beatriz Perrone Moízes<sup>93</sup>.

Nas regiões periféricas, como a região amazônica, os índios eram responsáveis por quase todo o trabalho braçal, com o agravante de serem os que conheciam profundamente a selva e dos quais os brancos dependiam de maneira explícita. Ao comentar a morte de um índio remeiro, o naturalista demonstrou este fato: “n’elle perdeu Sua Magestade um indio bom servidor, não só para as diligencias dos reconhecimentos dos rios e para o auxilio das canôas regias, e para as particulares, quando perigavão na caixoeira da povoação”<sup>94</sup>.

Com a diminuição populacional e o número insuficiente de escravos negros, que tinham um preço elevado na região norte, onde o capital também era escasso, os naturais da terra eram sobrecarregados. Tinham que trabalhar nas lavouras, na coleta de drogas, nas expedições reais ou particulares, nos descimentos, e ainda em suas lavouras particulares e do diretor. Ao examinar os ofícios desempenhados pelos índios na vila de Barcelos, capital da Capitania de São José do Rio Negro, em 1786, Ferreira encontrou índios nas funções de principais, capitães, alferes, pedreiros, carpinteiros, serradores, calafates, ferreiros, sapateiros, oleiros, pescadores, ourives, além dos designados para serviço nas lavouras, expedições e serviço dos moradores<sup>95</sup>. Enfim,

---

<sup>93</sup> PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *op. cit.*, p. 133-154.

<sup>94</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro*. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885. p. 97.

os índios faziam parte e estavam presentes em todos os setores produtivos da região norte.

Alexandre Rodrigues Ferreira diz que, no período de sua viagem, diminuiu em muito o número dos descimentos, e aumentaram as expedições, particulares ou reais, de maneira que eram poucos os índios disponíveis para a lavoura. O naturalista explica o porquê do decréscimo dos descimentos enfatizando a questão da violência com que foram tratados os índios e a sua recusa em aceitar os costumes civilizados<sup>96</sup>.

A legislação sobre os indígenas no período da viagem de Ferreira, pelo menos no aspecto formal, não apresentava mais a ambigüidade explicitada por Beatriz Perrone-Moisés. Os índios eram considerados súditos da coroa. A lei de 6 de junho de 1755, que concedia liberdade foi transcrita por Alexandre Rodrigues Ferreira, que considerava os índios como vassalos do Rei de Portugal, com direitos e deveres com relação a coroa portuguesa<sup>97</sup>, os quais foram comentados na análise feita sobre o diretório pombalino no primeiro capítulo desta dissertação.

É com base neste documento que Ferreira faz considerações a respeito das funções desempenhadas pelos indígenas e o controle da força de trabalho dos mesmos, afinal, “christianisar e civilisar esses pobre indios, que é o que importa mais ao serviço de Deus, nosso senhor, ao de Sua Magestade, e ao bem commum d’este larguissimo paiz”<sup>98</sup>.

---

<sup>95</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (1783-1792). Vol. 1, Memórias Antropologia, op. cit., p. 21.

<sup>96</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885. p.99.

<sup>97</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro. *RIHGB*, 51:5-116, 1888. p. 28.

<sup>98</sup> Id., p. 107.

A substituição dos índios escravos pelos escravos negros já vinha acontecendo desde o século XVII. Dentre as causas que contribuíram para esta substituição, como a defesa jesuítica pela liberdade indígena e a própria eliminação física do índio com as epidemias, uma se destaca: os lucros que o comércio metropolitano obteve com o mercado de escravos que se consolidou num importante monopólio e fonte de renda para os comerciantes portugueses<sup>99</sup>.

Devido à falta de capitais, os indígenas não foram substituídos de maneira significativa pelos escravos na região norte, o que intensificava e prolongava a dependência. E, além disto, existia um outro fator que dificultava a substituição de indígenas por escravos negros na Amazônia: a sua venda era motivo de lucros para os caçadores. Apesar de não conseguirem enriquecer com os apresamentos, fato que Ferreira remete ao castigo divino<sup>100</sup>, os sertanistas foram responsáveis pela captura e morte de muitos índios. Como os bandeirantes, os sertanistas do norte também cometeram inúmeras violências em suas conquistas. Segundo o naturalista:

A autoridade, com que os sertanistas faziam estas conquistas, era a da cobiça. As leis que seguiam no método de as fazerem eram as da desumanidade. Porque abalroando as rancharias em que se viam os bárbaros, nas bocas de fogo faziam acabar todos os que naturalmente pegavam nos arcos, para a sua defesa. Metiam-se os rendidos em correntes, ou gargalheiras, e depois se repartiam pelos Conquistadores, que remetiam para as nossas Povoações, em contrato de venda. Destas tão injustas ações acompanhavam atrocidades inauditas e indignas de se referirem.<sup>101</sup>

A isto também se somava um elevado índice de mortalidade e fugas, o que criava sérios problemas de mão-de-obra na região. Uma amostra disto pode ser

---

<sup>99</sup> NOVAIS, Fernando. op. cit., p. 98-106.

<sup>100</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. (1783-1792). Vol. 1, *Memórias Antropologia*, op. cit., p. 28.

<sup>101</sup> Id., p. 27 e 28.



sentida nesta citação, que mostra que os índios não podiam nem ser doutrinados, pois eram indispensáveis como trabalhadores:

*Ora os serviços são taes nas circumstancias criticas da capitania, tantas expedições a fazer, e tão poucos os índios domesticados, que ou se não ha de fazer o serviço, ou se ha de lançar mão dos novamente descidos, e n'estas conjuturas eu sou testemunha ocular, não só do desassocego de vida em que entrão logo no principio de sua civilização, e tanto contra o seu genio e costume em que vivem no mato, mas também de que vivem trez e quatro annos sem serem baptizados.*

*Os vigarios ou não baptizão adultos, porque não sabem a doutrina; elles a não sabem, porque além do desgosto da applicação ao trabalho espirital e corporal, desde que descerão do mato, não fizerão mais do que sahir de uma, e entrar em outra expedição.*<sup>102</sup>

Todavia, além de constituir-se na de força de trabalho os indígenas também desempenhavam uma função estratégica. Eles, muitas vezes, garantiam e legitimavam o território português na América, principalmente nas regiões periféricas como a Amazônia, onde os colonos eram escassos.

Conscientes desta dupla função indígena, a Coroa Portuguesa buscava de todas as formas controlar os índios e inseri-los no seu projeto de fomento da agricultura no Amazonas. A questão da disputa pelo trabalho indígena foi essencial na região norte, onde dois fatores estavam sobrepostos: o insuficiente número de trabalhadores e os diferentes interesses entre a Metrópole e a Colônia no desenvolvimento econômico da região.

### 3.2.1 O Controle da Mão-de-obra: Foco de Conflito entre Colônia e Metrópole

Como em outras regiões periféricas do Brasil, o norte sofria seriamente com a carência de braços para a lavoura. Como ficou explícito, os escravos negros que mantinham a lavoura açucareira do nordeste nunca chegaram a um número significativo na Amazônia. João Pereira Caldas, em correspondência trocada com

Ferreira, afirma ser a falta de negros um dos motivos da pobreza e miséria em que se encontrava a região.

Segundo Caldas, o progresso chegaria quando o Estado fosse abundantemente fornecido “de operarios escravos, que só fazem opulentos e felizes os moradores das demais capitanias do Brazil”<sup>103</sup>. Quando estes escravos, sempre em número insuficiente, chegavam trazidos pela Companhia de Comércio eram distribuídos entre os lavradores da região. Mas, contrariando os objetivos da Metrópole, estes nem sempre os utilizavam para agricultura.

Com o fim da Companhia de Comércio esta situação agravou-se, diminuindo ainda mais o número de escravos negros e sobrecarregando os indígenas. Dentre as inúmeras funções desempenhadas pelos indígenas destacavam-se o trabalho na lavoura e a participação nas expedições. Ferreira obviamente defendia a utilização dos índios na lavoura, criticando inclusive a Metrópole pelo número exagerado de expedições. Segundo o naturalista, os índios:

...não parão nas povoações, porque ainda que se restringe até ao espaço de seis mezes, o tempo de serviço, a que obrigão as portarias, na intelligencia de ficarem livres os outros seis mezes, para trabalharem nas suas roças, liberdade é esta, que jamais conseguem pelo ordinario, porque, pedindo-se incessantemente os índios para as diferentes expedições, que se emprehem, apenas descansão oito e nove dias, si é que descansão tanto, são de novo reconduzidos para o serviço de outros seis meses...<sup>104</sup>

Como se vê, a regulamentação feita pelo diretório sobre o tempo de trabalho e descanso dos índios era sumariamente ignorada. Além disso, as condições destas viagens eram péssimas, principalmente para os índios. O naturalista lembrava às autoridades metropolitanas que, “antes de um índio chegar a idade de remeiro, é

---

<sup>102</sup> Id., p. 99.

<sup>103</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885. p.35.

preciso que passem 14 anos de vida, enquanto se cria e se fortifica; que para morrer a maior parte de umas poucas equipações inteiras, basta muitas vezes uma viagem d'estas"<sup>105</sup>. Como sugestão para atenuar o problema da sobrecarga de expedições no Pará, Ferreira sugeria que fosse dividido com a Capitania de São Paulo o ônus da proteção da Capitania do Mato-Grosso<sup>106</sup>.

Esta situação demonstra como a disputa pelos indígenas era acirrada. O confronto pela posse dos silvícolas não tem mais como foco principal as disputas entre os jesuítas e os colonos, como aconteceu nos séculos anteriores. Os jesuítas tinham sido expulsos por Pombal das terras portuguesas. Neste momento, é a própria metrópole que entra em conflito com os colonos, buscando controlá-los e adequá-los à tentativa de recuperar a economia portuguesa que contava com o auxílio de índios lavradores.

É aos diretores, que estão a serviço da coroa mas que se identificam com os interesses da Colônia, que Alexandre Rodrigues Ferreira faz as suas críticas mais veementes. Os diretores eram responsáveis pelo governo econômico da povoação, segundo as diretrizes do diretório pombalino. Por este trabalho os diretores recebiam “as sextas partes de todos os generos cultivados, e colhidos pelos indios das suas respectivas povoações”<sup>107</sup>.

Foram inúmeras as críticas de Ferreira à administração dos diretores. Segundo o naturalista, “aos incorrigiveis directores devem as povoações do Estado uma grande parte do seu atrazo; assim como das suas absolutas procede o desgosto, a deserção, e a

---

<sup>104</sup> Id., p. 58.

<sup>105</sup> Id., p. 28.

<sup>106</sup> Id., p. 27-28.

<sup>107</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Diário da Viagem Filosófica pela Capitania de São José do Rio Negro*. RIHGB, 51:5-116, 1888. p.37.

diminuição dos índios das povoações”<sup>108</sup>. Uma das críticas do naturalista aos diretores se relacionava com a opção dos mesmos, que era a da maioria dos colonos também, pela coleta de drogas em vez da agricultura, confronto analisado neste capítulo. O naturalista insiste:

É digno de se observar, quanto chora o director esta falta, e chorão com elle todos os directores, os quaes a nenhuma outra causa atribuem a pobreza das povoações, sinão a falta de gente, para a empregarem na extração da salsa e do cacao. Nenhum chora portanto por não ter plantado na sua povoação o arroz, o anil, o algodão, e o café, que forçosamente havida de recolher, nenhum diz, que, si mais gente tivera, mais augmentada estaria a agricultura d’este ou d’aquelle genero, e todos clamão a uma voz, que quanto mais houvesse toda era pouca para a empregarem no negocio do certão.<sup>109</sup>

A escolha dos diretores pela riqueza fugaz proporcionada pela coleta era motivada pelo retorno rápido do investimento. Como eles tinham tempo determinado para dirigir as povoações, o que ocorria é que muitos não plantavam para que os lucros da lavoura não fossem aproveitados pelos seus substitutos<sup>110</sup>.

A corrupção era outro ponto salientado pelo naturalista. Além do desvio do trabalho indígena os diretores também se apropriavam de lucros na comercialização de utensílios fabricados pelos indígenas. Pagando preços irrisórios os diretores encomendavam para as índias pacarás, tabuleiros e chapéus para revender na cidade. Para fazer estes utensílios, que valiam de 1.600 a 1.200 réis, e que muitas vezes os diretores vendiam na cidade pelo dobro, as índias recebiam 40 réis. Pagamento este feito em produtos, como sugeria o diretório. Se as índias percebessem que estavam sendo enganadas e demorassem um pouco mais para atender o pedido do diretor eram

---

<sup>108</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885. p. 69 e 70.

<sup>109</sup> Id., p. 63.

castigadas fisicamente. Desta maneira, Ferreira entende a falta de estímulo dos nativos para o trabalho: “Conjete-se, pelo que digo, qual é o estímulo que deve ter esta gente para aumentar a sua indústria, vendo ela, que todo o seu trabalho cede em proveito dos brancos, e, se não cede, é punida como incúria própria”<sup>111</sup>. O diretor participava “de todos os setores da cadeia econômica resultante do trabalho remunerado realizado pelo índio ou da comercialização da sua produção agrícola ou extrativa”<sup>112</sup>, dessa forma, era muito fácil para ele se aproveitar da sua função de tutor e se apropriar dos lucros resultantes destas transações.

Com relação à utilização do trabalho indígena, são muitas as infrações cometidas pelos diretores. Muitas vezes estes índios eram utilizados para trabalhar em lavouras particulares, produzir manufaturas ou fazer expedições em busca das “drogas dos sertões” para os colonos ou para os diretores, sem o consentimento da Metrópole. Assim sendo, os interesses da Metrópole, que defendia a utilização dos índios nas lavouras de exportação<sup>113</sup> e nas expedições reais, eram ignorados.

Ferreira fez sobre esta questão, da utilização da mão-de-obra indígena de maneira irregular, uma constante em suas participações. Ele fazia questão de transcrever todas as penas, multas e punições as quais estariam sujeitos os diretores que compactuavam com esta prática<sup>114</sup>. Este “desvio” de mão-de-obra muitas vezes acontecia através de artifícios. Às vezes, os diretores registravam os índios como

---

<sup>110</sup> Id., p. 42.

<sup>111</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (1783-1792). Vol. 1, Memórias Antropologia, op. cit., p. 48.

<sup>112</sup> ALMEIDA, Rita Heloísa. op. cit., p. 259.

<sup>113</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. R.IHGB, 48: 1-234, 1885. p. 59.

<sup>114</sup> Id., p. 58, 59, 60, 61 e 88.

“retirados”\*, com objetivo de os utilizarem em suas “negociações secretas”<sup>115</sup>. Uma outra estratégia utilizada pelos colonos era plantar as roças distantes da povoação, para dificultar a fiscalização sobre a mão-de-obra<sup>116</sup>.

Ao falar sobre a plantação de anil aos diretores, Ferreira os exorta a não permitirem que o trabalho dos índios fosse utilizado de maneira irregular: “Vossa Mercê (o diretor) deve vigiar muito, que esta gente não se applique a outros ministérios, para que se não falte ao principal objeto”<sup>117</sup>, que neste caso era a cultura de anil. A exceção era feita ao trabalho na lavoura de subsistência, onde o naturalista considerava justo e necessário o emprego dos indígenas.

Tentando achar os caminhos para o desenvolvimento econômico na Amazônia, o naturalista fez um extensivo estudo, no qual defendeu a agricultura como a principal saída para a região. A agricultura pretendida para a região era a de produtos coloniais que fossem importantes como matéria-prima para o desenvolvimento português, como era o caso do anil para a Capitania do Rio Negro ou do algodão para o Maranhão. O que se buscava era a interdependência entre a Colônia e a Metrópole pois a lavoura setORIZADA permitiria o desenvolvimento da região e ao mesmo tempo colaboraria com a indústria portuguesa, sem o perigo da região desenvolver-se autonomamente, colocando em risco a dominação política portuguesa.

Entretanto as orientações e estudos de Ferreira para que isto se viabilizasse chocaram-se com a realidade vivida na Colônia. O desenvolvimento agrícola,

---

\*Retirados eram os índios que fugiam das vilas ou dos aldeamentos, para voltar a sua aldeia de origem ou viver na selva.

<sup>115</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 48: 1-234, 1885. p. 43.

<sup>116</sup> FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. *R.IHGB*, 50: 11-142, 1887. p. 28.

<sup>117</sup> Id. p. 137 e 138.

pretendido desde o diretório pombalino, não se efetivou. Isto deveu-se a uma série de fatores dos quais é possível destacar dois que certamente tiveram influência considerável para o seu fracasso.

O primeiro deles diz respeito as próprias características do fomentismo português do final do século XVIII, resultado de uma conjuntura favorável, na qual as agitações políticas na Europa e o desenvolvimento da Revolução Industrial foram os fatores determinantes. Os recursos para o fomento flutuavam de acordo com a conjuntura política. Por isso, muitas vezes o Erário Régio não podia manter o compromisso de preço ou compra da produção colonial, fator que, sem dúvida, levava os agricultores a abandonar o cultivo de novos produtos como o anil.

Ademais, a organização desta nova forma de exploração econômica foi centralizada na figura dos diretores. Eram eles os responsáveis pela administração do trabalho indígena, fator essencial para o sucesso da agricultura na região. O diretório pombalino, que definiu as funções dos diretores, colocava os mesmos como tutores dos índios. O problema é que o diretório, ao gosto do iluminismo, idealizava homens empreendedores, bondosos e justos. Infelizmente, como registraram os escritos de Ferreira, estas qualidades não eram comuns nos diretores da Capitania de São José do Rio Negro. A maioria dos diretores eram corruptos e se preocupavam com o lucro rápido. Eles pretendiam, durante os 3 ou 4 anos que dirigiam uma vila, juntar um considerável patrimônio<sup>118</sup>. Por isso, os resultados a longo prazo do fomento agrícola eram sumariamente preteridos ao lucro rápido da coleta das drogas do sertão, na qual os diretores também tinham a sexta parte dos lucros.

---

<sup>118</sup>FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá*. (1783-1792). Vol. I, *Memórias Antropologia*, op. cit., p. 48.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ecletismo, reformismo e pragmatismo. Estas palavras podem condensar a obra e as reflexões de Alexandre Rodrigues Ferreira. Contudo, como foi visto, estas características não são exclusivas do naturalista estudado. Elas são parte da mentalidade do período final do século XVIII em Portugal, na qual esforços científicos e políticos se uniram para tentar fomentar e desenvolver a economia portuguesa.

A viagem de Ferreira, para além dos seus objetivos científicos, significou um projeto de desenvolvimento para a região norte, área marginal do Império Português. No campo prático, o efeito de seus escritos não foram muito significativos. Apesar da conjuntura mundial favorável, com a situação de guerra e a nascente Revolução Industrial beneficiando Portugal, a tentativa de implementar novas culturas e técnicas agrícolas não se efetivou. Ocorrendo, inclusive, um retrocesso nas práticas agrícolas no século XIX. A lavoura de anil não conseguiu se implantar de maneira maciça na região amazônica, fazendo com que esta continuasse no setor econômico uma área periférica da colônia, e posteriormente do Império brasileiro.

A recuperação econômica que aconteceu em Portugal depois da “viradeira” estava ligada ao fomentismo promovido nos setores agrário e industrial. No caso do campo em Portugal, segundo Wehling, “as transformações tiveram impacto reduzido pela permanência de antigos problemas, como a baixa produtividade, o desconhecimento técnico, a concentração de propriedades, o absenteísmo e a falta de



capitais”<sup>1</sup>. No caso do reformismo na região amazônica, centralizado na questão agrícola, a falta de capital e mão de obra, problemas crônicos na região, com certeza dificultaram a realização das reformas. Mas não se pode esquecer também os interesses privados dos diretores e colonos, que tiveram um papel relevante neste insucesso. Os conflitos ocorreram principalmente em função de dois fatores: a lavoura de exportação e a utilização do trabalho indígena, como ficou explícito no terceiro capítulo.

Apesar da cooperação da maioria dos diretores no que se refere ao aspecto científico da expedição empreendida por Ferreira, a obediência às orientações econômicas do cientista eram raras. Mesmo não formando uma elite poderosa como a nordestina, os diretores das aldeias amazônicas se negavam a cumprir as orientações metropolitanas com relação ao projeto de recuperação e desenvolvimento da região norte. Ao contrário do que pretendia o diretório, eles não foram os “iluminados” tutores que “civilizariam” os indígenas. Na maioria das vezes, interessados apenas nos lucros imediatos, foram responsáveis pela exploração selvagem do trabalho indígena, levando inclusive à eliminação física do nativo.

Existiu também uma outra questão que teve influência sobre o fomentismo português. Apesar da conjuntura favorável, ligada aos grandes conflitos do fim do século XVIII, o período da “viradeira” foi um período de contenção de gastos, onde se procurava conter as despesas para equilibrar o Erário Régio. A necessidade de dispor de recursos com experiências, divulgação de técnicas, pagamento de especialistas e dos produtos cultivados nem sempre foi atendida<sup>2</sup>, o que, sem dúvida, desencorajou os agricultores amazonenses a investirem na cultura do anil.

---

<sup>1</sup> WEHLING, Arno. op. cit. O fomentismo..., p. 179.

<sup>2</sup> Id., p. 245.

Com relação aos aspectos científicos da viagem, os resultados práticos também não foram significativos para o desenvolvimento da História Natural. Apesar do imenso trabalho de coleta feito por Ferreira na Amazônia, o material não foi adequadamente analisado e também não foi publicado. Os escritos da viagem permaneceram inéditos, sendo publicados apenas no século XIX.

Mas a leitura de suas memórias e diário de viagem fornecem importantes informações sobre as características e o desenvolvimento da ciência em Portugal no século XVIII. Ligados irremediavelmente à coroa portuguesa, os intelectuais lusitanos não eram livre-pensadores, eles buscavam promover o que fosse útil ao Estado<sup>3</sup>, numa relação de parceria. Mas, como aconteceu na viagem de Ferreira, algumas vezes a razão de Estado se colocava acima da ciência, substituindo o cientista pelo funcionário público.

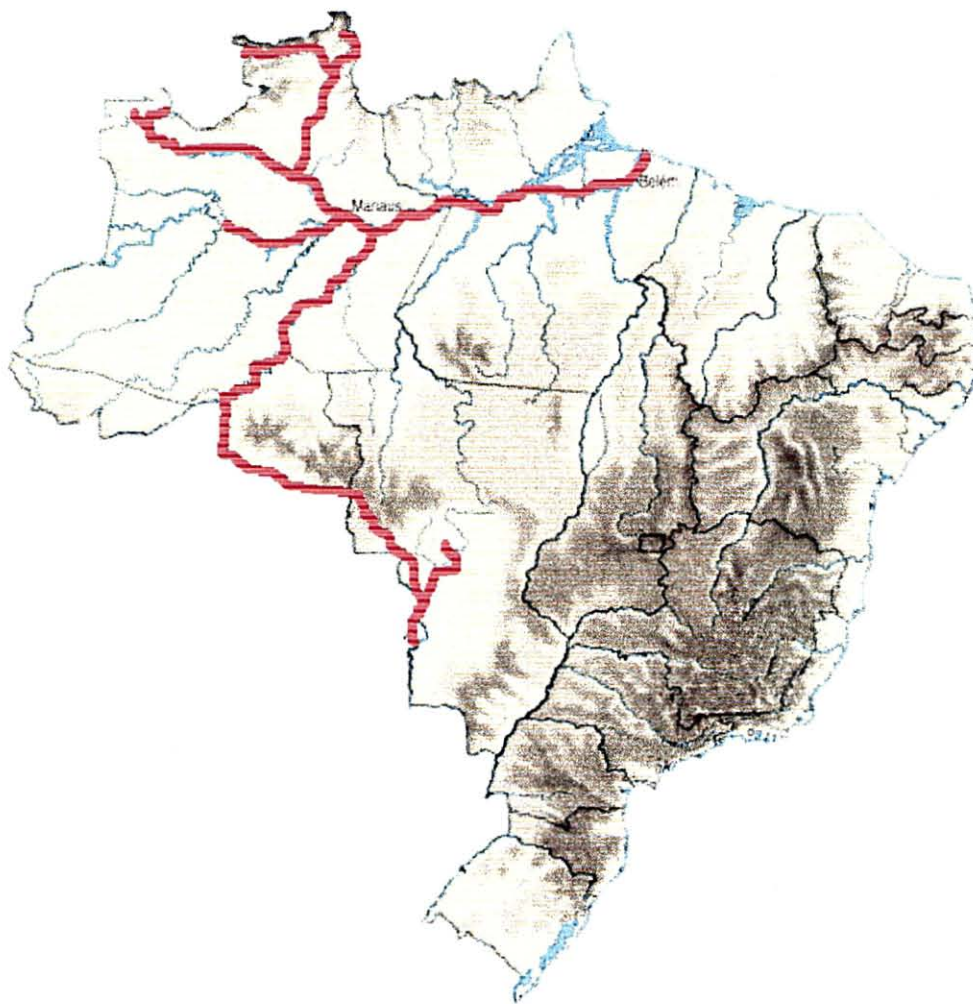
---

<sup>3</sup> MAXWELL, Kenneth. *op. cit.*, p.108.

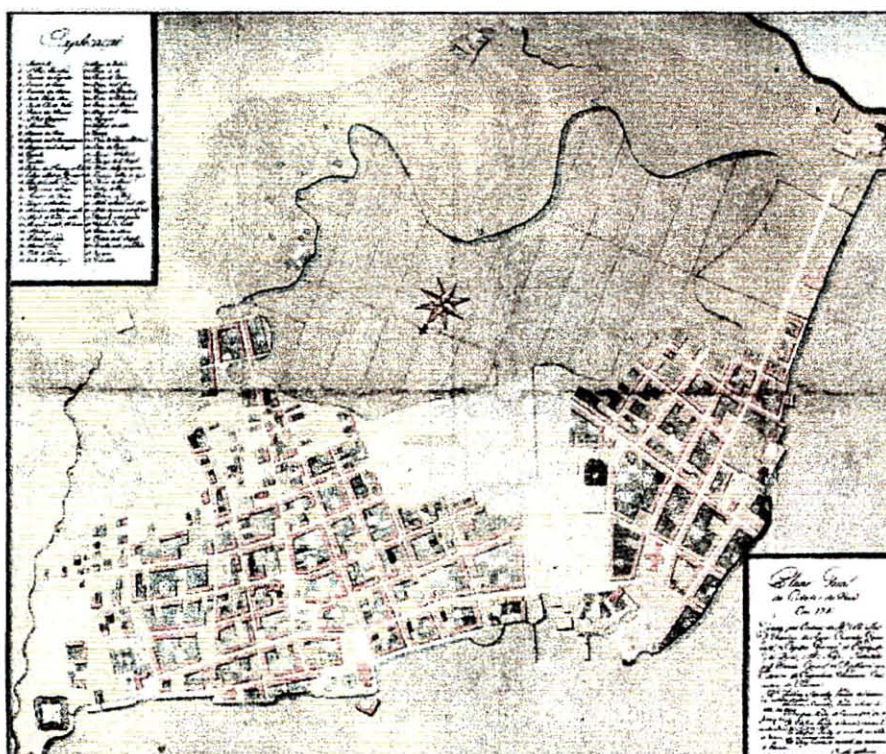
## **ANEXO**

# Roteiro da viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira ( 1783 - 1792)

106



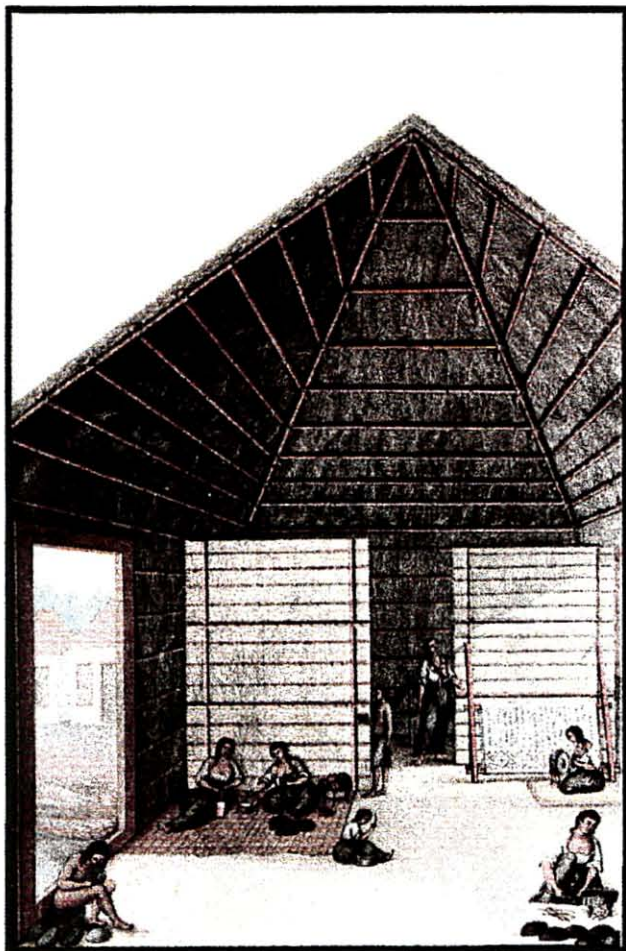
## Planta geral da cidade do Pará (1791)\*







Casa das índias de Monte Alegre\*



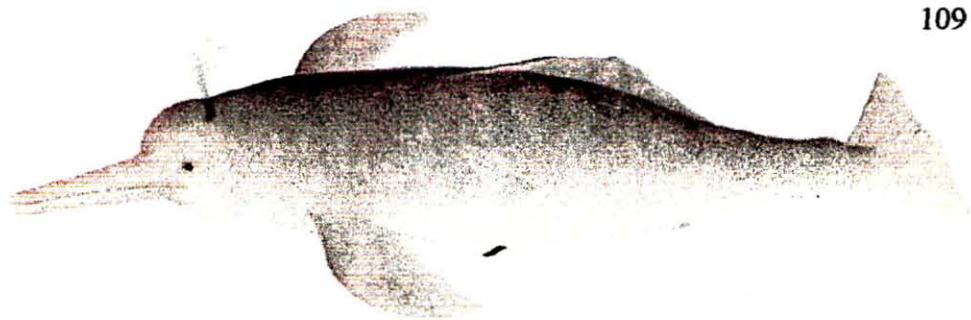
Índio Cambeba com suas armas\*

Máscaras de dança  
dos índios Tucuna\*

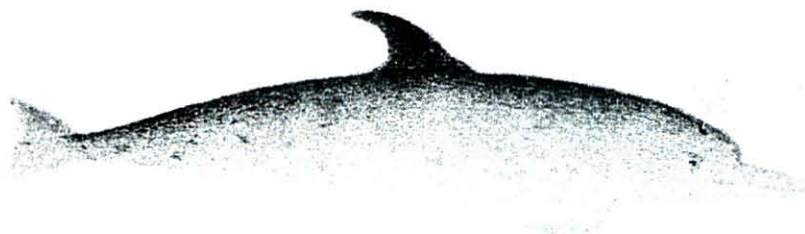




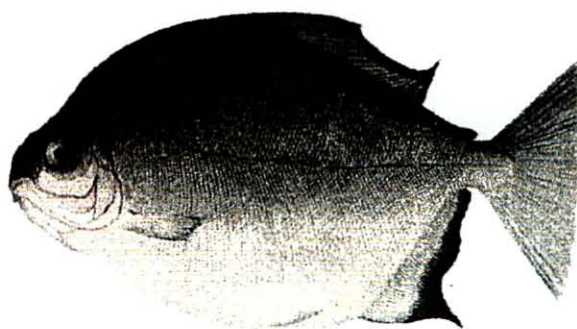
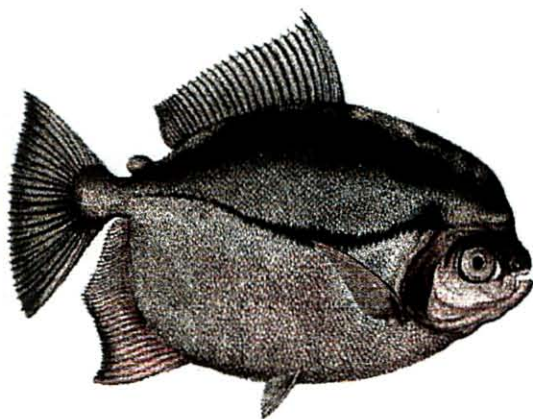
Uiara\*\*



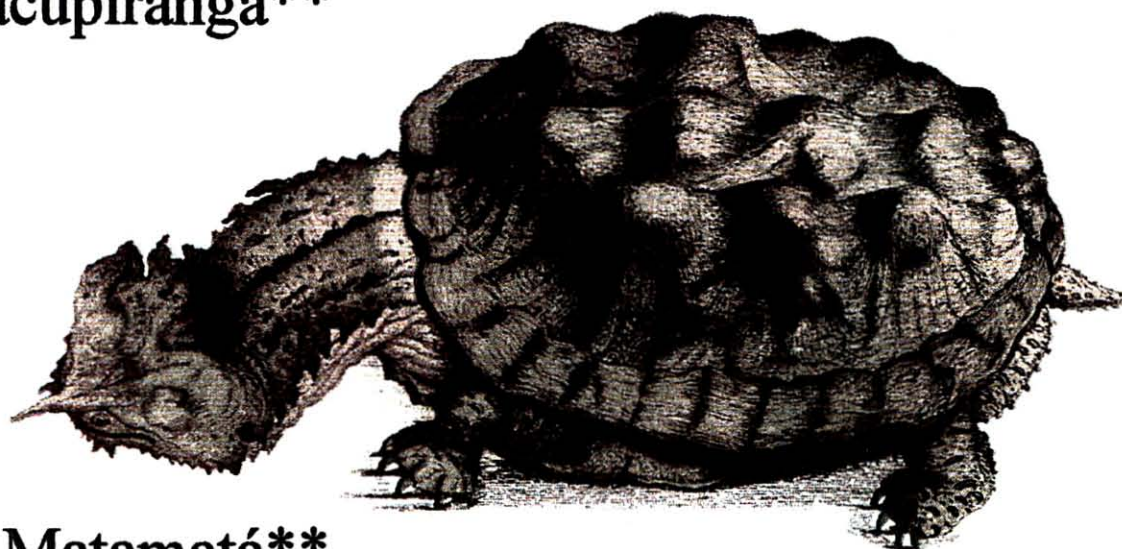
Tucuxí\*\*



Pacutuíra\*\*



Pacupiranga\*\*



Matamatá\*\*

\* FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. 1783-1792. Iconografia. vol.1, Geografia e Antropologia. Rio de Janeiro : Conselho Federal de Cultura , 1971. p.2, 28, 42, 60, 74, 118 e 128.

\*\* \_\_\_\_\_. Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. 1783-1792. Iconografia. vol.2, Zoologia. Rio de Janeiro : Conselho Federal de Cultura , 1971. p. 15, 59, 168.

## FONTES

Directório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto sua majestade não mandar o contrário. Lisboa: Oficina Manuel Rodrigues, 1758. In: MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios da Amazônia: de Maioria a Minoria (1750-1850). Petrópolis : Vozes, 1988.

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. R.IHGB, 48: 1-234, 1885.

\_\_\_\_\_. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. R.IHGB, 49: 123-288, 1886.

\_\_\_\_\_. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. R.IHGB, 50: 11-142, 1887.

\_\_\_\_\_. Diário da viagem filosófica pela capitania de São José do Rio Negro. R.IHGB, 51: 5-166, 1888.

\_\_\_\_\_. Documentos. In: SILVA, D. A. Tavares da. Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira: O Cientista Luso-Brasileiro. Lisboa: s/ ed., 1947. p.99. p. 81- 159.

\_\_\_\_\_. Viagem filosófica pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. (1783-1792). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1971. 2 vols.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial. Rio de Janeiro: s/ ed., 1934.
- ALEXANDRE, Valentim. Os Sentidos do Império: Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português. Lisboa : Edições Afrontamento, 1993.
- ALMAÇA, Carlos; DOMINGUES, Ângela; FARIA, Miguel. Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira: Ciclo de Conferências. Lisboa : Academia da Marinha, 1992.
- ALMEIDA, Maria Regina de Almeida. Os vassallos d'el Rey nos confins da Amazônia: A colonização da Amazônia Ocidental - 1750/1798. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 112 : 63-85, 1992.
- ALMEIDA, Rita Heloísa de. O Diretório dos Índios: um projeto de "civilização" no Brasil do século XVIII. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.
- AZEVEDO, J, Lúcio. Épocas de Portugal Económico. Lisboa: s/ ed., 1947.
- CARDOSO, Ciro Flamarion S. Economia e Sociedade em Áreas Coloniais Periféricas: Guiana Francesa e Pará: 1750-1817. Rio de Janeiro : Graal, 1984.
- CASSIRER, Ernest. Filosofia de la Ilustración. México: Fondo de Cultura Económica, 1950.
- DEVÉZE, Michel. L'Europe et le monde à la fin du XVIII siècle. Paris: s/ ed., 1970.
- DIAS, Manuel Nunes. Estratégia Pombalina de Urbanização do Espaço Amazônico. In: Brotéria, v. 115, n. 2-3-4, Ago.Set.Out, 1982, Lisboa. p.239-305.
- \_\_\_\_\_. Política Pombalina na Colonização da Amazônia (1755-1778). In: Separata de STVDIA, nº23, abril 1968, Lisboa. p. 7-32.

DIAS, Maria O. da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. Rio de Janeiro: s/ ed. 1969. Separata da R.IHGB, vol. 278.

DOMINGUES, Ângela. Olhares sobre o Brasil nos séculos XVII e XVIII: os pintores holandeses e portugueses. In: Nas vésperas do mundo moderno: Brasil. Lisboa : Comissão dos descobrimentos portugueses, 1992.

\_\_\_\_\_. Viagens de Exploração Geográfica na Amazônia em finais do século XVIII: Política, Ciência e Aventura. Lisboa : Instituto de História de Além-Mar, 1991.

FALCON, Francisco J. C. A Época Pombalina: política economica e monarquia ilustrada. São Paulo: Ática, 1982. (Ensaio: 83).

\_\_\_\_\_. Despotismo Esclarecido. São Paulo : Ática, 1986. (Série Princípios, nº 57)

\_\_\_\_\_. Iluminismo. São Paulo : Ática, 1986. (Série Princípios, nº 84)

FARAGE, Nádia. As Muralhas dos Sertões: os povos indígenas e a colonização. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FREIRE, José Ribamar Bessa (Coord.). A Amazônia Colonial: 1616-1798. Manaus : Editora Metro Cúbico, 1991.

GALVÃO, E. e MOREIRA NETO, C. Introdução. in: FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Viagem Filosófica pelas Capitanias do Grão -Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá, 1783-1792. (memórias Antropologia). Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1974.

GOELDI, Emílio A. Alexandre Rodrigues Ferreira. Brasília: UNB, 1982.

HAZARD, Paul. O pensamento europeu no século XVIII. Lisboa: Ed. Presença/Liv. Martins Fontes, 1974.

HEILBRONER, Robert. A História do Pensamento Econômico. São Paulo : Nova Cultural, 1996.

HOLANDA, Sérgio B. de. Introdução a “obras Economicas de J.J. da Cunha Azeredo Coutinho. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966.

JUNQUEIRA, Ivan. (Coord.). Adam Smith e o seu Tempo: Conferências no Bicentenário de “A Riqueza das Nações”. Rio de Janeiro : UERJ, 1978.

LAPA, J. R. do Amaral. Economia Colonial. São Paulo: Perspectiva, 1973.

\_\_\_\_\_. O Sistema Colonial. São Paulo : Ática, 1991.

LEPAPE, Pierre. Voltaire: Nascimento dos intelectuais no século das Luzes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

LIMA, Américo Pires. O doutor Alexandre Rodrigues Ferreira. Lisboa: Agencia Geral Ultramarina, 1953.

MARCHANT, Alexander. O Governo Real: Tomé de Souza, os jesuítas e o sistema de escambo. In: Do escambo à escravidão. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1943.

MAXWELL, Kenneth. Marquês de Pombal. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.

MONTEIRO, Jonhn. O Escravo Índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete Bensi. org. Índios no Brasil. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992. p.105-120.

MOREIRA NETO, Carlos de Araújo. Índios da Amazônia: de Maioria a Minoría (1750-1850). Petrópolis : Vozes, 1988.

NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial: 1777-1808. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1983.

PEDREIRA, Jorge Miguel Viana. Estrutura Industrial e Mercado Colonial: Portugal e Brasil (1780-1830). Lisboa : DIFEL, 1994.

PEREIRA, Arnaldo António. Para uma Caracterização da Política Colonial Pombalina: a Administração de Francisco Xavier de Mendonça Furtado no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1752-1759) .In: Actas das Primeiras Jornadas de

- História Moderna. Lisboa : Centro de História da Universidade de Lisboa, 1986. v.2. p.1075-1098.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. Índios Livres e Índios escravos: os princípios da legislação escravista do período colonial (Séculos XVI a XVIII). In: CUNHA, Manuela Carneiro da. História dos Índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992. p. 133-154.
- PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil. 15º ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- RAMINELLI, Ronald. Imagens da Colonização: a representação do índio de Caminha a Vieira. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da FFLCH-USP, São Paulo, 1994.
- \_\_\_\_\_. Ciência e Colonização: Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. exemplar mimeografado.
- REIS, A. C. Ferreira. A Ocupação Portuguesa do Vale Amazônico. In: HOLANDA, Sergio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I, Vol. 1. 4º ed. São Paulo: DIFEL, 1972.
- \_\_\_\_\_. História do Amazonas. 2º ed. Belo Horizonte : Itatiaia, 1989. (Coleção Reconquista do Brasil, 2º série).
- \_\_\_\_\_. Limites e Demarcações na Amazônia Brasileira: A Fronteira com as Colônias Espanholas. V. 2. 2º ed. Bélem : Secretaria de Estado da Cultura, 1993.
- \_\_\_\_\_. O Comércio Colonial e as Companhias Privilegiadas. In: HOLANDA, Sergio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira. Tomo I, Vol. 2. 6º ed. São Paulo: DIFEL, 1985.
- SERRÃO, Joel e MARQUES, A H. de Oliveira Marques. Nova História da Expansão Portuguesa: O Império Luso Brasileiro. Lisboa : Editorial Estampa, 1986.
- SCHWARTZ, Stuart B. Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SILVA, D. A. Tavares da. O Cientista Luso-Brasileiro: Dr. Alexandre Rodrigues Ferreira. Lisboa: s/ ed., 1947.

SILVA, Marilene Corrêa. A Amazônia Colonial. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, 112 : 35-61, 1992.

\_\_\_\_\_. O Paiz do Amazonas. Tese de Mestrado apresentada a Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1989.

SILVA, Maria Beatriz Nizza. Naturalistas no Brasil na segunda metade do século XVIII e no início do XIX. Revista da SBPH, Curitiba, nº 11, p. 19-33, 1996.

SIMON, Willian Joel. Scientific Expeditions in the Portuguese Ovearseas Territories: (1783-1808) and the role of Lisbon in the Intellectual-Scientific Community of the late Eighteenth Century. Lisboa : Instituto de Investigação Científica Tropical, 1983.

\_\_\_\_\_. Uma esquecida expedição científica à Amazônia no século XVIII. In: VIAGEM PHILOSOPHICA - Uma redescoberta da Amazônia. Rio de Janeiro: Editora Index, 1992.

WEHLING, Arno. Formação do Brasil Colonial. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1994.

\_\_\_\_\_. O Fomentismo Português no Final do Século XVIII: Doutrinas, Mecanismos e Exemplificações. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 316 : 170 – 278, 1978.

VIAGEM PHILOSOPHICA - Uma redescoberta da Amazônia. Rio de Janeiro: Editora Index, 1992.